



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

DUAS CASAS NOBRES DO ANTIGO REGIME EM LOULÉ

Suzinda do Nascimento Correia Neves

Tese de Mestrado em História da Arte
(especialidade em História da Arquitectura)

Trabalho efectuado sob a orientação de :

Doutor José Eduardo Capa Horta Correia
Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo

2013

DUAS CASAS NOBRES DO ANTIGO REGIME EM LOULÉ

Suzinda do Nascimento Correia Neves

Tese de Mestrado em História da Arte
(especialidade em História da Arquitectura)

Trabalho efectuado sob a orientação de :

Doutor José Eduardo Capa Horta Correia
Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo

2013

DUAS CASAS NOBRES DO ANTIGO REGIME EM LOULÉ

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright Suzinda do Nascimento Correia Neves – A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

RESUMO

A presente dissertação pretende aprofundar o conhecimento da casa nobre do Algarve e de Loulé em particular, inserida num contexto nacional de produção artística do antigo regime. Propõe uma abordagem que, para além da identificação e interpretação dos edifícios ainda existentes na região, incide sobre dois estudos de casos apresentados de forma monográfica. Desenvolve-se em torno das questões da encomenda enquanto imagem histórico-social, autoria, formalização de fachadas, distribuição funcional do espaço interior e contexto urbano, buscando a génese formal, numa tentativa de confirmação da sua raiz de filiação erudita.

Keywords : casa nobre, antigo regime, encomendante, autoria, génese formal

ABSTRACT

The present dissertation intends to deepen the knowledge about the Algarve's noble house particularly of Loulé, embedded in a national context of artistic production of the ancien regime. It proposes an approach that, in addition to the identification and interpretation of the buildings still in existence in the region, focuses on two case studies presented in a monograph form. It develops around the questions as a historical social image of the client, authorship, formal facades, functional distribution of interior space and urban context, seeking the formal genesis, in an attempt to confirm their erudite filiation of its roots.

Keywords : noble house, old regime, client, authorship, formal genesis

AGRADECIMENTOS

O presente estudo nunca teria chegado a existir sem a proposta do Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia para o tema do trabalho. Agradeço a total disponibilidade e a enorme paciência para discutir as várias sequências da pesquisa e os amáveis conselhos e ajudas para ultrapassar as várias dificuldades e contratempos. Agradeço igualmente à Prof. Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo que auxiliou nos momentos mais difíceis encaminhando também no percurso metodológico. À Câmara Municipal de Loulé, que facilitou a cedência de cópias do levantamento da casa nobre Gama Lobo, como de livros de sua edição e de todo o tipo de informação e consulta no centro de documentação. Imenso reconhecimento desejo expressar a Miguel Côrte-Real, Segismundo Pinto e João Miguel Simões pelas respostas amáveis e atempadas às minhas questões via e-mail. Não esqueço também a Casa das Artes de Arcos de Valdevez que na pessoa do seu director, Nuno Soares, disponibilizou muito amavelmente os volumes das actas do 1º e 2º Congressos da Casa Nobre. E a todos, nas pessoas dos técnicos do Arquivo Municipal de Loulé, do Arquivo Distrital de Faro, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e das diferentes Bibliotecas – municipal de Loulé, da Universidade do Algarve e Biblioteca Nacional. E uma palavra de agradecimento especial aos amigos e à família pela compreensão e estímulo que sempre foram proporcionando. Não podia deixar de agradecer, por fim, aos principais responsáveis pela génese e existência dos objectos em estudo, familiares e proprietários que os habitaram e usaram ao longo do tempo, que os mantiveram de uma ou de outra maneira possível não os desvirtuando para sempre e tornando assim possível a abordagem ao presente estudo.

Levantamentos, desenhos finais, fotografias : da autora .

ÍNDICE

Pg

3	RESUMO
4	ABSTRACT
5	AGRADECIMENTOS
6	ÍNDICE

8	Introdução
---	------------

Capítulo 1

12	A CASA NOBRE DO ANTIGO REGIME NO ALGARVE
19	Encomendantes e respectivas casas de morada
43	Autores

Capítulo 2

CASA NOBRE GAMA LOBO : ÉPOCA POMBALINA

46	Família
54	Edificante
60	Edifício no tempo

Capítulo 3

CASA NOBRE AZEVEDO E SILVA : ÉPOCA MARIANA

70	Família
75	Edificante
78	Edifício no tempo

Capítulo 4

ARQUITECTURA/ANÁLISE FORMAL

87	Tipologia
98	Dimensões
106	Pórtico
126	Vãos

136	Cunhal
139	Escadaria
142	Revestimentos
146	Sistema construtivo/elementos estruturais principais: abóbadas e paredes
152	Telhados e chaminés

Capítulo 5

AS DUAS CASAS NOBRES NA CIDADE

156	Da inserção na malha urbana
-----	-----------------------------

163	CONCLUSÃO
-----	-----------

168	FONTES
-----	--------

171	BIBLIOGRAFIA
-----	--------------

180	ANEXOS
-----	--------

INTRODUÇÃO

O tema da casa nobre urbana poderá contribuir para o estudo da arquitectura civil do Algarve, divulgando e dando a importância devida a uma arquitectura doméstica regional que não tem merecido muita atenção por parte dos historiadores da arte. O conhecimento mais aprofundado destes objectos arquitectónicos poderá evitar que as futuras intervenções os desvirtuem para sempre e, neste sentido transmitir a lição do seu “saber fazer”, utilizando a História como um meio para a descobrir “...acaso faça falta que o tempo deles se integre no tempo nosso como forma de anular um cruel processo irreversível, como uma forma de não nos sentirmos tão radicalmente sós.”¹ Surgida em seiscentos, no contexto barroco de contenção formal da arquitectura chã, a volumetria horizontal, de dois pisos, com simetria na fachada centralizada pela porta de entrada prolongou-se até muito tarde na arquitectura civil portuguesa. Constatou-se de facto o respeito pela tradição, que até ao século XIX ainda se evidencia. Contudo não deixou de haver uma certa inovação como se se tratasse de uma repetição diferente e caracterizando desse modo a originalidade e especificidade da arquitectura portuguesa. Mas como Carlos de Azevedo veicula no seu estudo sobre os solares portugueses, esta originalidade manifestar-se-á sobretudo, não nos edifícios da nobreza da corte, mas nos edifícios enobrecidos, propriedade de uma aristocracia regional reflectindo necessariamente as limitações dos encomendantes e da mão de obra disponível.

Em Portugal a investigação sobre esta arquitectura doméstica começou pois pela que se dedicou aos solares² e que deu mais relevo à casa nobre nortenha. Trata-se de um importante estudo tipológico a nível nacional que é ainda seguido sem grandes questões pertinentes na actualidade. São no entanto fundamentais dentro desta linha de investigação os estudos mais recentes de João Vieira Caldas³ e de Isabel Albergaria⁴ que se dedicam à casa nobre rural ou periurbana. Também abordam o tema e a sua história, os estudos de José Eduardo Horta Correia⁵ inseridos na arquitectura portuguesa e algarvia em particular.

¹ Fernando Chueca GOITIA, *Protótipos na Arquitectura Greco-Romana e a sua influência no mundo ocidental*, 1996, p. 137

² Carlos de AZEVEDO, *Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre*, 1969.

³ João Rosa Vieira CALDAS, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*, 1999, *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*, 2007 (policopiado).

⁴ Maria Isabel Whitton da Terra Soares de ALBERGARIA, *A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do Antigo Regime*, 2012 (tese provisória, policopiada)

⁵ José Eduardo Horta CORREIA, *O Algarve em Património*, 2010

A procura da génese formal desta arquitectura pode deslocar-se até à época de execução dos tratados de arquitectura dos séculos XVI e XVII, sobretudo os que representam e divulgam gravuras sobre o tema, Palladio ou principalmente Serlio. Este, em especial, descreve no seus livros VI⁶ e VII, a casa de campo e da cidade do menos abastado ao mais importante do reino, fidalgo ou príncipe e que se aproxima da morfologia de fachada desenvolvida em seiscentos – ritmo de vãos de sacada a espaços regulares com portal central.

O estudo da casa nobre permite uma aproximação cronológica e cultural a partir das suas características eruditas. Mas como os edifícios apresentados tanto poderiam pertencer a seiscentos, setecentos como a oitocentos, “optou-se por adoptar a expressão Antigo Regime para designar o período sobre o qual se debruça a investigação porque sugere fronteiras cronológicas menos apoiadas em datas convencionais e mais baseadas em alterações políticas, sociais e económicas e nas suas consequências.”⁷

Os edifícios eleitos para a abordagem ao quadro regional da arquitectura doméstica foram apresentados por cidades que representam por si só um local de produção artística. Com o objetivo sempre presente de se conseguir uma cronologia final, o fio condutor da abordagem correspondeu aos prováveis titulares ou encomendantes, referenciados na investigação de Miguel Côrte-Real⁸, adicionando-se os restantes por comprovada igualdade de valor. O estudo direccionou-se para a casa nobre urbana, procurando explicar a «forma» como resultante de uma expressão cultural inserida em contexto de natureza social. A massa construída define o território e a envolvente onde se inseriu, pelo que, também se procurará explicar as relações criadas com o tecido urbano próximo, assim como os propósitos ideológicos que estiveram na origem da sua construção.

Os dois *estudos de casos* que se apresentam como abordagens monográficas, justificam-se pelas circunstâncias de localização e de qualidade e por ambos se inserirem na evolução da casa nobre algarvia. Pretende-se estudar, individualmente e depois em conjunto, a nível comparativo, tudo o que compreende a concepção da casa nobre, desde a sua encomenda, enquanto imagem social, até à formalização do edifício quer a nível das fachadas, volumes e escalas quer a distribuição funcional do espaço

⁶ Sebastiano SERLIO, *sesto libro d'architettura delle habitacioni fuori e dentro delle città*, BSB cod.icon. 189 Lyon 1547-1550, *Sebastiani Serlii Bononiensis Architecturae liber septimu*, 1575. <http://www.digitale-sammlungen.de/index.html?suchbegriff=serlio&c=suchen>

⁷ João Vieira CALDAS, *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*, 2007, p.7

⁸ Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003

interior. A genealogia que foi possível desenvolver para cada uma das duas famílias pretendeu reconstituir e conhecer as origens sociais e familiares dos titulares das duas casas nobres e, acima de tudo, identificar duas famílias representativas das elites portuguesas e algarvias em particular.

Contudo, os problemas levantados com as duas casas nobres de Loulé, não foram totalmente resolvidos. Surgiram grandes dificuldades na datação, em especial de um dos dois edifícios – o outro por sorte tinha lápides com datação nos pórticos interiores. Para um deles, o edifício Gama Lobo, pretendia-se confirmar as informações transmitidas pela “Monografia de Loulé” que aventava a data de 1775. Não existem, pois, arquivos familiares e nas supostas datas, os arquivos notariais que foram consultados não registaram contratos ou transacções que relacionassem pessoas com obras, datas ou locais. Através da capela, existente no edifício Gama Lobo, também nada se apurou porque a capela já existia há muito e por aí, nas mesmas datas, nada se podia comprovar através da eventual autorização eclesástica que seria necessária para se afectarem ao culto. Foram porém, localizados os inventários *post-mortem*, nos índices dos Livros de Inventários do Tribunal de Loulé mas os documentos, esses, enviados para o Arquivo Distrital de Faro, não se encontram tratados arquivisticamente. E para apurar a veracidade do embargo que supostamente aconteceu à casa nobre Gama Lobo, também este referido na “Monografia de Loulé”, seria necessária uma pesquisa pelos processos cíveis do Tribunal de Loulé que também não se encontram tratados arquivisticamente no Arquivo Distrital de Faro. As actas de vereação da Câmara Municipal, existentes no Arquivo Municipal de Loulé, também em nada ajudaram. Para as datas necessárias não existem os livros de actas correspondentes com um hiato enorme entre 1752 e 1806. De alguma ajuda mostraram-se os registos das duas casas no final do século XIX elaborados no Registo Predial de Loulé, a pesquisa feita na Torre do Tombo, assim como no Arquivo Municipal de Loulé relativamente aos documentos respeitante à Décima até 1835.

De qualquer modo, foram os próprios objectos, tal como hoje existem, que constituíram os verdadeiros documentos. Os critérios de abordagem tiveram em conta sobretudo a observação *in situ*, não esquecendo que quanto mais se olha mais se vê, com o objectivo de analisar a forma a partir dos elementos arquitectónicos da fachada, do desenho da planta e da tão importante percepção sensorial. Foram também de grande apoio as fotos aéreas de diferentes datas e o obrigatório levantamento fotográfico. Sentiu-se, no entanto, ao longo do trabalho a necessidade do apoio de fontes

cartográficas, sobretudo do século XVIII que são inexistentes, apresentando-se a planta topográfica mais antiga com a data de cerca de 1920. Depois, a análise comparativa estabeleceu uma cronologia de tipos de edificado com o objectivo de perceber as raízes e a evolução deste modo tão originalmente português de intervir no território.

Capítulo 1

A CASA NOBRE DO ANTIGO REGIME NO ALGARVE

“Nem toda a simplicidade formal significa austeridade de significado- há simplicidades que são o cúmulo do requinte e não é preciso Mies Van der Rohe para o demonstrar.”

Paulo Varela Gomes, 2001⁹

A casa nobre do antigo regime no Algarve corresponde a uma tipologia desenvolvida desde o século XVI – depois de D. Manuel I, a partir de D. João III - baseada na arquitectura chã desse período e disseminada um pouco por todo o país. Muito embora uma evolução formal pareça existir, mantém, no entanto, os princípios básicos de uma arquitectura de programa ou de série que tem na sua génese uma fórmula de planos simples, lisos e brancos e que se consegue manter ao longo de três ou quatro séculos. Horta Correia, refere-nos que “...o século XVII tem duas facetas importantes...a da «corte da aldeia» e a da expansão do palácio urbano, resultante do aparelho de Estado em tempos do absolutismo e da nova dinastia nacional. Se da época renascentista nos ficaram sobretudo casas de loteamento estreito, é a partir da segunda metade do século XVI que se fixa uma composição organizada e uma volumetria de sentido horizontal. Começam a aparecer então um maior e mais regular espaçamento dos vãos, uma redução do número de pisos (essencialmente andar nobre e andar térreo com separação assinalada), regras de simetria na fachada centralizada pela porta e moldura lisa com lintel saliente e proporções próximas do duplo quadrado. Coincide esta mudança estrutural na sua simplicidade, linearidade e sobriedade com o essencial do «estilo chão», fazendo sentir as suas marcas até muito tarde na arquitectura portuguesa...E mais pensamos que não só os valores essenciais do «estilo chão» se prolongaram até finais do século XVII como formaram uma corrente que, enquanto arquitectura utilitária e através das estruturas escolares e administrativas da engenharia militar, conseguiu sobreviver à fase mais barroca da nossa história (D.JoãoV), constituindo o pressuposto do pragmatismo racionalista pombalino”¹⁰.

⁹ Paulo Varela GOMES, “*Ordem Abreviada e Molduras de Faixas: Contribuição para a discussão do conceito de «Estilo Chão»*” in “V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte”, 2001, p. 204

¹⁰ José Eduardo Horta CORREIA, *Arquitetura Portuguesa, renascimento, maneirismo, estilo chão*, pp.68, 69,70

Num contexto barroco, mas de contenção formal da arquitectura chã, surge assim também na arquitectura civil do Algarve a volumetria horizontal, de dois pisos, com simetria na fachada e centralizada pela porta de entrada. Alarga-se a frente urbana do lote, que apresenta grande afastamento nos vãos, geralmente de sacada, numa morfologia da casa urbana ou de casa nobre que se mantém até finais do século XVIII, numa adaptação com escala, proporções e volumetria especificamente algarvias mas já iniciada no modelo corrente seiscentista nacional. Com maior desenvolvimento no início do século XVIII, a adaptação à sensibilidade barroca faz a necessária introdução de alguns elementos arquitectónicos, como o beirado extremamente balanceado e recurvado, moldado em massa e assente em pilastras ou cunhais de pedra. Os telhados múltiplos de tesouro, principalmente depois do terramoto de 1755, vão sendo substituídos por telhados uniformes de quatro águas. No desenho dos vãos continuam as molduras de recorte clássico, mas aparecem principalmente no portal central e janela que o encima, modelos barrocos de sabor autóctone, com enquadramento de volutas e acantos estilizados. Em Albufeira, aparece uma concha na decoração central da verga das janelas de peitoril ainda aplicado nas janelas laterais da casa nobre da família Mendonça Matos Moreira de finais de setecentos. O recorte nas janelas de influência pombalina, pode-se verificar nos vãos que não pertencem à fachada do piso nobre da casa nobre Gama Lobo de Loulé, ainda anterior à obra pombalina de Vila Real de Santo António, sendo que para o final do século é a influência do modelo neoclássico de Fabri (Palácio Bivar em Faro e Casa Grande em Silves) que vai orientar o gosto de algumas elites algarvias conjugado também com alguma aplicação *rocaille* e recorte barroco depurado desenvolvido por Diogo Tavares (casa nobre da família Mendonça Matos Moreira em Albufeira e Azevedo e Silva de Loulé).

É certo que este tipo de edifício se prolongou até muito tarde na arquitectura algarvia e portuguesa. Constata-se de facto o respeito pela tradição num reconhecimento por determinadas «invariantes». Não deixou, contudo de haver alguma inovação como se se tratasse de uma repetição diferente o que caracteriza a originalidade e a especificidade da arquitectura portuguesa.

Relativamente ao que se passou fora do Algarve, não deixa de ser estranho que os viajantes estrangeiros se admirassem porque não encontravam em Lisboa um edifício sequer que merecesse a sua atenção. A justificação, na altura, poderia vir dos próprios nobres, antes de 1755, que começavam os seus palácios com bons planos mas «os acabavam sempre mal, voltando aos velhos princípios de acordo com a opinião de

qualquer frade ignorante ou de qualquer operário seu compadre...».¹¹ Mas de acordo com o que agora sabemos, “...se analisarmos os edifícios anteriores ao terramoto ainda subsistentes, veremos que são em muito maior número os casarões e palácios de arquitectura chã (só recentemente “inventada” por George Kubler), construídos nos períodos de austeridade pré e pós-restauração, que os prédios e casas senhoriais de exuberância nitidamente barroca.”¹² É aceitável que na cidade só se repare ou só chame a atenção o edifício que tem uma escala surpreendente ou que nos ofusca o olhar com o exagero decorativo. De resto, tão bem integrados se encontram que passavam despercebidos ao olhar menos atento. E isso não corresponde a uma intervenção de menor qualidade mas sim a uma “geografia arquitectónica completamente diferente, onde a clareza, a ordem, a proporção e a simplicidade definem os contornos de outra estética.”¹³ Paulo Varela Gomes refere-nos que muitos, senão a maioria, dos edifícios portugueses posteriores à década de 1580 habitualmente conotados com o chamado «estilo chão» apresentam ordens abreviadas seja nas pilastras e cunhais exteriores, seja no interior. Outros utilizam, pelo contrário, um toscano ou dórico de elementos constitutivos distintos. “ Soluções chãs ou planas de paredes e molduras, partidos arquitectónicos simples, podem ter sido resultado de circunstâncias muito variadas: desde logo a falta de recursos que interditava a contratação de escultores ou pedreiros muito qualificados, mas também a influência da arquitectura militar ou das ideias da Reforma católica...a simplicidade...pode ter estado ligada, não a razões de confinamento de pobreza, mas à erudição mais cosmopolita e a leituras peculiares da literatura arquitectónica internacional.”¹⁴ Estamos portanto em presença de arquitectura erudita de desenho que é informado por “um saber vasto e variado”, de autor que alie, de preferência, a formação escolar e tratadística ao conhecimento da mais recente moda internacional.¹⁵ E mesmo sem autoria documentada pensamos que se poderá deduzir a sua filiação erudita quer se encontre no Algarve ou no resto do país.

Na época Medieval, em Lisboa, Porto ou Coimbra a casa urbana subiu em altura (o solo era escasso intramuros). No entanto, a regra da cidade portuguesa, onde se inclui o Algarve, parecia ser a de casas térreas, menos comum a casa de dois pisos (sobrado),

¹¹José-Augusto FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, p.37, em referência a C.F. de Merveilleux, naturalista suíço chegado a Portugal em 1723.

¹²João Vieira CALDAS, *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*, p.33

¹³George KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã*, p. 5

¹⁴Paulo Varela GOMES, *Ordem Abreviada e Molduras de Faixas: Contribuição para a discussão do conceito de «Estilo Chão»* in “V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte”, 2001, p. 204

¹⁵João Vieira CALDAS, op.cit., p.20

de fachada estreita, mas lote mais comprido, compactas, com o mínimo de janelas e com a porta a assegurar o contacto exterior/interior no rés-do-chão, pois as aberturas iluminam mas também deixam entrar vento e frio. É assim a casa corrente de finais da Idade Média até ao século XVI. E só depois da divulgação da vidraça é que a casa urbana se tornou mais ampla e mais sofisticada. Paralelamente a estas habitações, umas maiores e melhor construídas, outras simples barracões térreos, haviam as casas de morada de pessoas destacadas (fidalgos, alcaides-mores, bispos e abades, ricos burgueses ou funcionários régios) e os Paços Reais.

A palavra paço vem do étimo latino *palatium* : designa uma construção de morada sumptuosa que, pelo seu aspecto se distingue precisamente da habitação corrente. Sempre de dois pisos (o andar térreo e o sobrado). Era constituído por uma sucessão de salas, não havendo corredores - divisões contíguas umas às outras - nem escadarias exteriores (segundo José Custódio Vieira da Silva¹⁶) - é neste aspecto que a história da casa mais evoluiu posteriormente com a criação de espaços de comunicação que permitem entrar ou sair de uma sala sem passar por outra. Nas cidades, paços nobres só os episcopais, os reais e dos alcaides-mores (nas alcáçovas dos castelos). É no reinado de D. Manuel e D. João III que a nobreza se instala definitivamente nos centros urbanos que tinham resistido à sua fixação e no Algarve nos séculos XV e XVI também. Mas já fora das muralhas, mesmo assim em espaços importantes que não lhe são muito distantes.

Desde a Idade Média, em vários casos, desenharam-se quarteirões mais ou menos regulares com repetição e simetria nos alçados decorrentes de uma reordenação de um novo território ou pela fundação de novas cidades ou vilas¹⁷. Mas é com o desenvolvimento de uma política urbanística relacionada com a Expansão Marítima e com a ciência Matemática que se vai aplicar uma arquitectura de programa que servia uma nova visualização do espaço urbano no sentido do seu “aformoseamento”. A aula do Paço e mais tarde a Academia da Fortificação, dão pois origem à implementação de uma arquitectura de programa de base tratadística que se vai assimilar coletivamente. No período manuelino Lisboa sofre regulamentação de fachadas e de construção (proibição de construção de balcões ou sacadas salientes, cortando com a tradição islâmica do «musharabié» assim como da destruição dos existentes) sendo obrigatória a

¹⁶José Custódio Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, Lisboa, 1995,2002, p. 29.

¹⁷Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (CD-ROM), 2009, p. 80-220

tipologia de casa urbana de pedra e cal com medidas normalizadas e limitação das sacadas a palmo e meio, medidas que se vão prolongar até ao pombalino do século XVIII. Teremos modelos de casas, para além dos casos de fundação, com casas térreas ou sobradadas, de série, com três ou duas janelas de cada lado da porta de entrada, uniformidade de beirais, sacadas ou vergas. Esta urbanidade também se propagou à «casa nobre» da província ou da corte, sendo até regulamentada na época de Pombal “...entendam por Casas Nobres : Primo, os Palacios de Prospecto decoroso e notória Nobreza: secundo, os Edificios, na contiguidade de outros tiverem para as ruas nos prospectos seis janellas de frente em hum só andar, e dahi para cima...”¹⁸. Portanto, casas nobres podem ser os palácios e os edifícios com pelo menos seis janelas. Cabem nesta descrição as casas nobres do Algarve.

Horta Correia refere-nos ainda a mesma impressão de urbanidade patente na tradição chã dos palácios da Restauração, nos grandes «casarões», sobretudo na série seiscentista dos Tinocos e, como não podia deixar de referir, nos quartéis, estes sim claramente numa arquitectura de programa baseada num sistema modular em dois pisos, que se aplicou, nos séculos XVII e XVIII um pouco por todo o país. Vila Real de Santo António é exemplo disso, em que o quartel não se distinguia de todos os outros blocos, neste caso, de casas térreas. Mesmo sendo casas térreas, trazem consigo uma carga erudita das casas nobres, com ritmo de vãos e nembos de igual dimensão.

Carlos de Azevedo refere-nos que no Norte a casa senhorial, fora da cidade, adopta a torre (de arquitectura militar medieval) com corpo residencial regular (século XV) no seu enfiamento – este tipo talvez o que evoluiu para a “casa comprida” do século XVIII. O Sul, mais aberto à experiência do Renascimento, a partir de Lisboa, Coimbra ou Évora, centros polarizadores da arte renascentista, adapta, acrescenta e compõe preocupado em criar nova arquitectura. Mas mesmo assim conservam uma escala humana e acolhedora, não sendo de grandes dimensões. As casas nobres desenvolvem-se em comprimento, com alçados de grande simplicidade, repetindo até um tanto monotonamente as aberturas. A capela é agregada à casa, como anteriormente a torre também o era. As janelas apresentam cornijas simples e direitas ou rematadas com frontões curvos e triangulares, quebrados ou ondulados (neste caso já na época barroca). Assim, através, de um processo de evolução, é no século XVIII que a casa

¹⁸Arquivo Municipal de Loulé, *Colecção das leys, decretos e alvarás que comprehende o feliz reinado del Rey Fidelissimo D.José I, nosso senhor, 1769-1775* p.201.

nobre adquire o seu carácter mais português. O “movimento” veiculado pelo barroco é exterior e superficial, em que a sequência rítmica das janelas imprime movimento em direcção ao centro da fachada. A monumentalidade ficou-se pelo convento de Mafra, havendo algumas casas que se evidenciam pela sua imponência, mas a maioria dos casos respeita a escala humana (e a tendência para a construção num único plano, em contraste com Itália ou França).

Com efeito, é só a partir de meados do século XVIII, que a janela de sacada gradeada que encima a porta principal surge mais sobressaída que as outras e o gradeamento e balcão em pedraria é mais trabalhado ou ondulado. Talvez até por influência de Ludovice e do seu próprio prédio em São Pedro de Alcântara, com o portal associado a uma varanda mais sobressaída e de linha curva. “Manuel da Maia, nas suas explicações para a urbanização de uma grande zona a noroeste da cidade (de Lisboa), aconselhava adicionar portais cuidados aos prédios de rendimento, para obter «casas nobres». Na sua opinião era o portal que fazia o palácio...”¹⁹. José Augusto França, adianta ainda, que isto não era original e que no século XVII, as casas das grandes famílias da corte (pela crítica de viajantes estrangeiros) não eram mais que enormes edifícios aos quais só o portal emprestava alguma nobreza arquitectónica. Mais adianta, referindo que no decorrer desse século, e na primeira parte do século XVIII, então sob a influência do barroco romano adoptado por Ludovice (Palácio e convento de Mafra), o portal associava-se a uma varanda de salão nobre, num elemento arquitectural comum e especialmente tratado.

A casa nobre que nos interessa neste trabalho, já era urbana ou muitas vezes não o era, encontrando-se no seu limite e estando actualmente rodeada pela cidade. Não confundamos esta casa nobre com um Paço (já descrito atrás) nem com um Palácio ou Quinta de recreio, nem com o Solar. Esta identificação refere-se à habitação fidalga em que a própria casa se identifica com a casa instituição nobiliárquica conferindo estatuto à família que lhe está ligada e vice-versa, ligada a uma das categorias cimeiras da fidalguia portuguesa, a de fidalgo de solar. “Nesse sentido, a designação de solar e o estatuto de fidalgo de solar parece não ter existido no Algarve. Mais anexado que integrado na nação portuguesa, solo cristão de data recente, não teria passado o tempo necessário à criação e desenvolvimento de famílias de pergaminhos nem haveria propriedades organizadas em torno de velhos solares. O período de islamização tinha

¹⁹J. A. FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 1997, p. 179

sido demasiado longo para que houvesse vestígios ou sequer memória de linhagens anteriores à invasão muçulmana.”²⁰ Assim, no Algarve a casa nobre não será um palácio ou solar, mas um edifício enobrecido, que serve de residência às elites locais, mas de pequena escala não apresentando grandes dimensões. De resto, a documentação coeva faz somente referência a “casas nobres” não as diferenciando, com exceção da regulamentação pombalina conforme já se fez referência, que identifica como “casas nobres” os palácios e os edifícios com pelo menos seis janelas.

Estas casas, que no século XVIII também se identificam por «casa comprida», como refere Carlos Azevedo, distinguem-se pela sua fachada desenvolvida em comprimento, simétrica, com a entrada a servir de eixo da composição. Se existir capela, no extremo ou centralmente, esta procura não perturbar a composição, seguindo a linha da fachada e repetindo elementos da fachada ou outras vezes rompe mesmo a cornija da casa. Existe um piso dominante, que é o chamado «andar nobre», apresentando-se sempre mais rico, a nível de concepção de janelas, que o andar térreo. Este piso normalmente é aproveitado para arrecadações, adegas ou celeiros. As fachadas podem ser articuladas com pilastras lisas, que dividem verticalmente o edifício em três ou mais secções. As barras horizontais também são muito frequentes. A entrada nobre, com pórtico enriquecido, sustenta balcão com grade, com continuação de janela mais rica que é rematada por brasão de armas da família ou por frontão constituindo o remate da entrada. A escadaria do edifício urbano foi incorporada no seu interior, em caixa de escada com lanços convergentes e divergentes a partir de patamares. As mais ricas serão revestidas com azulejos e os tectos de madeira poderão ser pintados. As paredes pintadas só vão aparecer mais tarde no mesmo século (XVIII) assim como os tectos de estuque.

As variantes deste tipo de casa são imensas, existindo em maior número no Norte, pois aí teremos um maior número de habitantes e de fidalguia. Por todo o país, não serão edifícios da nobreza da corte mas serão edifícios enobrecidos, propriedade de uma aristocracia regional reflectindo necessariamente as limitações dos encomendantes e da mão de obra disponível como refere João Vieira Caldas, no seu recente estudo sobre a casa nobre algarvia em ambiente rural. Tais casas, sobretudo na época setecentista, constituem a síntese de uma tradição que teve início no período medieval. E, não podemos assim estranhar a existência de casas nobres no Algarve com as mesmas

²⁰ João Vieira CALDAS, *A arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*, 2007, p.40

características de outras existentes na mesma época e espalhadas um pouco por todo o país.

Encomendantes e respectivas casas de morada

Os encomendantes destas casas nobres pertenciam a uma nobreza hereditária e à fidalguia de Portugal do Antigo Regime, cujo poder e hegemonia se enraizava e se exteriorizava a nível local e regional. São famílias vinculadas à terra que “encarnam a autoridade: o primeiro lugar na igreja, na câmara, nas ordenanças, na misericórdia, na deputação do concelho em cortes...Este é o mundo por excelência das cartas de armas de nobreza e fidalguia. Até ao fim do Antigo Regime, com excepções crescentes.”²¹ Alguns destes nobres pertenciam às ordens militares de Cristo, Avis e Santiago, acesso que só poderiam ter se provassem a sua nobreza e de seus quatro avós. Mas foi sobretudo em função da sua intervenção nas campanhas do Norte de África, Tânger ou Mazagão, que aumentou o prestígio da nobreza algarvia, ao longo do século XVI e até ao século seguinte. Manteve-se pois fundamentalmente ligada à função militar e à administração autárquica local, sendo que alguns abraçaram as letras. Mas a base económica assentou na terra livre ou vinculada (viviam na cidade mas vigiavam as terras que se localizam nas zonas envolventes), nos ofícios da fazenda, da justiça e da administração em geral e nas tenças régias a premiar serviços. Quanto à actividade comercial, só mais tarde no final do século XVIII, essa relação se fez sentir, principalmente pela via do matrimónio.

Para além dos alvarás de fidalgo da casa real, os outros diplomas de fidalguia eram as cartas de armas de sucessão, pelas quais o soberano reconhecia a fidalguia de linhagem e de cota de armas do seu titular, e as cartas de armas de mercê nova, através das quais o monarca criava o agraciado fidalgo de linhagem e de cota de armas e até, mais rara e solenemente, fidalgo de solar.²² É, pois, entre as famílias com membros fidalgos que circulavam os cargos principais da vila : capitão-mor²³ e sargento-mor das

²¹Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime. Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio*, revista “Tabardo”, nº2, 2003, p.89

²² Idem, p.88. A fidalguia de solar, como já vimos, parece não ter existido no Algarve e a nível do país tem um número reduzidíssimo de casos como os das famílias Castro do Rio, Coronel, Espargosa, da Mata e Ribafria.

²³O posto de capitão-mor era atribuído aos chefes das zonas (capitanias-mores) pelo Regimento das Companhias de Ordenanças de 1570, para o efeito de organização militar do país, tendo vigorado entre os séculos XVI e XIX. O capitão-mor era por inerência o alcaide-mor da terra ou o eleito pela vereação da Câmara Municipal local assim como o sargento-mor. Estes cargos deveriam recair em pessoas da primeira nobreza. e tinham a função de recrutamento para as tropas de 1ª e 2ª linhas e de defesa imediata das respectivas povoações, tendo no Algarve uma grande responsabilidade devido à sistemática pressão feita pelos mouros e outros corsários ao longo da costa algarvia. J. Romero, MAGALHÃES, *O Algarve Económico: 1600-1773*, 1993, pp. 337-339

ordenanças ou ouvidor. Estes cargos passavam de pais para filhos e era sempre o filho varão, mais velho, que o herdava. Os outros filhos mais novos tinham de se limitar aos "restos" da herança do pai. Muitas vezes já pouco herdavam, uma vez que a grande parte do "bolo" ia para a Igreja ou para as Misericórdias como vínculos (Capelas). Outras vezes, a esses filhos segundos era exigida vocação religiosa. Veja-se por exemplo alguns apelidos dos cónegos como Guerreiro Machado, Pinto Ribeiro, Lobo Pessanha, Mendonça Pessanha, Mascarenhas Figueiredo, Mendonça Manoel, Dias de Lima, Corrêa, Oliveira Delgado, Gama Lobo, Baião Pereira, Brito Castanheda e muitos outros.²⁴ Independentemente da sua hierarquia e antiguidade, a maioria destas famílias usava brasão de armas: nos sinetes com que selam os documentos que emitiam, nas fachadas das casas de morada, em peças de prata, nas capelas que administravam, nas campas onde jaziam, etc.²⁵ Para grande parte desta gente nobre, a casa urbana seria a principal devido às suas obrigações políticas. O vereador devia ter morada no núcleo urbano a fim de estar presente nas reuniões e de cumprir as suas obrigações políticas. Teriam o seu alojamento nas propriedades de que eram detentores, mas que não seria de grande importância não se distinguindo da habitação de um lavrador abastado.

Para esclarecer o que se especulava sobre a inferioridade da nobreza algarvia²⁶, a investigação de Miguel Côrte-Real demonstrou precisamente o contrário e estabeleceu uma tipologia da nobreza de linhagem do Algarve partindo dos perfis sócio-profissionais dos seus titulares. Arrumou-a em três grandes divisões. A saber: Nobreza urbana – assente no serviço régio, seja de carreira das armas ou da magistratura judicial (servidores da casa real : tropa de 1ª linha; juízes de fora, corregedores, desembargadores, etc); Nobreza rural – assente no rendimento da terra, sejam propriedades livres ou vinculadas, servindo localmente nas ordenanças e câmaras (à margem do serviço régio); Nobreza comercial – assente no negócio de grosso trato.²⁷

Partindo destes critérios vejamos de seguida a classificação e alguns aspectos na exteriorização e afirmação da condição nobiliárquica dos opulentos e grandes

²⁴J. Romero MAGALHÃES, *O Algarve Económico: 1600-1773*, Lisboa, 1993, p. 355

²⁵Miguel Maria Telles Moniz CORTE-REAL, *A nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditária e civil* in “O Algarve da antiguidade aos nossos dias”, coord. Maria da Graça Maia Marques, 1999, p.294.

²⁶ “...não sendo uma nobreza titulada ou fidalga, devidamente registada nos livros da Corte, era uma «nobreza de pelourinho» (para não lhe chamar de campanário, em tradução desajustada)... a denunciada abertura a uma espécie de nobreza local “togada” (escrivães, tabeliães, advogados)... Estes nobres que são apenas, na lei, *cidadãos e homens bons* (em termos de linguagem medieval persistente) sentiam-se participantes do grupo aristocrático e assumiam os seus valores, os seus padrões de conduta, o viver ao estilo e lei da nobreza...” J. Romero, MAGALHÃES, op.cit. p. 332,334.

²⁷Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p. 487

proprietários do Algarve possuidores de casas nobres em Tavira, Faro, Albufeira, Silves e Loulé.

Tavira:

No século XVII, António de Brito Medeiros e Aboim, de nobreza rural²⁸, foi administrador de um dos morgados da Revelada, sucedendo-lhe Alberto António de Brito Guerreiro e Aboim, capitão-mor de Tavira (1753) e Familiar do Santo Ofício, que em pesquisa para este trabalho se verificou ter casado com uma irmã de Manuel José da Gama Lobo, sargento-mor de Loulé - nobreza centenária ou anterior, tendo casas de morada e capela com pórtico brasonado com pedra de armas, com duas janelas de sacada e uma de peitoril, com algum afastamento entre elas, na Rua da Caridade (actual Rua Guilherme Gomes Fernandes), subsistindo, ao que parece com a traça primitiva: Casa dos morgados da Revelada, Tavira.



Fig. 1 - Casa nobre dos Morgados da Revelada em Tavira, pertencentes ao vínculo que englobava a ermida de igual nome, junto às mesmas²⁹.

²⁸Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p. 487

²⁹ *Ibidem*, p. 578



Fig. 2 - Janela de sacada de lintel recto e cimalha saliente



Fig.3- Portal de recorte seiscentista.



Fig.4 -Pedra de armas sobre o portal, de traça setecentista, relacionada com a Carta de Armas outorgada a António de Brito Medeiros e Aboim em 1710³⁰.

³⁰Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p. 577

O Desembargador João Leal da Gama Ataíde, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício, herdou de seu irmão, o Padre Doutor Henrique Nunes Leal da Gama e Ataíde, Comissário do Santo Ofício e Ministro da Ordem Terceira de São Francisco, o morgado de Manja Clara vinculado ao culto de Nossa Senhora do Livramento. Em meados do século XVIII, adquiriu o Palácio da Galeria fazendo aí a sua morada. Família certamente de nobreza urbana, assente no serviço régio de magistratura judicial. O edifício, conhecido como as “Casas da Galeria” pertencia ao domínio direto do Hospital do Espírito Santo em 1753. “E porque em 1756 já o Doutor João Leal é dado como morador na «Galeria», terá sido entre 1753 e 1756 que se realizaram as grandes obras de ampliação, reorganização do espaço e sistematização da fachada. Portanto terão sido obras sensivelmente contemporâneas das do Hospital”³¹ este da autoria de Diogo Tavares. A fachada da «Galeria» “é ritmada por um notável conjunto de vãos que configuram o andar nobre, formando três conjuntos. Um de três vãos à esquerda da porta principal e dois de quatro vãos de cada um dos lados de uma porta pequena de verga curva.” Portanto um ritmo de 3+1+4+4, com um total de doze vãos de sacada no andar nobre e em cada conjunto uma distância entre vãos menor que a dimensão do vão. A morfologia dos vãos pode denunciar a autoria de Diogo Tavares.



Fig.5 -Casas da Galeria, edifício remodelado no séc. XVIII, que apresenta doze janelas de sacada agrupadas em três conjuntos, com portal encimado por janela localizado lateralmente. “Para reforçar a falsa centralidade da articulação portal/janela, o conjunto é enquadrado por duas placas de talha esculpida como se fossem pedra de armas...”³². A cada vão de sacada corresponde uma janela de peitoril de duplo lintel e cornija saliente.

³¹ José Eduardo Horta CORREIA, *Diogo Tavares e a arquitectura de Tavira do século XVIII*, in “O Algarve em Património”, 2010, p. 259

³²Ibidem, p. 259



Fig.6-Vão de moldura lisa e complementos decorativos formados por “frontão curvo (como no Hospital) volutas laterais com lacrimal e uma pequena tabela *rocaille*. O mesmo modelo aparece em Tavira numa casa nobre da Rua Nova Grande.”³³



Fig.7-Portal, possivelmente uma persistência do século XVII, que contrasta o seu despojamento geométrico, com a janela de sacada de recorte idêntico às outras que “apresenta duas composições de enrolamentos acânticos, como se fora de talha em pedra, que acompanham, mas não chegam a tocar, as ombreiras lisas”.³⁴



Fig.8 -Os enrolamentos acânticos na janela de sacada sobre o portal, correspondem ao sistema Idêntico que aparece na Casa do capitão-Mor e no palácio das Açafatas em Faro. O portal da Igreja de S. Sebastião em Albufeira segue o mesmo padrão.

³³Ibidem, p. 259

³⁴Ibidem, p. 259

Silvestre Falcão de Sousa Pereira de Berredo, de nobreza rural³⁵, foi proprietário de casa de morada em Castro-Marim, simétrica, com oito janelas de fachada (4+4) e portal encimado pela pedra de armas, na actual Rua Silvestre Falcão mas demolidas na década de 1980. Em Tavira foram de sua propriedade as dos Paços de Concelho e casas da Câmara e outra casa na Rua Nova, que edificou em inícios do século XIX e onde passou a viver. Tem planimetria longitudinal e ainda com telhados de quatro águas de tesoura. É simétrica e apresenta sete janelas de sacada (3+1+3) e a encimar o portal central, janela de sacada sobressaída em relação às restantes, sendo todas de lintel recto e cornija curva. O afastamento entre estas janelas corresponde a uma dimensão idêntica à dimensão do vão, no entanto não são sempre iguais, parecendo até que houve erro de construção.



Fig.9 -Casas nobres de oito janelas de fachada em Castro-Marim . Foram as casas de morada desta vila, de Silvestre Falcão de Sousa Pereira de Berredo, derrubadas na década de 1980³⁶. O portal central é encimado ao que parece por pedra de armas assim como na casa Gama Lobo de Loulé apresentando o mesmo ritmo de vãos em que o espaçamento central entre eles é maior correspondendo ao dobro do que é aplicado lateralmente.



Fig.10 -Casas nobres na Rua Nova em Tavira, de Silvestre Falcão de Sousa Pereira de Berredo, edificadas nos inícios do séc. XIX³⁷.

³⁵Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p. 487

³⁶Foto: fonte Ibidem, p. 598

³⁷Ibidem



Fig.11 -Janela de sacada de lintel recto e cornija curva saliente. Repare-se no recorte da pedraria muito semelhante ao trabalho que Diogo Tavares elaborou nas cidades de Tavira e de Faro.



Fig.12 -Portal central, com pilares salientes, encimado por janela de sacada saliente em relação às restantes.



Fig.13 -Portal central ladeado por pilares e encimado por janela de sacada com balcão de recorte ondulado.

Faro:

Ainda no século XVIII, Francisco José Moreira de Brito Pereira do Carvalho e Vasconcelos, foi administrador dos três morgados instituídos pelos reverendos licenciados Fernão Neto, Baltasar Rodrigues Neto, prior de S. Pedro de Faro, cónego Marcos Rodrigues Neto e pelo tesoureiro-mor e coadjutor da sé de Faro, João José Baptista de Oliveira assim como do morgado da “Quinta da Casteleira” em Lagos (dote de casamento dos pais, Fernando José de Seabra Neto e D. Mariana Vitória de Brito e Castanheda) e da capela instituída em Tavira por Matias Pereira de Vasconcelos³⁸. Fez assento principal nas casas de morada de Faro e que herdou então de seu pai, o mestre de campo Fernando José de Seabra Neto, opulento morgado algarvio, que por sua vez já as tinha herdado de seu pai, o Capitão-Mor Baltasar Rodrigues Neto e Seabra, que pensa-se as terá construído de raiz quando se mudou de Portimão para Faro em 1732. Trata-se da Casa das Açafatas, habitada no último quartel do século XVIII e no século XIX, então pela família do coronel Francisco José Moreira de Carvalho e Vasconcelos e de sua esposa, D. Rita Efigénia, Açafata da Rainha D. Maria I, família de nobreza urbana. Pela mesma altura, foi o responsável pela construção do palácio de Estói³⁹. A casa nobre tem planimetria longitudinal com telhados de quatro águas de tesouro, dois pisos, composição simétrica com eixo central em articulação portal-janela-brasão, com enquadramento de volutas e acantos estilizados barrocos. Apresenta mais oito janelas de sacada no andar nobre (quatro de cada lado) pelo ritmo de composição 4+1+4 com afastamento entre elas de dimensão superior à dimensão do vão.



Fig.14 -Casa das Açafatas, edifício de início de setecentos, com portal barroco central e nove janelas de sacada no piso nobre.

³⁸ Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p. 506

³⁹ José Eduardo Horta CORREIA, *O Palácio de Estói, obra de Manuel Caetano de Sousa?*, decorrente do “IV Congresso de História da Arte Portuguesa-Homenagem a José-Augusto-França”, 2012 (Policopiado), p.3



Fig.15 - Janela de sacada setecentista, com duplo lintel e cimalha saliente e de duplo quadrado.



Fig.16 - Portal-janela-brasão (a que foi acrescentado no final do século XVIII um coronel de nobreza⁴⁰) a marcar a simetria do edifício, com enquadramento de volutas e acantos estilizados.



Fig.17 - O balcão da janela de sacada central, é diferente dos restantes, mas ainda recto, apresentando, no entanto, ondulação na guarda de ferro forjado.

⁴⁰José Eduardo Horta CORREIA, *O Palácio de Estoi, obra de Manuel Caetano de Sousa?*, decorrente do “IV Congresso de História da Arte Portuguesa-Homenagem a José-Augusto-França”, 2012 (Policopiado), p.3

A Gil Vaz Lobo Freire Pantoja, cuja filha casou, em 1733, com seu primo, Damião de Lemos Faria e Castro, pertenceu a casa nobre, localizada em Faro na Rua de Santo António, quase em frente da Casa das Açafatas, nos princípios do século XVIII. A família Pantoja ou Lemos de Faria⁴¹, foi possuidora de títulos ou cargos como o de cavaleiro fidalgo da casa real, cavaleiro da ordem de Cristo, juiz ordinário ou de vereador, pelo que poderemos aplicar-lhe a denominação de nobreza urbana. O brasão deste ilustre historiador figura no eixo da fachada principal. Aqui esteve instalado o Museu Marítimo e hoje serve de sede ao Clube Farense que, em 1917, promoveu obras de adaptação restando as salas de aparato, duas delas com os brasões pintados nos caixotões das coberturas⁴². A planimetria é longitudinal, com telhados de quatro águas de tesoura. O andar nobre apresenta dez janelas de sacada com gradeamento de ferro forjado, a ritmo regular, sendo o portal encimado pela pedra de armas e ladeado por dois pequenos óculos ovais. O afastamento entre as janelas corresponde a uma dimensão maior que a dimensão do vão.



Fig.18 -Solar dos Pantojas, edifício setecentista de princípio do século, de assumida arquitectura chã, com portal a marcar simetria e encimado por brasão, mas que não alterou o ritmo das dez janelas do piso nobre. O mesmo acontece na fachada seiscentista do convento de S. Francisco (com quatro janelas no piso nobre e portal a marcar a simetria) mas de maior afastamento entre os vãos.

⁴¹“...em fins do século XVIII...havia em Faro, um grupo de famílias cujos palácios ainda hoje atestam a sua abastança e nobreza...eram os Freires de Pantoja, cujos pergaminhos vinham de longa data, senhores de largas terras em todo o Portugal, nas ilhas e em Inglaterra, morgados no Alentejo, ligados pelo casamento à família do Marquês de Pombal...” Justino de Bivar WIENHOLTZ, *Faro no decorrer do século XIX*, Faro, 1947, p. 4

⁴²Francisco I.C. LAMEIRA, *Faro: edificações notáveis*, 1997, p.46



Fig.19 -Janela de sacada de lintel recto e cimalha saliente.O gradeamento de ferro forjado da sacada é idêntico ao gradeamento da casa nobre Gama Lobo de Loulé.



Fig.20 -Portal de lintel recto com cimalha saliente e encimado por pedra de armas da família, conjugado com dois pequenos óculos ovais laterais.



Fig.21 -Portal de grande sobriedade encimado por pedra de armas da família. A cimalha de cantaria é idêntica à cimalha das janelas de sacada do piso nobre.

O Desembargador Veríssimo de Mendonça Manuel, capitão-mor de Faro, mandou construir casa nobre na Rua Filipe Alistão. Após a sua conclusão, em 1751, passou a residência citadina do referido capitão-mor, que deixou a Quinta do Ourives para segunda habitação.⁴³ A partir do século XIX, foi residência da família do judeu Abraão Amram, que promoveu algumas obras no interior, nomeadamente a abertura de novos vãos. Posteriormente, serviu de pensionato e, desde 7 de Dezembro de 1936, está aqui instalado o Colégio Algarve.⁴⁴ Neste grande casarão, possivelmente com traça de Diogo Tavares (assim como a Quinta do Ourives), distribuem-se nove janelas de sacada no piso nobre, centralmente com um módulo mais apertado, destacando-se o portal rematado por uma janela de sacada diferenciada com enquadramento de expressivos trabalhos de cantaria.



Fig.22 -O Solar do Capitão-Mor é constituído por um corpo central e dois laterais, cada corpo com três janelas, apresentando o corpo central um afastamento menor entre os vãos.

⁴³...Diogo Tavares continua os programas de arquitetura chã desenhando vãos de recorte *seiscentista* como na (...) Horta do Ourives ou na Casa do Capitão-Mor, do mesmo encomendante. Neste grande casarão urbano da Rua Filipe Alistão, valoriza o corpo central enquadrando-o por expressivas pilastras e tira partido do balanceamento da cornija e do desenho dos cunhais dos relevos adjacentes à varanda central. Desta casa importa ressaltar o átrio abobadado dividido por três arcos abatidos suportados por colunas de mármore de ordem toscana”. José Eduardo Horta CORREIA, *Raízes da originalidade e diversidade da arquitectura Barroca em Portugal*, Comunicação apresentada ao “VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte” no Rio de Janeiro em 2004, in “O Algarve em Património”, Olhão 2010, pp.233-234

⁴⁴Francisco I.C. LAMEIRA, *Faro: edificações notáveis*, 1997, p.50



Fig.23-Janela de sacada de desenho tradicional de duplo lintel e cimalha saliente. O gradeamento de ferro forjado apresenta semelhanças com o Solar dos Pantojas e Casa nobre Gama Lobo de Loulé.



Fig.24-Portal encimado por janela de sacada conjugado com óculos de recorte barroco quadrilobado (assim como no óculo da capela na Horta do Ourives). O enquadramento de trabalho de cantaria é mais estilizado em relação ao que é apresentado na Casa das Açafatas, no entanto segue a mesma composição na janela superior.



Fig.25 -O balcão da janela de sacada central, é igual aos restantes, apresentando, no entanto, ondulação na guarda de ferro forjado.

Fernando Maria de Mendonça Pessanha Mascarenhas e sua mulher D. Maria Francisca da Paz de Bivar Weinholtz, instituíram em 1814 o morgado de Belamancil, centrado na quinta do mesmo nome, nos arredores de Faro - a pedra de armas com o brasão outorgado em 1811, proveniente da quinta de Belamancil encontra-se actualmente no museu de Faro - têm casa de morada na casa nobre denominada “palácio Bivar”⁴⁵, na antiga Rua Direita de Faro, cujas cantarias com excepção do pórtico, a ele se deve a encomenda feita em 21 de Dezembro de 1815⁴⁶. A riqueza possuída por Fernando Maria de Mendonça Pessanha Mascarenhas, adquiriu-a por casamento com a viúva do seu detentor⁴⁷. A casa nobre tem planimetria longitudinal com telhado de quatro águas, dois pisos, composição simétrica com eixo central em articulação portal-janela e uma torre-mirante, construída posteriormente (1863, data no empredado do átrio). Apresenta treze janelas de sacada no andar nobre pelo ritmo de composição 6+1+6 com afastamento entre elas de dimensão um pouco superior à dimensão do vão. As pedrarias apresentam características já correspondentes à viragem do século como nas que são utilizadas no solar de Silves, molduras rematadas por frontões triangulares.



Fig.26 -Palácio da família Bivar Weinholtz, edifício de finais do século XVIII, com portal central e treze janelas de sacada no piso nobre.

⁴⁵ Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p.508

⁴⁶Francisco I.C. LAMEIRA, *Faro: edificações notáveis*, 1997, p.62

⁴⁷O primeiro marido foi quem construiu o edifício em finais do século XVIII, Manuel José Gomes da Costa, sargento-mor, mestre de campo (1784-1794) e depois coronel(1799) da cidade de Faro e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo. Também exerceu o cargo de Secretário da mesa da Misericórdia que tinha como Provedor o Bispo D.Francisco Gomes de Avelar. Casou em 1792 indo o casal viver para o palácio que já se encontrava construído (ou parcialmente construído). Faleceu em 22 de Outubro de 1804. Justino de Bivar WEINHOLTZ, *Faro no decorrer do século XIX*, Separata do “*Correio do Sul*”, Faro, 1947, José António Pinheiro e ROSA, *Monumentos e edifícios notáveis do Concelho de Faro*, Câmara Municipal de Faro, 1985, *A Família Bivar de Faro e o seu Palácio, separata de “O Algarve”*, Faro, 1986. Também disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70086/>



Fig.27 -Janela de sacada de duplo lintel com recortes laterais e cimalha saliente onde assenta frontão triangular.



Fig.28 -Eixo de simetria marcado pelo conjunto portal-janela, conjugado com óculos rectangulares laterais.



Fig.29 -O balcão da janela que encima o portal central, é mais sobressaído que os outros restantes e apresenta recorte ondulado. A mesma janela apresenta ombreiras laterais por volutas estilizadas e o portal pilares-estípites perspectivados, como no portal da Igreja de S. Francisco.

Albufeira:

Bernardo António de Mendonça de Matos Moreira⁴⁸, (irmão de José de Mendonça de Matos Moreira que teve armas outorgadas em 1773⁴⁹ com assento na casa em frente também armoriada), de nobreza urbana⁵⁰, capitão-mor de Albufeira e coronel com distinta carreira militar, era o mais rico proprietário de Albufeira⁵¹, fortuna que lhe permitiu construir uma das melhores casas nobres do Algarve e sem dúvida a primeira de Albufeira, com escudo de armas dos Mendonças (com três insígnias de condecorações militares) sobre a janela central do andar nobre. A casa nobre do Largo Jacinto de Ayet du Perier em Albufeira, apesar de se encontrar em ruína, apresenta dois pisos, planimetria em U, simetria na fachada com eixo central em articulação portal-janela-brasão, com nove janelas de sacada no piso nobre e ritmo de composição 4+1+4. Na zona central, apresenta no piso nobre, um módulo mais apertado, com uma maior proximidade entre os vãos. As janelas de peitoril da fachada lateral, apresentam molduras retas recortadas, com motivo centralizado, as do rés do chão com roseta circular, as do piso nobre com concheado.



Fig.30 -Casa nobre da família Mendonça Matos Moreira com portal central e janela de sacada encimada com pedra de armas.

⁴⁸Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p. 487

⁴⁹Processos de Justificação de nobreza, m. 9, nº 17, Ibidem, pp. 536, 591

⁵⁰Ibidem, p. 487

⁵¹Ibidem, p. 501



Fig.31 -Janela de sacada de duplo lintel com recortes laterais e cimalha saliente onde assenta frontão triangular.



Fig.32 -O desenho de pedraria utilizado no portal e janela que o encima é muito semelhante ao que foi aplicado na Igreja Matriz de Albufeira que se localiza a cerca de 100m de distância.



Fig.33 -O balcão da janela que encima o portal central, é mais sobressaída que as outras restantes e apresenta recorte ondulado. O portal tem verga curva, com extremos de perfil côncavo e recorte relevado.

Silves:

Gregório José Nunes Duarte Machado Guerreiro, de nobreza comercial⁵² (armas outorgadas em 1804⁵³), capitão-mor de Silves, fortuna adquirida no grosso trato, lavrador rico que vive *”não só de suas lavoura e Cultura de suas terras e fazendas, mas também negociante e rematante de rendas que administra por si e seus criados”*⁵⁴. Em 1820 era sócio com os genros de casa comercial com ligações “em Reinos estrangeiros” como a Holanda⁵⁵. Construiu casa nobre em Silves (Casa Grande), em 1811 (data lavrada no lintel da janela central) na Rua da Ponte, defronte da ponte velha, com pórtico encimado por janela de sacada a marcar simetria e armoriada com o seu escudo de armas (articulação portal-janela-brasão). Apresenta planimetria longitudinal com telhado de quatro águas, com nove janelas de sacada no piso nobre com ritmo de composição 4+1+4 e afastamento entre elas de dimensão superior à dimensão do vão.



Fig.34 -Casa Grande de Silves ou casa nobre da família Duarte Machado, com portal central e janela de sacada encimada com pedra de armas.

⁵²Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p. 487

⁵³Processos de Justificação de nobreza, m. 40, nº 5, Ibidem, pp. 536, 591

⁵⁴Ibidem, pp. 503-504

⁵⁵Ibidem, pp. 500,509



Fig.35 -Janela de sacada de duplo lintel com recortes Laterais e cimalha saliente onde assenta frontão triangular.



Fig.36 -Eixo de simetria marcado pelo conjunto portal-janela-brasão. A pedra de armas corresponde à transposição das armas outorgadas em 1804.



Fig.37 -O balcão da janela que encima o portal central, é mais sobressaído que os outros restantes e apresenta recorte ondulado. A mesma janela apresenta ombreiras ladeadas por volutas estilizadas e o portal pilares-estípite perspectivados, como no Palácio Bivar em Faro, mas aqui de desenho mais estilizado.

Loulé:

Manuel José da Gama Lobo, sargento-mor das ordenanças da vila de Loulé, fidalgo cavaleiro em 28.03.1742, vereador da câmara da mesma vila, de nobreza rural, mandou edificar casa nobre na actual Rua de Nossa Senhora de Fátima (topo da Rua de Portugal) contígua à capela da família, cerca de 1760, com oito janelas de sacada no piso nobre e portal a marcar simetria, armoriado com a pedra de armas de família e conjugado com dois óculos laterais de recorte barroco. Apresenta planimetria em U, com telhado de quatro águas, nove janelas de sacada no piso nobre com ritmo de composição 4+4, com afastamento entre elas de dimensão idêntica à dimensão do vão.



Fig.38 -Casa nobre Gama Lobo com portal a marcar simetria e encimado por brasão (articulação portal-brasão).



Fig.39 -Janela de sacada com duplo lintel e cimalha saliente.



Fig.40 - Portal encimado por pedra de armas em composição com óculos laterais quadrilobados.



Fig.41 -O portal apresenta um recorte estilizado do vocabulário barroco romano, com volutas trabalhadas à volta das ombreiras e conjunto lacrimal central encimado por roseta circular. Vocabulário aplicado em Mafra, capela-mor da Sé de Évora ou Igreja da Memória em Lisboa. Em finais de setecentos ainda Manuel Caetano de Sousa aplica esta conjugação (conjunto lacrimal encimado por roseta circular) no Palácio da Ajuda.

Simão José d'Azevedo e Silva Lobo, conselheiro, coronel capitão-mor de Loulé e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (nº 243 de 1828), procurador de Loulé às cortes em 1828, de nobreza urbana, construiu a casa nobre no topo da antiga Rua Ancha, em 1812. Seu filho, Marçal Henrique de Azevedo Aboim que nasceu em 1797, foi governador civil em Faro e também habitou a casa. Construída na viragem do século apresenta o piso nobre com nove janelas de sacada com pórtico encimado por janela de sacada a marcar simetria (articulação portal-janela). Apresenta planimetria quadrangular com telhado de quatro águas e as nove janelas de sacada no piso nobre um ritmo de composição 4+1+4 e afastamento entre elas de dimensão idêntica à dimensão do vão.



Fig.42 -Casa nobre Azevedo e Silva com portal a marcar simetria e encimado por janela de sacada diferenciada das restantes (articulação portal-janela).



Fig.43 -Janela de duplo lintel com cimalha saliente e recorte nas ombreiras como nas casas nobres de Silves, Albufeira e Faro (palácio Bivar).



Fig.44 -Portal central encimado por janela de sacada de desenho diferente das restantes. Apresenta recorte do formulário barroco introduzido por Diogo Tavares no Algarve, com volutas trabalhadas nas ombreiras (como nas janelas do convento do Carmo em Tavira), remate em frontão aberto e uma pequena tabela *rocaille* central, que poderia ser o brasão. Conjunto acompanhado de óculos ovais, como os aplicados à época, nas construções do jardim do Palácio de Estoi.



Fig.45 -O balcão da janela que encima o portal central, é mais sobressaída que as outras restantes e apresenta recorte ondulado. A cantaria do portal apresenta recorte relevado ainda do formulário de Diogo Tavares (por exemplo como na ermida de S. Sebastião em Faro ou outras igrejas de Tavira) mas num registo central diferente e mais próximo do desenho romano borromiano, aqui com roseta circular central.

Estes foram alguns nomes importantes do Algarve de setecentos com rendimentos significativos, de nobreza hereditária ou adquirindo-o por casamento e sempre possuidores de cargos na governança da terra e nas ordenanças militares, que construíram as suas casas de morada com grande notabilidade. É interessante verificar como o volume e características principais se mantêm numa continuidade da tradição seiscentista, notando-se, no entanto, uma evolução na aproximação ao século XIX ou mesmo já na viragem do século, com um aumento da monumentalidade e introdução de elementos ondulantes assim como do frontão agora de remate das janelas de sacada que viria a substituir o remate somente com cornija saliente, tão divulgada e repetida por todos os edifícios mais importantes da época.

Autores

Infelizmente não foi possível encontrar desenhos de projecto, nem saber quem foram os seus autores, no entanto as casas nobres de meados do século podem-se inserir numa tipologia algarvia e ser atribuídos na maioria (em Tavira e Faro) ao mestre canteiro Diogo Tavares “entalhador de pedra”, considerado “o maior arquitecto do barroco algarvio”⁵⁶. Contudo, considerando que estes nobres se conheciam e comunicavam entre si, e que naturalmente teriam contactos com várias pessoas importantes da Corte, cabe perguntar porque não teriam entregue o desenho e construção das suas moradas a arquitectos de nome, conhecidos de outras obras, mais próximas ou não, para que fosse sem dúvidas o seu reconhecimento local. Mas a contratação de um arquitecto famoso poderia, eventualmente, estar associada a imagem de edifícios monumentais da corte e caros. Supõe-se que tal não interessaria a estes homens nobres da terra, porque seriam sóbrios e, porventura pouco faustosos. Com efeito, na maioria dos casos só tinham o cavalo para a sua deslocação, com excepção de Francisco José Moreira de Carvalhal e Vasconcelos assim como de Fernando Maria de Mendonça Pessanha Mascarenhas e sua mulher D. Maria Francisca da Paz de Bivar Weinholtz que possuíam sege. No decorrer da pesquisa também ficámos a saber que o filho de Manuel José da Gama Lobo – Francisco de Paula Lobo Pessanha - também possuía sege. Acrescente-se aqui que o transporte utilizado pode até estar relacionado com a própria opção tipológica das casas, pois em Lisboa, com a utilização mais vulgar

⁵⁶José Eduardo Horta CORREIA, *O Palácio de Estoi, obra de Manuel Caetano de Sousa?*, decorrente do “IV Congresso de História da Arte Portuguesa-Homenagem a José-Augusto-França”, 2012 (Policopiado), p.3

da sege ou carruagem, algumas casas nobres apresentam dois portais de entrada⁵⁷ - por um entrava-se, pelo outro saía-se - o que no Algarve não chegou a acontecer.

Por outro lado, importa também considerar que é na época barroca que se alterou a tradição de que só era arquitecto quem viesse da arquitectura militar, ao trazer para “o risco” os ourives ou os escultores, os que “procuraram igualmente obter conhecimentos artísticos que lhes permitissem projectar as suas próprias obras, tornando-os autores das plantas ou riscos.”⁵⁸ É que, a não ser no emprego, em alguns casos, de telhados de tesouro (Tavira e Faro) e de ligeiras alterações, naturalmente com a afirmação do cunho pessoal de cada autor/construtor, todo o resto do conjunto de casas nobres construído no Algarve parece incluir-se, numa integração tipológica ao barroco nacional: guarnição dos vãos com verga de nível de duplo lintel e cimalha saliente, com cerca de um palmo de espessura (excepção nos dois edifícios de Tavira), janela central adornada ou de diferente recorte com frontão, numa moldura com dimensão dos vãos sensivelmente igual à dimensão dos nembos (com excepção dos exemplos mais antigos em que esse espaçamento entre vãos é maior), óculos guarnecidos analogamente de pedra, de configuração elíptica ou rectangular, friso de separação de pisos, no andar nobre, composição da fachada com concepção de raiz erudita, simetria, acesso central claramente definido, por vezes rematado com pedra de armas de família, átrio com o primeiro lance de escadas centralizado em relação ao portal de entrada e grande espaço interior onde se desenvolvem os outros dois lances simétricos (casas nobres de Loulé, Silves, Albufeira e em Faro, palácio Bivar), ritmo impar de fiadas dos vãos, maioria com 9 vãos (excepções quando não é a janela que remata o pórtico), cobertura de quatro águas em telha de canudo, dois pisos, janelas de sacada com gradeamento em ferro forjado, paramento exterior das paredes branco, cunhais ortogonais, cimalthas e pilastras adornados. Para determinarmos a autoria teríamos que possuir um contrato ou uma escritura de obra, feito por um conservador da terra, que referisse o nome do autor do risco e do construtor da obra ou simplesmente da execução da pedraria. Com muito tempo e paciência o documento poderia aparecer aos nossos olhos, mas não é o caso. Parece, pois, haver uma aceitação geral de que existe um “encomendante” e um mestre

⁵⁷“Inovação, original ou copiada de modelos estrangeiros, conhecerá amplo sucesso e, ao longo do século XVIII, muitos serão os edifícios que a adoptarão, quer na construção urbana, caso do Palácio Pombal, na Rua do Século, quer mesmo na construção campestre, caso do Correio-Mor”. José Sarmento de MATOS, *Palácio Alvor*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, 1989, p. 28

⁵⁸ Francisco I. C. LAMEIRA, *Oficinas Regionais – As oficinas de talha no Algarve durante a época barroca*, in “VI Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte”, 1991, p. 464

pedreiro esclarecido sobre o que se fazia lá fora e com conhecimentos para fazê-lo “cá dentro”.⁵⁹

⁵⁹ Tânia PEREIRA, *O desembargador Veríssimo de Mendonça Manuel*, 2002, p. 39

Capítulo 2

CASA NOBRE GAMA LOBO : ÉPOCA POMBALINA

Família

Na *Monografia de Loulé* de Francisco Xavier d’Athaide Oliveira há referência a um prédio nobre, no alto da rua de Portugal, que tem sobre a porta principal da entrada um escudo de pedra. Nele figuram em vulto cinco lobos devendo representar as armas dos Lobos, concedidas por um monarca a um ascendente desta família. Francisco de Paula Lobo Pessanha ou seu pai Manoel Jose da Gama mandou construir aquele prédio e tendo falecido sem descendentes Sebastião Alexandre da Gama Lobo, filho e neto dos cavalheiros acima mencionados, foram suas herdeiras as primas, entre as quais a Exma. Marquesa de Pomares⁶⁰. A referência à gente nobre de Loulé, onde se inclui a família em causa, é feita, ainda, do seguinte modo – “*Entre outras famílias distintas de Loulé havia a família Lobos e a família Pessanhas. Pelo casamento do Tenente Coronel Diogo Lobo Pereira com D. Ginebra Maria Pessanha ficaram ligadas estas duas famílias cujos descendentes foram muito conhecidos pelos Lobos Pessanhas.*”⁶¹

Mas parece que ao tempo também a família Aragão estaria ligada à família Lobo ou Pessanha, pois que um dos filhos do Tenente Coronel Diogo Lobo Pereira chamava-se João da Costa Aragão e o outro filho Nuno Mascarenhas (Pessanha) Lobo mostrando a singularidade da genealogia das famílias nobres que seguem muito facilmente nos seus sobrenomes ou apelidos nomenclatura diversa dos seus irmãos. É este um exemplo disso mesmo. Mas as famílias de Loulé estariam todas ligadas entre si através dos casamentos, em que além dos Lobos, Pessanhas e Aragões também aparecem os Mascarenhas, Silveiras, Athaides, Palermos, Barros, Pereiras, Soeiros e Gamas.

Voltando ao ramo da família que nos interessa, num outro capítulo da *Monografia de Loulé* ficamos a saber quem foi Diogo Lobo Pereira “*natural de Loulé e filho de Jeronimo Borges da Costa, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Christo. sendo capitão de uma companhia de auxiliares, esteve com ella na praia de Quarteira em 1693, enquanto a esquadra francesa andou por aquelles mares, gastando muito da*

⁶⁰Francisco Xavier d’Athaide OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Loulé*, Faro, 1998 (4ª edição), 1905 (1ª edição), p. 259

⁶¹ Ibidem, p. 76

*sua fazenda com o sustento dos soldados, e acudindo aos rebates dos mouros...Sendo tenente em 1705 desempenhou as árduas empresas de que foi encarregado pelo seu general de campo...nomeado sargento-mór da praça de Castello de Vide...Em 1709 foi incorporar-se ao exercito na ponte de Olivença e comandou um regimento, marchando em 1710 para Vila Viçosa...Promovido a governador da praça de Loulé portou-se com todo o zelo...Por tão distintos serviços teve o foro de cavaleiro fidalgo por alvará de 7 de novembro de 1720, em que se declara tomar aquelle appellido em lugar do de Sampaio, de que usava.”*⁶². Sete dias depois, a 14 de Novembro de 1720, também tiveram alvará de foro de Fidalgo da Casa Real, Francisco Xavier Lobo Pessanha, Nuno Mascarenhas Pessanha, João da Costa Aragão, Miguel Lobo Pessanha, Sebastião Lobo Gama, José Caetano Lobo, António Lobo da Gama, todos eles referenciados individualmente como filhos de Diogo Lobo Pereira e netos de Jerónimo Borges da Costa.

Com base na investigação de Miguel Corte-Real⁶³ e alterando alguns pontos com justificação documental, é possível apresentar a genealogia da família que teve início com ascendentes de Diogo Lobo Pereira mas que por dúvidas iniciaremos com Diogo Lobo Pereira. Vejamos:

I - Diogo Lobo Pereira⁶⁴, nasceu em Faro, foi tenente-coronel e governador de Loulé, cavaleiro da ordem de Cristo, CFCR com 1100 réis de moradia por alvará de 3.10.1669 e Familiar do Santo Ofício (carta de 30.4.1704), fidalgo cavaleiro por alvará de 7.11.1720⁶⁵. Casou na vila de Loulé, a 11.6.1690, com sua prima (dispensados nos 3º e 4º Grau de Consanguinidade) **D. Genebra Maria da Fonseca Pessanha**, natural de Loulé, filha de Francisco de Faria Mascarenhas, capitão-mor de Loulé, e de sua mulher D. Isabel Pessanha de Aragão (título de Fonseca Mascarenhas, de Faro), irmã do Padre Nuno Mascarenhas Pessanha⁶⁶ e do Padre João da Costa Aragão⁶⁷.

⁶² Francisco Xavier d’Athaide OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Loulé*, Faro, 1998 (4ª edição), 1905 (1ª edição), p. 202

⁶³ Informações prestadas por amável gentileza de Miguel Côte-Real.

⁶⁴ Não se apresenta a ascendência de Diogo Lobo Pereira por dúvidas em relação à sua filiação. Por um lado a filiação de Jerónimo Borges da Costa é confirmada nos Livros de Mercês, por outro lado Miguel Côte-Real apresenta Jerónimo Borges Lobo como filiação sendo este, filho de João Lobo Sampaio que casou em Tanger a 2.8.1618 com Isabel Álvares Pereira, natural desta cidade, filha de Jerónimo Borges da Costa e de sua mulher Ana Rodrigues Pereira (casados em Tanger a 2.9.1586). O provável pai de Diogo Lobo Pereira, outro Jerónimo Borges da Costa apresenta a filiação de Pascoal Borges da Costa (RGM de D.Pedro II Liv. 3 f. 138 v – 1683), Comendador da Ordem de Cristo que casou em Tânger em 1624, sendo este provavelmente irmão de Isabel Álvares Pereira, atrás referida.

⁶⁵ ANTT/RGM de D.João V liv. 12, f.141. Cavaleiro Fidalgo por Alvará de 7 de Novembro de 1720 com a diferença de apelido : por Alvará de 3 de Outubro de 1669 apresentou o nome de Diogo Lobo de Sampaio.

⁶⁶ ANTT-TSO- Mç 1, nº14 (Nuno Mascarenhas Pessanha, Pe; Presbítero do Habito). O recorrente Sebastião Alexandre da Gama Lobo, a propósito de anexações a efectuar ao vínculo dos Pessanha de que é administrador, faz a seguinte referência “...cujos bens pertenciam à Capella que instituiu o Reverendo Nuno Mascarenhas Pessanha tio

Filhos:

2-Padre Francisco Xavier Lobo Pessanha, baptizado em Loulé a 2.2.1698. Padrinhos: padre Nuno Mascarenhas Pessanha (tio) e Maria de Brito Mendonça. Faleceu no lugar de Olhão, com testamento, a 31.10.1758; por vontade testamentária foi sepultado na igreja paroquial do mesmo lugar no dia seguinte. Foi arcediogo da sé de Faro, fidalgo da casa real, familiar do santo Ofício (carta de 23.4.1723) e imediato sucessor nos vínculos de morgado e de capela administrados, respetivamente, por seu tio Nuno Mascarenhas Pessanha e seu irmão Sebastião de Faria.

2-Sebastião de Faria⁶⁸, depois Frei José Maria de Jesus, baptizado em Loulé a 9.8.1699 religioso mercedário descalço da Província de Nossa Senhora das Mercês do reino de Castela, morador em Faro “*em casa de hum irmão que he Arcediogo nesta Sé, e foi familiar, antes de ser Eccleziastico chamado Francisco Xavier Lobo*”, qualificador do Santo Ofício (provisão de 8.2.1754). Administrador da capela instituída por Maria Brito Mendonça. Em 23.4.1723 era estudante de Coimbra “*que anda fugido e intenta meterse Religiozo no Reino de Castella*”.

2-João da Costa Aragão, fidalgo cavaleiro da casa real por alvará de 14.11.1720⁶⁹. Casa no Algoz com **D. Maria Josepha Mascarenhas** em 4.10.1722⁷⁰ assim como seu irmão Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo que também casa no mesmo

do Bisavô do recorrente (Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo) mas que anexaram e uniram ao Morgado dos Pessanha em 1729.” ANTT-DP-Alentejo e Algarve Mç 825, nº110.

⁶⁷ANTT- DP - Alentejo e Algarve Mç 825 ; nº 110 (1823); O recorrente Sebastião Alexandre da Gama Lobo, a propósito de anexações a efectuar ao vínculo dos Pessanha de que é administrador, faz a seguinte referência “ ... *que o bisavô do recorrente tomava posse da fazenda das Relvas por fallecimento de seo tio o Padre João da Costa e Aragão por lhe pertencer como Administrador do sobredito Morgado ...* “. Conjectura-se, assim, que o Padre João da Costa Aragão deverá ser filho de D. Isabel Pessanha de Aragão, mãe de D. Genebra Maria da Fonseca Pessanha, abandonando-se a ideia de que o Padre João da Costa Aragão fosse irmão de Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo, já que também existiria outro irmão com o mesmo nome João da Costa Aragão, tendo ambos casado no mesmo dia. Assim os irmãos, Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo e João da Costa Aragão, teriam tido o mesmo nome de seus tios maternos, ambos padres e irmãos.

⁶⁸ANTT/RGM de D.João V liv 12f.160v

⁶⁹ANTT/RGM de D.João V liv 12f.161

⁷⁰Francisco Xavier d’Athaide OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Loulé*, Faro; 1998 (4ª edição), 1905 (1ª edição), p. 334: “Aos quatro dias do mez de Outubro de mil e setecentos e vinte e dois em presença do Rev . Sr. Doutor Fr. Pedro de Mello, Provisor e Governador deste bispado do Reino do Algarve e das testemunhas Nuno Mascarenhas Pessanha, Vigario da Vara da Villa de Loulé, do Rev . Conego José de Frias Costa e de Francisco Palermo, da cidade de Faro, e de outras pessoas, se receberam por palavras do presente *in facie Ecclesiae*, João da Costa Aragão, solteiro, filho do tenente coronel Diogo Lobo Pereira e de D. Genebra Maria Pessanha, moradores na Villa de Loulé, e D. Maria Josepha Mascarenhas, solteira, filha do Capitão Pedro Correia Mascarenhas e de D. Maria de Oliveira Marreiros, moradores neste logar do Algôs. De que fiz este termo...Aos quatro dias do mez de Outubro de mil setecentos e vinte e dois, em presença do Rev . Sr. Doutor Fr. Pedro de Mello, Provisor e Governador do bispado do Reino do Algarve, e das testemunhas, o Rev . Conego José Frias Costa e Rev. Nuno Mascarenhas Pessanha, Vigario da Vara da Villa de Loulé, Francisco Palermo, da cidade de Faro e Francisco Xavier, da Villa de Loulé, e de outras pessoas, se receberam por palavras de presente, *in facie Ecclesiae* Nuno Mascarenhas Lobo, solteiro, filho do tenente coronel Diogo Lobo Pereira e de D. Genebra Maria Pessanha, moradores em Loulé, e D. Josepha Maria de Oliveira Marreiros, solteira, filha do capitão Pedro Corrêa Mascarenhas e de D. Maria de Oliveira Marreiros, moradores neste logar do Algôs. De que fiz este termo...”

dia com D. Josefa Teresa Maria Xavier Mascarenhas (irmã de D. Maria Josepha Mascarenhas).

2-Miguel Lobo Pessanha, fidalgo da casa real por alvará de 14.11.1720⁷¹.

2-Sebastião Lobo Gama, fidalgo da casa real por alvará de 14.11.1720⁷².

2-José Caetano Lobo, fidalgo da casa real por alvará de 14.11.1720⁷³.

2-António Lobo da Gama, fidalgo da casa real por alvará de 14.11.1720⁷⁴.

2-Nuno Mascarenhas Pessanha (Lobo), que segue

II – Nuno Mascarenhas Pessanha (Lobo) ⁷⁵, baptizado em Loulé a 2.2.1701, fidalgo cavaleiro da casa real por alvará de 14.11.1720⁷⁶, cavaleiro da ordem de Cristo, sargento-mor e capitão-mor de Loulé⁷⁷, familiar do Santo Ofício (carta de 10.3.1748), padroeiro da ermida de Santa Anna (referenciado em 1758)⁷⁸. Casou no Algoz, a 4.10.1722, com **D. Josefa Teresa Maria Xavier Mascarenhas**, nascida no Algoz, a 15.2.1706, filha do capitão Pedro Correia Mascarenhas e de sua mulher Maria de Oliveira Marreiros; neta paterna do capitão Nuno de Ataíde Mascarenhas, procurador de Loulé em cortes, e de sua mulher Isabel da Cunha.

Filhos:

3- Manuel José da Gama Lobo, que segue

3- D. Antónia Teresa Mascarenhas Pessanha, casou em Loulé, no oratório do capitão-mor Nuno Mascarenhas Pessanha a 22.4.1758 com **Alberto António de Brito Guerreiro Aboim**, capitão-mor de Tavira, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do santo ofício (carta de 25.8.1753), filho de António de Brito Medeiros e Aboim⁷⁹ e de sua 2ª mulher D. Bárbara de Brito Pessanha e Mendonça.

⁷¹ ANTT/RGM de D.João V liv 12f.168v (microfilme)

⁷² ANTT/RGM de D.João V liv 12f.160v microfilme)

⁷³ ANTT/RGM de D.João V liv 12f.161v microfilme)

⁷⁴ ANTT/RGM de D.João V liv 12f.162 microfilme)

⁷⁵ Segundo a lápide existente na Igreja Matriz de Loulé “ 1801- Aqui jaz Nuno Mascarenhas Lobo...” teria falecido com cerca de 100 anos de idade pois foi baptizado no ano de 1701. O seu tio, Padre Nuno Mascarenhas Pessanha teria certamente à época já falecido. Ou certamente será um outro Nuno Mascarenhas (Pessanha) Lobo ainda por localizar.

⁷⁶ ANTT/RGM de D.João V liv 12f.161 (microfilme)

⁷⁷ Actas de Vereação da Vila de Loulé- , 25 de Maio de 1757, f. 351v e 352 : “ Eleição de capitão-mor das Ordenanças – sargento-mor Nuno Mascarenhas Pessanha cavaleiro professo na Ordem de Cristo Fidalgo da Casa de Sua Magestade Familiar do Santo Ofício de idade de sessenta e quatro annos e ter boa capacidade para reger a dita ocupação e terá de seo cabedal quarenta mil cruzados”.

⁷⁸ Luisa F.G. MARTINS, *Memórias paroquiais do concelho de Loulé*, in *al-ulya, revista do arquivo histórico municipal de Loulé*, nº10, 2004, p. 396

⁷⁹ “António de Brito Medeiros e Aboim foi administrador de um dos morgados da Revelada instituídos nele e no seu irmão secundogénito, Bruno Gomes de Brito, pelos pais, Rodrigo Medeiros de Brito e Aboim e Bárbara de Brito. A António de Brito, sucedeu no morgado Alberto António de Brito Guerreiro e Aboim...” Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de armas do Algarve*, 2003, p.505

3- Francisco Xavier Lobo Pessanha, nascido cerca de 1737, vivia em faro a 23.8.1800 sendo de 63 anos de idade e Deão na Sé da mesma cidade. Faleceu em 1.4.1825 com sepultura na sé de faro. Fidalgo da casa real em 28.3.1742⁸⁰

3- Pedro Mascarenhas Lobo Pessanha, nascido cerca de 1735, Cónego da Sé de Faro⁸¹. Fidalgo da casa real em 28.3.1742⁸²

3-José Francisco Xavier Lobo Pessanha, corregedor da Comarca de Elvas⁸³.

3-José Francisco Mascarenhas, fidalgo da casa real em 28.3.1742⁸⁴.

3-Diogo Lobo Pereira, fidalgo cavaleiro em 28.3.1742⁸⁵.

III – Manuel José da Gama Lobo⁸⁶, sargento-mor das ordenanças da vila de Loulé, fidalgo cavaleiro em 28.03.1742⁸⁷, vereador da Câmara da mesma Vila⁸⁸. Casou em Loulé a 1.10.1752 com sua prima (dispensados no 4º Grau de Consanguinidade)

D. Vitória Josefa Teresa de Lima Lobo, natural de Lagoa, nascida a 12 de Novembro de 1728, filha de Manuel Vieira de Lima e Siqueira e de sua mulher D. Leonor Josefa da Conceição Lobo, nascida na Vila de Lagoa a 8 de Outubro de 1711⁸⁹. Pela relação de impostos, parece ter falecido em 1809/1812.

Filhos⁹⁰:

⁸⁰ANTT/RGM de D.João V liv32 f.466;

Foro de fidalgo, filho de Nuno Mascarenhas Pessanha e neto de Diogo Lobo Pereira

⁸¹ANTT/RGM de D.João V liv32 f.467

Foro de fidalgo, filho de Nuno Mascarenhas Pessanha e neto de Diogo Lobo Pereira

⁸²ANTT/RGM de D.João V liv32 f.466;

Foro de fidalgo, filho de Nuno Mascarenhas Pessanha e neto de Diogo Lobo Pereira

⁸³São referenciados como irmãos, Manoel Jozé da Gama Lobo, Jozé Francisco Xavier Lobo Pessanha, corregedor da comarca de Elvas, Francisco Xavier Lobo Pessanha, Dião da Santa Igreja, Pedro Mascarenhas Lobo Pessanha, cónego da Santa Igreja Catedral de Faro, TT/DP-Alentejo e Algarve, Maço 487, nº2 de 1787

⁸⁴ANTT/RGM de D.João V liv32 f.467v;

Foro de fidalgo, filho de Nuno Mascarenhas Pessanha e neto de Diogo Lobo Pereira

⁸⁵ ANTT/RGM de D.João V liv32 f.467v;

Foro de fidalgo, filho de Nuno Mascarenhas Pessanha e neto de Diogo Lobo Pereira

⁸⁶ ANTT/DP-Algarve e Alentejo, Mç 825; nº 110, O recorrente Sebastião Alexandre da Gama Lobo, a propósito de anexações a efectuar ao vínculo dos Pessanha de que é administrador, refere o seguinte: "...Pertencia ao Morgado dos Pessanha a Quinta do Rozal que seus bizavôs Nuno Mascarenhas Pessanha e D. Josefa Thereza Maria Xavier tinham anexado ao Morgado dos Pessanha por escritura de Doação que tinham feito em Abril de 1752, sendo o rendimento desta quinta de seiscentos mil reis...os ditos seus Bisavôs tinham dado para o casamento do seo filho Manoel Jose da Gama cada hum as duas partes da sua terra que logo tinham consignado na Quinta do Rozal do qual o doado poderia tomar posse querendo que a mesma Quinta se conservasse sem devisão e quando o seo valor excedesse a importância das peças assim consignadas vinculavão e anexavão ao Morgado dos Pessanha, reservando o uzofruto da ditta Quinta de hum para o outro até à morte do ultimo doante que fora de sua Bisavô no anno de 1796, como se mostrava por documento..."

⁸⁷ ANTT/RGM de D.João V, liv.32 f. 467v,

Foro de fidalgo; filho de Nuno Mascarenhas Pessanha e neto de Diogo Lobo Pereira

⁸⁸ ANTT-DP-Alentejo e Algarve, Mç 746, nº25, Vereadores da Villa de Loulé para os anos de 1774,1775,1776

⁸⁹ Visconde de Sanches de BAENA, *Famílias Nobres do Algarve*, A Liberal, Lisboa, 1900, 2ª Edição 1992, quadro genealógico

⁹⁰ANTT-DP-Alentejo e Algarve, Mç 523, nº 40 (1823)

Há referência aos herdeiros de Manuel José da Gama Lobo : os filhos D. Anna Máxima da Gama Lobo, D. Marianna Vittoria da Gama Lobo, Maria Joanna da Gama Lobo. Ainda, o filho Francisco da Gama Lobo como co herdeiro de Francisco de Paulla Gama Lobo e Manuel da Gama Lobo, o neto Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha como administrador da mãe demente.

4-Francisco de Paula Lobo Pessanha, que segue

4-D. Anna Máxima da Gama Lobo, falecida em 1830, sepultada na Capela da Nossa Senhora da Consolação, na Igreja Matriz de Loulé, juntamente com Nuno Mascarenhas Lobo, falecido em 1801⁹¹.

4-D. Marianna Vittoria da Gama Lobo.

4-D. Anna Genebra Lobo Pessanha⁹².

4-Francisco da Gama Lobo .

4-D. Maria Joanna da Gama Lobo Pessanha Mascarenhas. Casou com José Victorino Zuzarte Coelho da Silveira, natural de Borba, tenente coronel das milícias de Portalegre, coronel agregado ao regimento de Villa Viçosa, fidalgo cavaleiro em 28 de Setembro de 1824, procurador pela Vila de Borba às cortes em 1828⁹³. Construiu provavelmente o Palácio Silveira Menezes, no início do século XIX, ocupando lotes medievais junto à praça, na Rua Humberto Silveira Fernandes, em Borba⁹⁴ .

IV – Francisco de Paula Lobo Pessanha, fidalgo-cavaleiro da casa real com 1\$600 reis de moradia, coronel de Milícias do Regimento de Tavira em 3.4.1802, quando pede por seus serviços a graduação de brigadeiro, petição que lhe foi indeferida pois que em 1810 requer a sua reforma por moléstias, a qual lhe seria concedida com o posto de coronel mas sem soldo, por carta patente de 9.7.1813. Casou em 1790 com **D. Maria Paula de Brito de Castro e Peixoto**, irmã do Dr. António de Brito e Castro de Figueiredo Melo da Costa, nascido em 1774, de Coimbra, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, casado com D. Maria Inês Daun e Lorena, pais da marquesa de Pomares D. Maria Manuela de Brito, nascida em 1846, mulher de Luís Maria de Carvalho Daun e Lorena, 1º marquês de Pomares. Faleceu em 1821 pouco antes de seu filho Manoel José da Gama Lobo Pessanha.

Filhos⁹⁵:

5- Manoel José da Gama Lobo Pessanha, solteiro, falecido em 7.1.1822⁹⁶

⁹¹ O óbito para 8-12-1801 de Nuno Mascarenhas Lobo, como a lápide indica, não foi encontrado no arquivo da Torre do Tombo, pelo que ainda não se pôde localizar este Nuno Mascarenhas Lobo. Não poderá ser o avô de Anna Máxima porque nesta data já tinha falecido, como confirmam os impostos relativos à Dízima da vila de Loulé.

⁹² Livro do Tombo do concelho de Loulé 1767-1815, p. 85

⁹³Visconde de Sanches de BAENA, *Famílias Nobres do Algarve*, A Liberal, Lisboa, 1900, 2ª Edição 1992, quadro genealogico

⁹⁴ João Miguel Simões, Borba Património da Vila Branca, Edições Colibri, Câmara Municipal de Borba, 2007

⁹⁵ANTT-DP-Mç 528; nº 33 (de 1822)- O recorrente Sebastião Alexandre da Gama Lobo refere que é o único filho varão que existe, mencionando o nome dos irmãos, não sendo Manoel José da Gama Lobo presente entre os vivos e pede a tutoria da mãe demente

⁹⁶ANTT-Óbitos de S. Clemente-Loulé “ *Coronel Ml Js da Gama Lobo - Aos sete de Janeiro de mil oitocentos e vinte e dois se sepultou Manoel Jose da Gama Lobo solteiro filho do coronel Francisco de Paula Lobo e Dona Maria Paula de Brito Castro e Peixoto desta Villa...* “. TT/RGM de D. Maria I liv. 29 f. 193, Foro de fidalgo cavaleiro; filho de Francisco de Paula Lobo.

5- Dona Francisca Rosa da Gama Lobo, casada com Francisco de Paula Zuzarte Lobo Pereira (da Villa de Borba)⁹⁷, portanto primo irmão, filho de sua tia D. Maria Joanna da Gama Lobo Pessanha Mascarenhas.

5- Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha, que segue

V – Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha, nasceu em Loulé em 1795 e morreu em Lisboa no ano de 1873, sendo sepultado em jazigo da família no Cemitério do Alto de S. João com o nº 1414, com datas completas. Foi administrador do vínculo dos Pessanha. Foi procurador de Loulé às cortes em 1828 e residiu posteriormente em Lisboa até à sua morte. Não teria tido geração. Foram seus herdeiros as primas⁹⁸: marquesa de Pomares, D. Maria Manuela de Brito Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena (sobrinha de D. Maria Paula de Brito e Castro Peixoto⁹⁹) e a Exma. S^a. D. Maria Augusta Mascarenhas Zuzarte Lobo, casada com Antonio José de Mattos Mexia da Costa, natural de Vila Viçosa, e residente na villa de Borba, neta de D. Maria Joanna Lobo Pessanha Mascarenhas, bisneta de Manoel José da Gama Lobo. Escritura¹⁰⁰ nas notas do tabelião Francisco Guilherme de Britto, tabelião público em Lisboa, 21.1.1874¹⁰¹.

Na listagem de famílias detentoras do poder nos principais concelhos algarvios nos séculos XIV a XIX¹⁰², vem referenciado em Loulé para esta família:

⁹⁷ ANTT/DP-Alentejo e Algarve, Mç 825; nº 110, O recorrente Sebastião Alexandre da Gama Lobo, a propósito de anexações a efectuar ao vínculo dos Pessanha de que é administrador, faz a referência a alguns nomes de seus familiares "...José Victorino Zuzarte Coelho cazado com huma tia do recorrente e seo filho Francisco de Paula Zuzarte casado com huma irmã do mesmo recorrente..."

⁹⁸ As primas de Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha são mencionadas na escritura de partilhas do seguinte modo: "...que no ano de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta quatro aos vinte e um dias do mês de Janeiro, nesta cidade de Lisboa, em um palácio no Largo do Mitello nº1, freguesia de N.S. dos Anjo aonde eu tabelião vim; aqui estiveram presentes -de uma parte a Exma. Dona Maria Manuela de Brito Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena e seu marido e Exmo. Luís de Carvalho Daun e Lorena, moradores neste palácio; e de outra parte o Exmo. Antonio José de Mattos Mexia da Costa, casado, proprietário, residente na villa de Borba, na qualidade de procurador da Exma. Dona Maria Augusta Mascarenhas Zuzarte Lobo (...). E por todos elles outorgantes, nas qualidades que representam, foi dito em presença das testemunhas adianta nomeadas: Que viveu e residiu por muitos annos nesta cidade, onde tinha o seu domicílio, o Exmo. Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha, natural da villa de Loulé, proprietário de bens immoveis em diversos concelhos, nas provincias do Algarve, Alentejo e Beira, e onde mais por ventura as tivesse - Que o dito Exmo. Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha falleceu no dia dez de Março de mil oitocentos e setenta e três, no estado solteiro, sem descendentes de qualidade ou grau algum, sem descendentes, nem irmãos ou descendentes de irmãos e sem testamento - Que as únicas herdeiras legítimas do dito fallecido como suas parentes mais próximas, são a outorgante Exma. Dona Maria Manuela de Brito Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena e a Exma. Dona Maria Augusta Mascarenhas Zuzarte Lobo... porque são as suas únicas primas co-irmãs que deixou, a dita Exma Dona Maria Manuela por ser filha legítima de um irmão /da mãe do fallecido e a dita Exma. Dona Maria Augusta por ser filha legítima de uma irmã do pae do mesmo fallecido. (...)"

⁹⁹ Confirma-se no quadro genealógico do Visconde de Baena o que na escritura de partilhas foi mencionado sobre as primas co-irmãs de Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha. Visconde de Sanches de BAENA, *Famílias Nobres do Algarve*, A Liberal, Lisboa, 1900, 2ª Edição 1992, quadro genealógico

¹⁰⁰ ANTT-8º Cartório Notarial de Lisboa- Livro de notas nº 294, f.17,18,19,20 e Documentos dos livros de notas/ mappas anexos à escritura com os herdeiros e a lista dos bens- maço 113, cx 25 -1874

¹⁰¹ Cartório Predial de Loulé-Registo de transmissões, Liv.G2, f.191

¹⁰² Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Revista Tabardo, Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime. Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio*, nº2, Universidade Lusíada-Livraria Bizantina, Lisboa, 2003, pp. 65,75,84

-Século XVII: Lobo de Sampaio¹⁰³ - Borges Lobo, Faria Palermo, Lobo Pereira (sécs. XVI-XIX) : escudeiro fidalgo da casa Real, cavaleiro fidalgo da casa real, capitão-mor, cavaleiro da ordem de Cristo, juiz ordinário, sargento-mor, vereador;

-Século XVIII: Lobo de Sampaio - Borges Lobo, Faria Palermo, Gama Lobo, Lobo Pereira, Lobo Pessanha, Mascarenhas Pessanha, Mascarenhas Pessanha Lobo (sécs. XVI-XIX) : escudeiro fidalgo da casa Real, cavaleiro fidalgo da casa real, capitão-mor, cavaleiro da ordem de Cristo, fidalgo cavaleiro da casa real, juiz ordinário, sargento-mor, vereador;

-Século XIX : Lobo de Sampaio - Gama Lobo (Sebastião Alexandre da Gama Lobo, procurador de Loulé às cortes em 1828, vereador em 1824,1828, 1832), Gama Lobo Pessanha, Lobo (sécs. XVI-XIX) -escudeiro fidalgo da casa real, cavaleiro fidalgo da casa real, capitão-mor, cavaleiro da ordem de Cristo, fidalgo cavaleiro da ordem de Cristo, juiz ordinário, procurador às cortes, sargento-mor, vereador.

Note-se, ainda, que para os candidatos às ordens militares de Cristo (como também de Avis e Santiago) poderem receber os respectivos hábitos, era condição necessária provarem, para além de outros requisitos, a nobreza deles próprios e de seus quatro avós¹⁰⁴. Assim adquiriam o estatuto legal de nobreza hereditária de âmbito nacional transmissível aos seus descendentes legítimos por varonia. Foi o caso de Diogo Lobo Pereira e seus descendentes por varonia. Se no século XVII eram treze os participantes da nobreza de sangue e fidalguia no regimento concelhio de Loulé, nos séculos XVIII e XIX¹⁰⁵ essa participação ficou reduzida a um e dois, respectivamente, supondo-se que seria esta a única família com essa titularidade no século XVIII.

Verifica-se a existência de uma família que para além de pertencer à sociedade do mando concelhio português e algarvio, pertenceu à nobreza hereditária (ou nobreza de sangue) e à fidalguia de Portugal. Linhagem principalmente de perfil militar e relacionada com a importância do prestígio trazido de Tânger para o Algarve que acompanhará os varões desta família, desde certamente os finais de seiscentos até finais de novecentos. “Nobreza inquestionável: vivida de facto, ao deter o poder militar, judicial, político e simbólico; e validade de direito, através dos instrumentos legais

¹⁰³ Não esqueçamos que Diogo Lobo Pereira usava o apelido Sampaio, tendo-o mudado para Pereira em 1720. ANTT/RGM de D.João V liv. 12, f.141. Cavaleiro Fidalgo por Alvará de 7 de Novembro de 1720 com a diferença de apelido : por Alvará de 3 de Outubro de 1669 apresentou o nome de Diogo Lobo de Sampayo.

¹⁰⁴Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime. Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio*, revista “Tabardo”, nº2, Universidade Lusíada-Livraria Bizantina, Lisboa, 2003, p.89

¹⁰⁵Ibidem, p. 95 – Tabela 1 – Nobreza e Regimentos concelhios algarvios nos sécs. XV a XIX : perfis estatutários e níveis de participação.

pelos quais a Coroa a confirmava ou outorgava. Nos descendentes por varonia legítima destes encartados, se perpetuavam os decorrentes estatutos nobiliárquicos, privilégios e isenções, com indiscutível validade nacional e por todo o Antigo Regime.”¹⁰⁶

Edificante

A data de construção do edifício nobre da Rua de Portugal, é do ano de 1775, conforme refere Ataíde de Oliveira na sua *Monografia do Concelho de Loulé*. Mas de acordo com a Décima da vila poderá ter a data, pelo menos, de 1763. Corresponde também à data de 1775 a construção de Vila Real de Santo António, tendo sido um convidado nobre para participar nessa construção, o Sargento-Mor de Loulé, Manuel José da Gama Lobo¹⁰⁷, o também provável edificante. Ataíde de Oliveira refere que o edifício foi embargado dando relevo a uma situação invulgar em relação a uma então recente lei do Marquês de Pombal : “...Há quasi duzentos anos Francisco de Paula Lobo Pessanha ou seu pae Manoel Jose da Gama mandou construir aquelle prédio, cujos trabalhos foram embargados com o fundamento da então recente lei do Marquez de Pombal que prohibia aos particulares a construcção de prédios de *quina aberta*, construcção esta privativa dos paços reaes. Ia então o prédio até às abobadas, que deviam formar o primeiro andar. Durou esta questão algum tempo, sendo a sentença contraria ao seu proprietário, que não mais se importou com o prédio.”¹⁰⁸ E refere-se ainda ao que se entende ser deste edificio do seguinte modo: “Em 1775, houve nesta villa uma grande questão entre um desembargador¹⁰⁹, ascendente de Sebastião Alexandre da Gama Lobo e um juiz de fóra, que era então o presidente do senado. O desembargador mandou fazer um grande prédio à entrada¹¹⁰ da Rua de Portugal mas o juiz de fóra, que estava de mal com aquelle, embargou a obra com o fundamento de que naquele prédio, puramente particular, se procurava imitar os estilos reaes, empregados pelo Marquês de Pombal nos edificios de Estado; e que o desembargador empregava o estilo de reintegrancia¹¹¹ no cunhal do prédio, a exemplo dos prédios reaes. Durou esta

¹⁰⁶Ibidem, p. 52

¹⁰⁷ Tabela com a *Reconstituição da Lista definitiva dos Edificantes : Lote 13 – Manuel José da Gama Lobo, Fidalgo Cavaleiro da Casa de S. M. Sargento-Mor*. José Eduardo Horta CORREIA, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, 1997, p.250

¹⁰⁸ Ataíde OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1998 (4ª edição); 1905 (1ª edição); p. 259

¹⁰⁹ Existe um desembargador na família de Sebastião Alexandre da Gama Lobo, irmão de seu avô Manoel José da Gama Lobo não podendo assim ser seu ascendente.

¹¹⁰ Ataíde Oliveira quereria dizer “à saída da Rua de Portugal”

¹¹¹ A *reintegrancia* aqui referida poderá ser a mesma situação de *quina aberta* .

questão muito tempo, e a obra somente foi completada há poucos anos, pois que o desembargador faleceu e o filho não mais se importou com o prédio.”¹¹²

Não se sabe a fonte de Ataíde de Oliveira para estas questões, mas na documentação que se conseguiu apurar, datada de 1781, há referência a uns “capítulos” formados por Manuel José da Gama Lobo contra o Juiz de fora João de Azevedo Pacheco Sacadura Botte, em que se pede a suspensão do cargo deste juiz e em que o pedido é aceite e o lugar é suspenso nesse mesmo ano. No requerimento de Manuel José da Gama Lobo, não há referência a qualquer embargo, mas sim a outro tipo de situações bem descritas e relacionadas também com outras pessoas mencionando qual o motivo da inimizade em relação a ele próprio “Logo q. o dº. Juiz de fora empunhou a vâra e tomou posse do cargo, sem q. o supplicante lhe faltasse do devido cortejo, entrou a ser seu capital inimigo, só porq. o mesmo supplicante lhe não deu para habitação sua, humas cazas de campo, q. tem junto à mesma villa, aonde vai assistir no Verão com a sua família; e conferindo-lhe todo o direito a preferência como Sr. do Predio, nem devendo esta acção inocente e justa ser criminosa; he tão sinistra a intenção daquele Juiz q. produzio o fatal fenómeno de ficar logo seu inimigo declarado e com tanta desordem q. a tem dado a conhecer a todo aquelle Povo, suspendendo sem cauza, a Romão Jose, da Serventia de Officio de Partidor dos Orfãos e a ...” e aqui continua com um texto extenso relatando as restantes situações e não se referindo a nenhum embargo.

Por outro lado a *esquina aberta* referida por Ataíde de Oliveira existe de facto no edificio, mas todos os edificios da baixa de Lisboa, de construção seguinte aos anos de 1755 e muitos edificios anteriores em zonas próximas são constituídos pela tal *esquina aberta* no cunhal, não se percebendo a tal proibição relacionada com os edificios reais da lei de Pombal¹¹³. Portanto o embargo não foi provado. Mas o que de certo modo pode fazer concordância com Ataíde de Oliveira é que Manuel José da Gama Lobo nessa data de 1775 já não estaria a viver na rua de Portugal, como o atesta a Décima da vila de Loulé. Na Décima de prédios rústicos e urbanos da Vila de Loulé de 1763¹¹⁴, encontramos uma primeira descrição para o provável edificio que já existiria na Rua de Portugal, pelo lado esquerdo, e que menciona o seguinte: “*Huma propriedade de cazas de Manoel Jose da Gama Lobo, que consta de algumas terreiras e outras sobradados em que o mesmo vive com sua capella da invocação da Senhora Santa*

¹¹² Ataíde OLIVEIRA, op.cit., 1998 (4ª edição); 1905 (1ª edição), p.84

¹¹³ Nada é referido sobre o assunto na *Colecção de Leys, Decretos e alvarás que comprehende o feliz reinado del Rey Fidelissimo D.José I*, Tomo I (1750), Tomo II (1761-1769) e Tomo III (1770)

¹¹⁴ ANTT-Impostos-Décima de prédios rústicos e urbanos da vila de Loulé- 1763

Anna na frente quintal e duas cazas terreiras mais em pouca distancia dellas que valem de venda se mostra do livro do arruamento folha cinco, quatorze mil e quatro centos reys dos quais e abatida a despesa de...vem à décima mil duzentos e noventa e seys reis". Nas Décimas entre 1774 e 1780 vem a referência "...pella caza que tem defronte da Ermida de santa Anna, nada por estar fexada..."¹¹⁵. Na Décima de 1781, correspondente à mesma data em que aconteceram "os episódios" com o juiz de fora, para além da relação e impostos de outros bens, já vem referido "...terra unida Quinta da Boa vista seicentos reis caza de frente St. Anna mil seiscentos reis..."¹¹⁶ confirmando o pagamento da Décima e de valor muito avultado para o edifício que até aqui se encontrava isento, por estar fechado. Em relação às palavras "na frente" ou "de frente" deduz-se que farão correspondência ao tal quintal e casas térreas (a fotografia aérea de 1947 mostra uma imagem do edificado da zona a que corresponderá um único piso) descritos na relação de bens de 1763 e que depois, nos anos seguintes, por lapso, talvez por leitura sucessiva de um para outro livro, toda a descrição se sintetizou para "cazas de frente" de Santa Anna. Na lista de bens de raiz de Manuel José da Gama Lobo, apresentada com documentos do ano de 1787, vem mencionada a casa que nos parece ser a da Rua de Portugal do seguinte modo "*Huma morada de cazas na Rua de Portugal q. consta de nove altos e tantos baixos com sua varanda e quintal estrebaria e palheiro livre, e izenta, avaliadas em quatro centos mil reis*"¹¹⁷. Desta descrição se pôde deduzir a casa nobre em causa, que na fachada sul apresenta nove janelas no piso nobre (incluindo a janela da capela). Estar "izenta" nesta descrição corresponde ao que é apresentado nas Décimas para as datas de 1774 a 1780, mas não corresponde ao ano de 1781 em que já paga de novo imposto e como já se viu, muito avultado. Talvez esta lista de bens tivesse sido elaborada anteriormente à data da elaboração dos documentos em que é apresentada.

Tendo casado em 1752, Manuel José da Gama Lobo parece ter vivido na rua de Portugal até 1774, conforme assim o atestam as Décimas à altura, o que já não acontece para os anos seguintes, vindo mencionado para a rua da Praça até ao ano de 1800, ano em que volta a ser mencionado novamente na Rua de Portugal. Se a data de 1775 é referida por Ataíde de Oliveira, como a data de construção do edifício, até se poderá relacionar esta data com a mudança da família para a Rua da Praça de modo a que

¹¹⁵Arquivo Municipal de Loulé-Décima de prédios rústicos e urbanos da vila de Loulé-1774 a 1780

¹¹⁶Arquivo Municipal de Loulé-Décima de prédios rústicos e urbanos da vila de Loulé-1781

¹¹⁷ ANTT-DP-Algarve e Alentejo, Mç 487, n.º2 (1787)

eventualmente se pudessem continuar obras no local onde já vivia Manuel José da Gama Lobo. Tanto ele como o desembargador José Francisco Xavier Lobo Pessanha (seu irmão) “*residiram ao fundo da Praça, em um prédio nobre, que foi herdado pela sr^a marquesa de Pomares*”¹¹⁸ e conforme o atestam as Décimas. Mas já de idade avançada, viúvo, teria ido viver novamente para a Rua de Portugal, em 1800. As suas duas filhas solteiras, Anna Maxima e Marianna Vitória, poderiam até ter-lhe feito companhia. Sabe-se que as duas irmãs, viveriam na rua de Portugal, e assim o atestam as Décimas da vila para os anos seguintes a 1800 até 1833, data de óbito de Anna Máxima. Ataíde de Oliveira refere que as senhoras Lobos, irmãs de Sebastião Alexandre da Gama Lobo¹¹⁹, desde o princípio do século passado cuidavam da actual capella de Santa Anna e festejavam estrondosamente a Santa Imagem, pois que aquelas senhoras eram muito ricas¹²⁰. Manuel José da Gama Lobo já não aparece na Décima a partir de 1812, deduzindo-se que teria falecido por esta altura.

É de referir, ainda, que na lista dos bens de raiz, podemos confirmar para a Rua de Portugal, um armazém e uma morada de casas térreas junto ao armazém, não podendo estas ter constituído a morada da Rua de Portugal em 1800. Vem ainda descrito na mesma lista de bens “*Huma propriedade de cazas com cinco moradas na Villa Real avaliadas em seis centos mil reis*”¹²¹, comprovando que efectivamente houve construção por parte de Manuel José da Gama Lobo, na cidade mandada construir pelo Marquês de Pombal.

Vejam também os bens na herança de Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha, para confirmar a existência do edifício em causa, concretamente os bens de Loulé, mas que se estendem desde Loulé, Faro e Tavira, a Borba e Estremoz, Carregal, Vizeu, Guarda, Arganil, Coimbra, Oliveira do Hospital e Tábua :

Mapa nº1, Relação e descrição dos bens e valores que constituem o quinhão hereditário da Exma. Sr^a D. Maria Augusta Mascarenhas Zuzarte Lobo, na herança de seu primo, Exmo. Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha, conforme escriptura da respectiva partilha. Bens imóveis: (...)

Concelho de Loulé :

¹¹⁸ Ataíde OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1998 (4ª edição); 1905 (1ª edição) p. 341

¹¹⁹ Ataíde Oliveira deve ter feito confusão : as senhoras Lobos deverão ser tias e não irmãs de Sebastião Alexandre da Gama Lobo, como noutro capítulo já assim refere. Ao que se apurou, este só teria tido uma irmã, conforme é apresentado na genealogia da família.

¹²⁰ Ataíde OLIVEIRA, op.cit., 1998 (4ª edição); 1905 (1ª edição), p.106

¹²¹ Ibidem

-um armazém com o nº 40 na rua de Portugal, nascente rua de Portugal, poente Travessa da rua de Portugal;

-uma casa em ruínas e armazém na rua da Barreira da villa de Loulé; parte do Norte e Nascente com propriedade desta herança, do poente com a rua de Portugal e do sul com o Largo Sant'Anna;

-uma capela com invocação da “Senhora Sant'Anna” que parte de nascente, Norte e Poente, com propriedade e uma casa da mesma herança e do Sul com o Largo de Sant'Anna estando em ruínas a casa que confina pelo poente;

-uma propriedade denominada “Boa Vista” que se compõe de monte, terra de sementeira e arvoredo, parte do Nascente com estrada que vai para Querença, do Norte e Poente com caminho que vae para a estrada do Alentejo e do Sul com a azinhaga que vae para a Igreja da Senhora Sta. Anna; (...)

Mapa nº 2, Relação e descrição dos bens e valores que constituem o quinhão hereditário da Exma. Sra. D. Maria Manuela de Brito Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena, casada com o Exmo. Luiz de Carvalho Daunm Lorena na herança de seu primo Exmo. Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha, conforme escriptura da respectiva partilha. Bens immóveis: (...)

Concelho de Loulé:

-uma casa alta na rua da Praça nº 69, 71, 73 e 75;

-propriedade do “Rozal”, 5 azenhas de moer movidas a água, tendo a quinta uma caza compondendo-se as propriedades rústicas de terras de semear e arvoredo com suas agoas levadas; (...)”

Segundo a lista de imóveis herdados pelas duas primas, na Rua de Portugal não aparece nenhuma casa a não ser a que está em ruínas anexa à capela. As casas terreiras junto ao armazém, na Rua de Portugal e referenciadas na lista de bens de raiz, já não aparecem no testamento. Assim, mais uma vez se pode deduzir que Manuel José da Gama Lobo, em 1800, foi morar para a Rua de Portugal, no edifício anexo à capela.

O filho de Manuel José da Gama Lobo, Francisco de Paulla Lobo Pessanha, teria ficado a viver nas casas nobres da Praça assim como depois Sebastião Alexandre da Gama Lobo, seu filho, ficando provavelmente a casa nobre da rua de Portugal sem habitantes após a morte das duas irmãs Lobo. Sebastião teria ido viver para Lisboa e parece que nunca habitou o edifício nobre.

Manuel José da Gama Lobo, conforme atesta a lista de bens de raiz e foros,¹²² era detentor de grandes rendimentos, representando um caso raro na nobreza do Algarve que era “em geral de modestos cabedais”¹²³. Eram oriundos de rendas e produção da amêndoa, figo, trigo, milho, azeite, fruta, assim como de seda¹²⁴, numa conjugação com as mercês outorgadas no ofício da guerra e fidalguia da Casa Real.

Sobre a cultura da amoreira e a criação do bicho da seda, Ataíde Oliveira refere que na Gazeta de Lisboa, nº 11-1807 (1º Suplemento) se pode ler que “Para o Reino dos algarves se transportou da Villa e Escolas de Chacim, Província de Traz-os-Montes, uma família muito sabedora da criação e fiação da seda, a pedimento de Manuel José da Gama Lobo, um dos maiores proprietários de amoreiras da Villa de Loulé, que com espirito patriótico, se propõe adiantar este ramo de cultura e industria nacional: uma pessoa desta côrte muito distincta e muito zelosa do adiantamento do mesmo ramo, tem mandado vir dos ditos sitios uma mestra das fiações para ensinar e para fiar a sêda da sua lavra e de outros creadores, que a ella recorrem”.

Do mesmo modo se fez a passagem dos rendimentos aos seus descendentes, Francisco de Paulla Lobo seu filho e Sebastião Alexandre da Gama Lobo seu neto. O nível de riqueza desta família nobre, a partir do património avaliado, insere-se no padrão de algumas das suas congéneres do Algarve de 80 000 e 100 000 cruzados (1795 e 1801)¹²⁵ para Manuel José da Gama Lobo e 60 000 e 80 000 (1795 e 1804) para seu filho Francisco de Paula Lobo Pessanha, só não comparável à maior fortuna do Algarve, o morgado de Marim e Alte, entre 100 000 e 150 000 (1773 e 1801)¹²⁶. Note-se que se atendermos ao Morgado dos Pessanha em que foi administrador Sebastião

¹²² ANTT-DP-Alentejo e Algarve, Mç 487, nº2

¹²³ Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, p.497

¹²⁴ ANTT-DP-Alentejo e Algarve, Mç 694, nº 10 (1800)

Requerimento de Francisco de Paulla Lobo Pessanha em que pretende aforar as areias do Paul chamado Terrafal (Vale do Lobo) obrigando-se dentro de cinco anos povoar de **pinhais** as ditas areias sem prejuízo das Rendas do Concelho pois dará de foro... “ Diz Francisco de Paulla Lobo Pessanha Coronel do Regimento de Milicias de Tavira, Fidalgo da Caza de Vossa Alteza Real que seu Pay e elle se tem desvelado(?) em ser uteis ao estado **promovendo a Agricultura em vários ramos**, buscando e encanando agua na montanha junto a Villa de Loulé na sua Quinta da Goncinha e colhendo o desejado fruto de seus trabalhos e despezas por ter juntado abundancia de água **edificou seis azenhas** mandando buscar para a factura dos engenhos **carpinteiros de Lisboa** o que redundou em utilidade d’aquelles Povos que durante o verão hião morrer os géneros em distancia de quatro e cinco legoas empregando depois as ditas aguas em hum grande plano em que poz **pomar** que he hoje reputado hum dos melhores não do Algarve mas também do Reino pois não somente dá a maior parte da fruta da carregação em verde para o Norte mas também a madura para a Armada do canal como no presente a está recebendo hum Navio de Guerra de V. majestade ...acrescendo ao referido terem elles plantado desde vinte anos **dois mil pez de amoreiras** as quais estando já constituídas arvores madarão vir do Reino de Valença cazaes de creadores para as bixas e igualmente fiadores de seda para estes últimos se empregarem logo que se complete a fabrica que se está apromptando. Sendo por ultimo mui digno da seria contemplação de Vossa Alteza Real o ter o Avô, o Pay e elle...”

¹²⁵ Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *A nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditária e civil*, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, 1999; p. 300

¹²⁶ Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *A nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditária e civil*, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, 1999; p. 300

Alexandre da Gama Lobo Pessanha (o seu neto), a soma duplicará. Mesmo assim, esta família poderá entrar dentro do escalão correspondente aos Grandes Proprietários do Algarve (de 20 000\$ 000 a 39 600\$000 réis) ¹²⁷.

A nível de meios de transporte também se verifica a única utilização de sege da vila, não com Manuel José da Gama Lobo, que possuía, pelo menos o declarado, quatro machos e três criados (1801), mas com seu filho, Francisco de Paula Lobo Pessanha, que para o mesmo ano, indicava ter quatro criados, dois machos de sege e duas bestas. Sebastião Alexandre da Gama Lobo, naturalmente deverá ter herdado a sege do pai, que faleceu em 1821, tendo declarado, “huma sege montada e hum creado...” (1827) ¹²⁸. A utilização deste meio de transporte terá sido única na vila, com muitos possuidores do macho ou bestas e raramente de criado, juntando-se Francisco de Paula Lobo Pessanha aos outros dois proprietários de nobreza antiga, possuidores de sege, Francisco José Moreira de Brito Pereira do Carvalhal e Fernando Maria de Mendonça Pessanha Mascarenhas, de Faro. ¹²⁹

Edifício no tempo

Na segunda metade do século XVIII, Manuel José da Gama Lobo construiu contíguo à ermida de Sant’Ana ¹³⁰, na Quinta da Boa Vista, o edifício que ainda hoje felizmente continua a existir e ao que parece mantendo muito da sua traça original, mas que teve uma existência pouco comum para uma habitação nobre, já que pouco tempo serviu para a residência do seu edificante e seus sucessores (por motivos ainda alheios ao nosso entendimento). A sua história poder-se-á contar como antes e depois da

¹²⁷ Miguel Maria Telles Moniz, CÔRTE-REAL, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003, p.500

¹²⁸ ANTT-Impostos dos creados e cavalgaduras, concelho de Loulé (1801 a 1828)

¹²⁹ Miguel Maria Telles Moniz, CÔRTE-REAL, op. cit., 2003, p.512

¹³⁰ **1517-1518** “Visitação da ermida de Santa Ana – visitámos a dita ermida a qual hé huma casa piquena de pedra e barro e...tem hua casa deribada junto dela em que se recolhia ho irmitam...e nom tem ornamentos alguuns.” Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve , 1517-1518, António Viegas, Suplemento da revista “*Al’ulya*”, nº 5, Arquivo Histórico Municipal de Loulé,1996, p.96 . **1534** - “Vesytção da ermida de Sant’Ana – vesytámos a dicta ermida de Sant’Ana, a quall achámos agora feyta de novo...o corpo da igreja e o ceo todo de pedra e call e hum portall de pedraria com portas de castanho novas, e madeyrada toda de madeyra d’asnas e ora pella forrada de canas. E o corpo da ermida d’alvenaria, no qual está a imagem de Santa Ana, de vulto, pyntada de novo; e está mais no dicto altar no Menino Jeshu muito fremosso...” Pedro ENCARNAÇÃO, *As Visitações da Ordem de Sant’iago às igrejas do concelho de Loulé no ano de 1534*, Faro, 1993. **1565**- “Irmyda de Santana na estrada – visitámos a dita irmyda e tem huma capella, sobem ao altar por dous degraus e nelle hum frntal velho e humas toalhas e em cima a imagem de Santana, de vulto. Ho corpo da igreja he de bom tamanho lageada, as paredes são de pedra e call e está descuberto e o telhado derribado, e humas portas velhas, e o arco do cruzeyro, fendido per partes, tem um campanayro com sua campa...” Luísa MARTINS, Padre CABANITA, *Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur pertencentes à Ordem de Santiago*,1565, in Revista “*Al’ulya*”, nº 8, Arquivo Histórico Municipal de Loulé,2001/02, p.248. **1758** – “ ...Santa Anna , de que é padroeyro o capitão mor Nuno Mascarenhas Pessanha; ...” Luísa, MARTINS, *Memórias paroquiais do concelho de Loulé*, in “*al-ulya*”, revista do arquivo histórico municipal de Loulé, nº10, 2004, p. 396.

herança do edifício. Este foi herdado então em ruínas, em 1887, depois de se ter mantido em três gerações, e coube-lhe a sorte dos seus detentores quererem restaurar todo o conjunto edificado, incluindo a capela ou ermida contígua.

O edifício parece que manteve a traça original nas fachadas e espaços interiores, onde se incluem os inovadores corredores e a escadaria de três lances convergentes e divergentes, supondo-se alguma renovação a nível de revestimentos e acabamentos já que se encontrava em ruínas.

Chegou, assim, aos nossos dias um edifício de planta em U e telhado uniforme, fachada simétrica com portal central encimado, não por janela, mas por pedra de armas, de dois pisos com a habitação instalada no piso superior e de caráter assumidamente barroco. A fachada da ermida ou capela foi, no entanto, totalmente renovada, numa intervenção que pretendia uma expressão neoclássica, com introdução de novas pedrarias em mármore de Estremoz e platibanda com balaústres, elemento decorativo ao gosto da época e desenvolvido já no século XVIII. A aplicação do mármore do Alentejo deverá estar relacionada com o marido da herdeira do edifício, António José de Mattos Mexia da Costa, natural de Vila Viçosa e residente na vila de Borba. Também todos os ascendentes da mesma herdeira, casaram em Borba – a mãe e a avó, sendo esta a filha de Manuel José da Gama Lobo que casou com José Victorino Zuzarte Coelho da Silveira, natural de Borba e que construiu provavelmente o Palácio Silveira Menezes, no início do século XIX, em Borba.

Por se tratar de uma ermida quinhentista, conforme atestam as Visitações da Ordem de Santiago, o pórtico da Ermida pode até induzir a uma correlação renascentista com o pórtico principal de S. Sebastião de Lagos (finais do século XVI), arco de volta inteira e vasos/fogaréus, mas sem colunas nem capitéis, ou até à porta lateral da Igreja da Misericórdia (Igreja de Santa Maria) também de Lagos (1568). No entanto, será esta uma intervenção de expressão neoclássica, que recorreu novamente à utilização do arco de volta perfeita renascentista, agora com chave relevada. Segundo as visitasões da Ordem de Santiago, em 1534, há “hum portal de pedraria”. Arriscamos que seria nesta data um portal simples de verga recta mas na data de 1565 (data de nova visitação em que a ermida se encontrava muito danificada) e com campanha de obras naturalmente à volta da mesma data, o portal já poderia ser em arco, como os de Lagos, mas que em 1725 também já não existiria. A lápide existente na sacristia refere que em 1725, o Padre João (naturalmente o Padre João da Costa Aragão, já referenciado como tio de Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo) construiu o faustoso templo, ficando a dúvida se

realmente construiu de novo a ermida ou se a reconstruiu. De acordo com o descrito nas Visitações de Santiago, a ermida até 1565 não teria abóbada (poderá ter acontecido a sua reconstrução na campanha de 1725 ou muito antes ou mesmo ter sido construída



Fig.46 -Portal da ermida de Santa Ana



Fig. 47 - Edifício construído posteriormente e contíguo à mesma ermida.



Fig.48 -Porta Principal da igreja de São Sebastião de Lagos (finais do séc.XVI)¹³¹



Fig.49 -Porta Lateral da Igreja da Misericórdia de Lagos (Igreja de Santa Maria) (finais do séc. XVI)¹³²

¹³¹Fonte: José E. Horta CORREIA, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, 1987, p. 154

¹³² Ibidem, p. 150



Fig.50 -Lápide na sacristia da Ermida de Santana com a seguinte inscrição “Anno de 1725, HOC FAVST/M EXTRVXIT TEM PLV, NITIDV, q’ JOANNES PRAESBVTER INDIGN/S CONSECRAT ANNA TIBI” tendo como interpretação do Rev.º Padre João Coelho Cabanita o seguinte: Ano de 1725, construiu esta obra delicada e faustosa ou construiu este faustoso templo o indigno Padre João consagrada a ti Ana. A cruz gravada que se encontra a dividir o texto é a cruz de Sant’iago¹³³.



Fig.51 -Lápide junto à entrada da Ermida de Santana com a indicação das datas e dos nomes de quem retocou e remodelou a capela: “ Em 1875 foi esta capella retocada por devoção da Ex.Sª D. Maria Augusta Sovreira Zuzarte e de 1891 a 1893 foi completamente renovada por devoção do Exmo. Sr. Antonio José de Matos Mexia da Costa e sua esposa D.Maria Augusta Mascarenhas de Mattos¹³⁴ e de sua filha D.Maria Bárbara Mascarenhas de Mattos.

de raiz nesta data, já que há “quem afirme que esta ermida não é a mesma e que a ermida visitada pelos freires de Santiago era efetivamente próxima da estrada de Portugal, mas algum tanto mais distante da vila, na fazenda de figueiras de D.Maria Augusta”¹³⁵).

De qualquer modo, teria campanário e sino, seria lisa e branca de cal com portal de verga recta, idêntico ao portal lateral da sacristia e como as ermidas de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Vale Judeu e Nossa Senhora da Boa Hora, no Parragil, ermidas da época, e que por sorte ainda existem no mesmo concelho. Pensa-se que a escadaria de acesso ao campanário também seria da mesma campanha de obras de 1725, para evitar a existência de corda na fachada. No entanto, esta sobriedade arquitetónica numa definida concepção de arquitectura chã dos templos de Loulé, e vista não raras vezes como sinónimo de pobreza artística, não estaria à altura de um edifício brasonado e muito menos da nova família que o recebeu, pelo que foi opção o “aformoseamento” da fachada conforme chegou aos nossos dias. E se de facto a ermida foi reconstruída em

¹³³Portanto, será o padre João da Costa Aragão, tio do capitão-mor Nuno Mascarenhas Pessanha referido como o padroeiro da Ermida de Santa Anna, nas Memórias Paroquiais do Concelho de Loulé, no relatório de 1747-1758. Este é o pai de Manuel José da Gama Lobo que edificou ao lado da ermida da família.

¹³⁴ D. Maria Augusta Sovreira Zuzarte e D. Maria Augusta Mascarenhas de Mattos serão a mesma pessoa, assim como D. Maria Augusta Mascarenhas Zuzarte Lobo que é referida na escritura de partilhas – herdeira de Sebastião Alexandre da Gama Lobo e bisneta de Manuel José da Gama Lobo.

¹³⁵Ataíde OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Loulé*, (1ª edição Tipografia Universal, Porto, 1905), 4ª edição, Algarve em Foco Editora, Faro, 1998, p.106

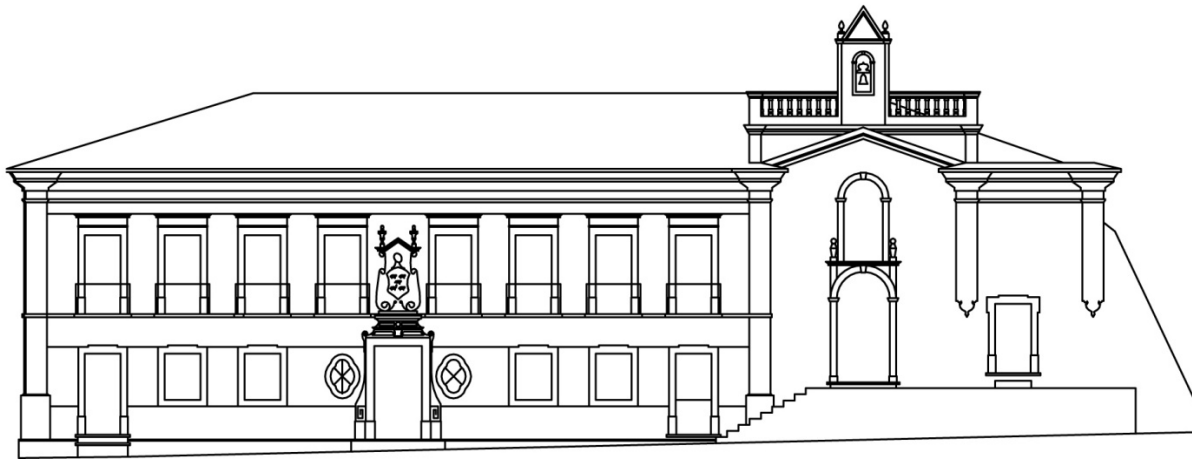
1725, Antonio José de Mattos Mexia da Costa substituindo o portal simples de verga recta existente, poderia ter aproveitado a base ainda visível de alvenaria em arco que eventualmente existiria da provável campanha de obras de finais do século XVI e pouco posterior à Visitação da Ordem de Santiago em 1565. E a expressão neoclássica de todo o conjunto poderia, ainda, ter tido alguma influência do Arco da Vila, em Faro.



Fig.52 -Igreja da Boa Hora, Parragil-Loulé

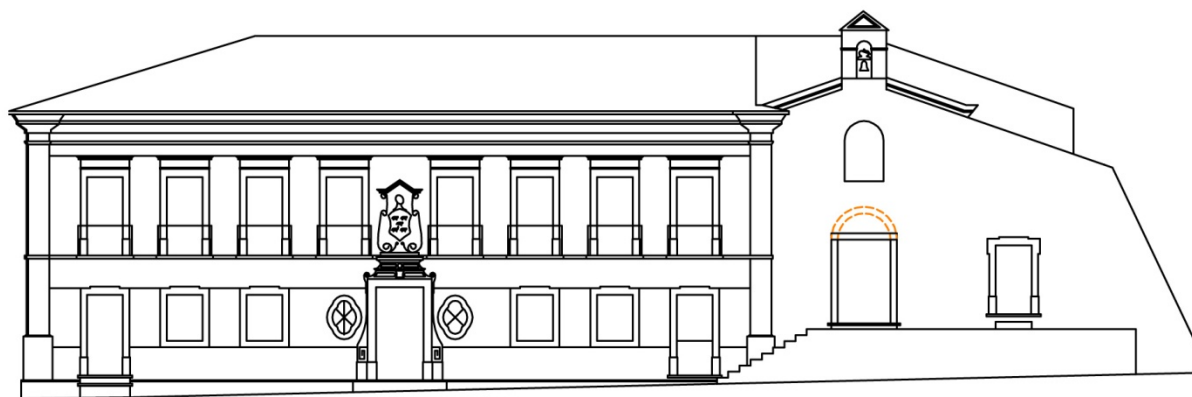


Fig.53 - Igreja de Vale Judeu-Loulé (data de 1683)



ESCALA 1:250

Fig.54 - Desenho do alçado da ermida de Santa Ana, contígua à casa nobre Gama Lobo, na actualidade



----- Provável vestígio de arco de uma eventual campanha de obras de 1560 e reaproveitado na campanha de obras de 1891

ESCALA 1:250

Fig.55 - Desenho do alçado da ermida de Santa Ana, contígua à casa nobre Gama Lobo
Reconstituição hipotética

Verifica-se, ainda, que a cornija do edifício é diferente da cornija da ermida, num pequeno pormenor decorativo. Este pequeno pormenor pode indicar a não existência de cornija na ermida, desde a construção do edifício até 1891-1893, data de recuperação da ermida, indicada em lápide, deduzindo-se a mesma data para a recuperação do edifício. Esta solução integrou a ermida ao edifício e vice-versa.



Fig. 56 -Repare-se na parte superior da fachada da ermida, concretamente na pilastra em pedra, do lado esquerdo, e na pilastra em massa, do lado direito. O recorte da cimalha que as remata são diferentes, conforme se verifica nas respectivas imagens abaixo apresentadas (Fig. 57 e 58)



Fig. 57 – Recorte da cimalha do lado esquerdo



Fig.58 – Recorte da cimalha do lado direito

Em 1887 o edifício é registado na Conservatória do Registo Predial com o nº 5134, supondo-se em data posterior à sua recuperação, pois a lápide na capela indica que foi retocada em 1875 e o edifício foi herdado em 1874, tendo-se apurado a seguinte

descrição: “*Predio nobre, situado no alto da rua de Portugal d`esta Vila de Loulé, junto a Sant`Anna, freguesia de São Clemente : compõe-se d`altos e respectivos baixos, monte, denominado Boa Vista, com terras de sementeira e arvoredo de diferentes qualidades; que confina do todo pelo nascente com estrada que vae para Querença, pelo norte e poente com estradas e pelo sul com o Largo de Sant`Anna e ruas*”. Em 1895, o edificio é herdado por D. Maria Barbara Mascarenhas de Mattos por óbito de seu pai Antonio José Mattos Mexia da Costa¹³⁶, descrevendo-se nova inscrição predial : “...*este prédio se compõe de vinte quatro quartos, quatro sallas, duas cozinhas, duas dispensas, duas casas de jantar, escriptorio, armazem, dois celeiros, cavalaria, cocheira, uma capella, casa para hortellão com todas as acomodações, uma outra cavalaria, palheiro, casa do forno, casa para diferentes pássaros com gaiolas d`arame, jardim, uma nora e uma outra empedrada até quasi rente com a terra, tanques, terreno de regadio com figueiras e outras arvores e confina pelo sul com rua, Manoel Grillo e herdeiros de Francisco Ramos...*”.¹³⁷

Em 1902 é comprado por Cazemiro d`Aragão Barros a Dona Maria Barbara Mascarenhas de Mattos e esposo Antonio Augusto de Mattos Cortes¹³⁸. Em 1933 há uma transmissão do prédio aos filhos herdeiros de Cazemiro d`Aragão Barros¹³⁹, por óbito deste, Maria do Carmo Barros de Aragão, José de Barros Aragão, João de Barros Aragão, Casemiro de Aragão Barros, D. Joana de Aragão Barros Madeira, D. Ana de Aragão Barros, e D. Maria Tomásia de Aragão Barros¹⁴⁰.

Sabe-se, então, que os jesuítas espanhóis alugaram a descendentes da família Aragão Barros, o antigo “Solar dos Lobos”, que aquela família adquirira no fim do séc. XIX, aos herdeiros de Sebastião Alexandre da Gama Lobo, tendo aí instalado o Colégio de Estudos Clássicos Gonzaga onde funcionou o curso 1934/35 até 1938/1939, data esta do fim da guerra civil e do regresso à antiga casa em Espanha. Solicitaram à Câmara Municipal autorização para ampliarem as instalações (requerimento de 1935 e 1936) e de acordo com o projecto apresentado. Foi um pedido de construção de um “novo edificio nas traseiras do “Solar”, com frentes para a estrada de Salir e interior da Quinta da Boa Vista¹⁴¹. Casimiro de Barros (possivelmente o herdeiro de Cazemiro d`Aragão

¹³⁶ Registo de Descrições Prediais, Livro B-13, folha 189

¹³⁷ Ibidem

¹³⁸ Livro de inscrições diversas, Livro F-4, folha 145

¹³⁹ Registo de Descrições Prediais, Livro B-13, folha 189 v.

¹⁴⁰ Registo de Descrições Prediais, Livro G-56, folha 158.

¹⁴¹ “A ampliação projectada envolve a construção de um andar na parte posterior do edificio, correspondente o rez do chão ao pavimento do primeiro andar da edificação existente. Interiormente o primeiro andar é destinado a camaratas com capacidade para 34 pessoas. Neste andar e para serviço destas camaratas constroem-se duas sentinas. Dividido

Barros e não ele próprio) era sócio da firma “Sociedade de Tecidos e Sacaria Lda.” e criou uma própria somente de tecidos de nome “Barros e Marques Lda.”, transferindo o alvará para a Quinta da Boa Vista em 1941¹⁴² onde já funcionava desde 1939, no espaço do rés-do-chão da anterior ampliação do colégio. Na altura ter-se-á construído uma entrada própria, no prolongamento da fachada da Rua de Portugal, ainda existindo em 1998, altura da elaboração do levantamento de todo o edificado por parte da Câmara Municipal. Na actualidade existe parcialmente e é por onde se faz o acesso ao ginásio que deu lugar a toda a área correspondente à ampliação do colégio.

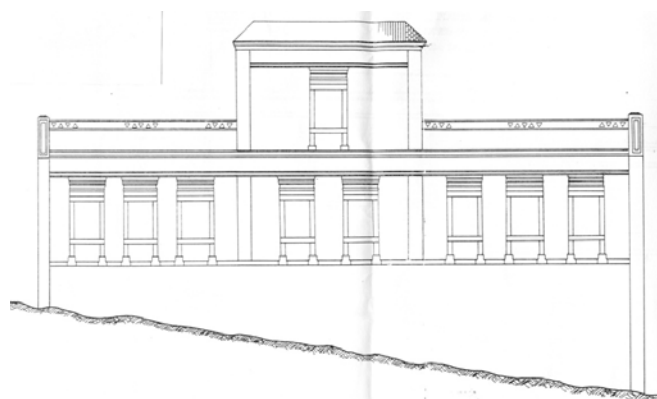


Fig.59 - Desenho do Alçado da ampliação do colégio, contíguo à fachada poente (que não foi representada) na Rua de Portugal, da casa nobre Gama Lobo (1935). O desenho das cantarias(em massa) das janelas é igual ao desenho das cantarias existentes.

Fonte: Câmara Municipal de Loulé



Fig. 60 -A entrada para a fábrica de tecelagem, do lado esquerdo e contígua à ampliação do colégio, já não existe.



Fig.61 -O portão não vem indicado no alçado, mas já existiria originalmente. Corresponde ao acesso para o pátio interior da casa nobre Gama Lobo.

em compartimentos acha-se a cubicagem de 17,3 m3 aproximadamente por cada um, considerada suficiente pelas leis de saúde. No Rez do chão da parte a edificar comporta na ala direita, divisão para 3 aulas, quatro quartos, sentinas e casas de banho. Na ala esquerda prevê-se a construção de um refeitório e cosinha. A parte exterior subordina-se a construção ao estilo do restante edifício. As janelas levam cantarias iguais às existentes...” . Memória Descritiva do projecto de ampliação do prédio onde está instalado o Colégio Gonzaga, com sede no Largo de Santana desta Vila Câmara Municipal de Loulé, 1935.

¹⁴² Fernanda MATOS, *Indústrias Tradicionais do Concelho de Loulé*, 1988, p.28

Em 1939, há transmissão a favor do Banco do Algarve (Banco Nacional Ultramarino) e em 1958, transmite-se a parte urbana a favor de Maria Madalena Teixeira Farrajota Cavaco que vende à Câmara Municipal de Loulé em 14 de Abril de 1988, sendo a ocupação parcial da casa nobre feita atualmente pela Associação Majorettes de Loulé aguardando novas funções. A parte rústica da Quinta da Boa Vista, com uma área de 18 619 m2, foi loteada em 1998, pelo Banco Nacional Ultramarino.

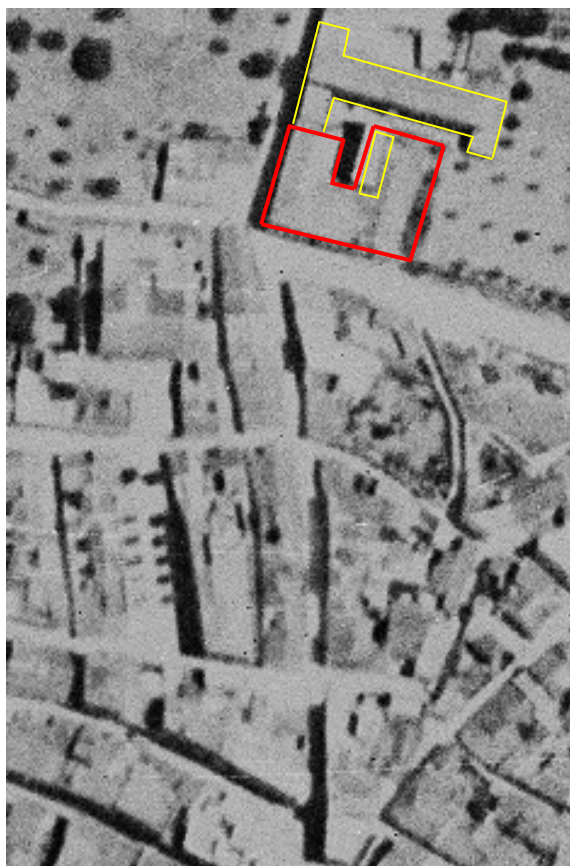


Fig.62 - Foto aérea (1947)
Fonte: Instituto Geográfico do Exército



Fig. 63 -Foto aérea (2002)
Fonte: Instituto Geográfico do Exército

— Casa nobre Gama Lobo : construção original
— ampliação relativa ao colégio

— Casa nobre Gama Lobo : construção original
— ampliação relativa ao colégio
— ampliação posterior a 1947 e anterior a 1972

ESCALA 1:2000



Capítulo 3

CASA NOBRE AZEVEDO E SILVA : ÉPOCA MARIANA

Família

Na *Monografia de Loulé* de Francisco Xavier d’Athaide Oliveira vem mencionado o seguinte: “*Existe ainda outro prédio no alto da rua Ancha de nobre aparência, não brasonado, que foi habitado pelo coronel Simão de Azevedo e Silva Lobo, casado com D. Serafina Isabel Francisca de Brito e Aboim, senhora esta natural de S. Miguel do Pinheiro, termo de Mértola, e pelo seu filho Marçal Henrique de Azevedo e Aboim, casado com D. Anna Victoria de Aboim, natural de Loulé*”. Das famílias notáveis de Loulé contamos também com esta família Azevedo e Silva. Ataíde de Oliveira menciona que António de Azevedo e Silva, natural de Loulé, era moço de Câmara d’El-Rei e proprietário do ofício de Escrivão dos órfãos nesta vila. Foi casado duas vezes tendo da primeira mulher e da segunda que se chamava Margarida Pereira, com quem casou em 1654, nove filhos. Faleceu em 1673 e um dos seus descendentes chamou-se António de Azevedo e Silva, que foi casado com D. Maria de Faria, e foram os 4os. avós de Marçal Henrique de Azevedo Aboim. Outro descendente chamou-se Isabel da Costa Azevedo, que foi casada com o Dr. Manuel de Souza Palermo, ligando-se por este casamento os Azevedos aos Palermos. Como se verá Marçal Henrique de Azevedo Aboim esteve aparentado com os Aboins, Mascarenhas, Lobos, Palermos, Aragões ou Azevedos e Silvas. Vejamos :

I- Manuel Mendes Caeiro¹⁴³. Casou com Maria de Azevedo e Silva¹⁴⁴. Em 1705, com a idade de 74 anos, renuncia para seu filho, Diogo de Barros, o ofício de Escrivão dos Orfãos da Vila de Loulé¹⁴⁵.

¹⁴³ Um seu ascendente poderá ser Gonçalo Caeiro - escudeiro d’El Rei, Ouvidor da correcção do reino do Algarve, tabelião de Loulé por carta de 10.6.1487, escrivão nomeado pela vereação em 1493, escrivão dos órfãos também em 1493 (*Actas de Vereação de Loulé Século XV, 1492-1497*, in Separata da revista “*Al’ulya*”, nº 10, Câmara Municipal de Loulé, 2004, p.88) – é de referir que se “informação é poder, como tantas vezes repetimos, o escrivão da câmara dispunha de tanto ou mais poder do que os juizes e os vereadores: assistia às reuniões camarárias, alargadas ou restritas, ouvia tudo e deixava em acta apenas o que lhe mandavam. Isso dava-lhe um enorme ascendente sobre os homens da vereação e transformava-o numa peça política essencial. É ver como alguns senhores procuraram colocar homens da sua confiança como escrivães do concelho em terras que queriam dominar...é bem provável que este oficial acabasse por ter, na terra onde servia, uma posição que lhe facilitasse algumas vantagens económicas.” Idem, pp.20,21. Este seria provavelmente pai de Gonçalo Mendes Caeiro, fundador e padroeiro da capela de S. Brás da Igreja Matriz de Loulé (*Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur pertencentes à Ordem de Santiago*, 1565, Revista “*Al’ulya*”, nº 8, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2001/02, p. 235) que por sua vez deveria ser pai de Manuel Mendes Caeiro, referido em 1607 como administrador da mesma capela. Este Manuel Mendes Caeiro poderá ser pai ou avô do Manuel Mendes Caeiro referido nas pautas de Vereadores de 6.5.1698 com 67 anos de idade e pai de Diogo de Barros e Sousa. Francisco Xavier d’Athaide de OLIVEIRA, *Monografia de Loulé*, p. 329 : Este ascendente de Marçal de Azevedo e Silva poderá comprovar-se no termo de óbito de 31 Março de 1795 da freguesia de S. Clemente de Loulé: “Aos trinta e um do mez de Março de mil setecentos e noventa e cinco se sepultou no jazigo da capella de S. Braz, Marçal d’Azevedo e Silva, marido de D. Violante Maria Mascarenhas Lobo,

Filho:

2-Diogo de Barros e Sousa, que segue

III-Diogo de Barros e Sousa¹⁴⁶. Pessoa Nobre. Escrivão dos Orfãos da Vila de Loulé. Casou em 1721 com Dona Joana de Azevedo e Silva, de Mértola.

Filho:

4-Marçal de Azevedo e Silva, que segue

IV-Marçal de Azevedo e Silva¹⁴⁷, morador em Loulé, foi bacharel¹⁴⁸ formado na Universidade de Coimbra. Vereador da Câmara da Vila de Loulé¹⁴⁹. Casou (Santa Maria, Tavira, 07.06.1755, por procuração, sendo a noiva representada pelo Dr. Desembargador João Leal da Gama e Ataíde) com **Violante Maria Mascarenhas Andrade Lobo**, desta vila, filha de Simão Barroso de Andrade Lobo e de Leonor Soares Figueiredo Mascarenhas Palermo de Aragão. Faleceu em 1795.

Filhos¹⁵⁰:

desta villa. Faleceu com testamento; e como, segundo as ordens de S. Magestade e disposições de direito acresça duvida sobre o direito que o mesmo defuncto tivesse para escolher em um testamento a referida sepultura e ao mesmo tempo falte este para se recorrer da sua legitima decisão, me deliberei consentir na escolha da dita sepultura, com o protesto de não conferir o dito acto aos seus herdeiros, antes de obrigar por este termo seu filho, o sargento-mór Simão José de Azevedo a recorrer a S.Magestade dentro de um anno afim de mostrar o direito que elle e seus herdeiros teem ao referido jazigo, aliaz haver-se-há por nenhum...” E à margem deste termo encontra-se o seguinte: “ como do 1º livro das visitas, a folh.8 consta que o instituidor da capella de S. Braz foi Gonsalo Mendes Caeiro; e do mesmo livro a folh. 178 consta que no anno de 1607 era administrador da referida capella Manuel Mendes Caeiro; como se mostra também pelo livro dos casamentos de 1694 ser aquelle Caeiro pai de Diogo Barros e Souza; e pelo livro dos baptismos do anno de 1714 a folh. 117 mostra-se ser Diogo Barros e Sousa ascendente do defuncto Marçal d’Azevedo e Silva, facilmente se conclui e se desvanece a duvida ponderada no termo a respeito do direito dos herdeiros de Marçal ao referido jazigo. Por tanto ali foi bem sepultado por se verificar que Marçal d’Azevedo e Silva é descendente em linha recta do primeiro instituidor daquele jazigo e capella de S. Braz.” É de referir que vêm mencionados nas Dízimas de Loulé, ano de 1776, para Marçal de Azevedo e Silva os foros da capella de S. Braz que Administra.

¹⁴⁴ Pelas datas, poderá ser familiar próxima de António de Azevedo e Silva e de sua mulher D. Maria de Faria, referidos como 4os. avós de Marçal Henrique de Azevedo Aboim, mas que ainda não pôde ser confirmado. A pauta de vereadores de Loulé de 6.5.1698 refere Manuel Mendes Caeiro, vereador muitas vezes e seus pais e avós, como pai de Diogo de Barros e Sousa e, António de Azevedo e Silva, capitão de auxiliares e vereador, como primo irmão de Diogo de Barros e Sousa.

¹⁴⁵ ANTT/RGM, Mercês de D. Pedro II, liv. 17, f. 303v -1705. Alvará para poder renunciar em seu filho, Diogo de Barros o Officio de Escrivão dos Orfãos da Vila de Loulé.

¹⁴⁶ ANTT/RGM, Mercês de D.João V, liv. 5, f. 409v - 1721. Carta. Escrivão dos Orfãos da Vila de Loulé. Filiação : Manuel Mendes Caeiro.

¹⁴⁷ ANTT-DP-Alentejo e Algarve, mç 483, nº24(1782). Solicitou que todos os seus bens fossem vinculados ao seu filho mais velho, ao abrigo do alvará de 3 de Agosto de 1770. O pedido foi escusado visto querer incluir no vínculo as legítimas dos filhos e a meação da mulher: “ Diz Marçal de Azevedo e Silva morador na Vila de Loulé que ele he nobre e destinto e dos cavalleiros mais illustres do Algarve tem huma numerosa familia muitos filhos e tantos bens que vinculados conservarão o esplendor da sua caza e divididos a aniquilarão ficando cada hum dos filhos sem meios para subsistirem decentemente. Portanto e porque o supp. se acha nos termos do alvará de 3 de Agosto de 1770. P. a Vossa Mgde. se digne conceder ao supp. a facultade de vincular todos os seus bens em seu filho primogénito Simão José de Azevedo e Silva Lobo precedendo informação e consentimento dos mais filhos e mulher do suplicante para que (?) daqueles, e meação desta possão ser comprehendidos no dito vínculo”.

¹⁴⁸ ANTT-DP-Alentejo e Algarve, mç777, nº 37(1786)

¹⁴⁹ ANTT-DP-Alentejo e Algarve, Mç 746, nº 25 : Vereadores da Câmara de Loulé para os anos de 1774, 1775, 1776.

¹⁵⁰ ANTT-DP-Alentejo e Algarve, mç503, nº 10(1798) – Requerimento de Sebastião Drago Valente referindo a sogra D. Violante Maria de Andrade Lobo, viúva do Dr. Marçal de Azevedo e Silva assim como a sua mulher Joanna Vitoria e o Reverendo Sebastião Diogo de Barros e Silva Lobo, filho do Dr. Marçal de Azevedo Silva.

5-Joana Vitória Josefa Teresa de Azevedo e Silva Lobo. Casou com Sebastião Drago Valente.

5-Simão José de Azevedo e Silva Lobo, que segue

5-Sebastião Diogo de Barros e Silva Lobo, padre.

5-José Francisco d´Azevedo e Silva.

5-Ana Genebra de Azevedo e Silva, testamenteira do irmão, padre.

5-Maria da Graça Azevedo, testamenteira do irmão, padre.

5-João José Mascarenhas de Azevedo e Silva, Desembargador. Casado com Donna Micaella Maxima de Beja, sendo o filho, Gaspar de Azevedo e Silva Mascarenhas de Beja¹⁵¹.

V- Simão José de Azevedo e Silva Lobo¹⁵², conselheiro, coronel capitão-mor de Loulé e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (nº 243 de 1828). Foi procurador de Loulé às cortes em 1828. Casa em Loulé em 26.03.1796, por procuração, sendo a noiva representada por Manuel José da Gama Lobo¹⁵³, com **D. Serafina Isabel Francisca de Brito Guerreiro e Aboim**, de São Miguel do Pinheiro, Mértola, filha do Capitão-Mor João Camacho Guerreiro de Brito e Aboim (Governador da Praça de Mértola, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real) e de D. Violante Perpétua Máxima de Mira e Brito, (título de Medeiros de Brito, de Alcoutim, Tavira e Faro). Faleceu, na Rua Ancha, em 25.8.1834¹⁵⁴ com 74 anos.

Filho:

6- Marçal Henrique de Azevedo e Silva Lobo de Aboim, que segue

VI - Marçal Henrique de Azevedo e Silva Lobo de Aboim, nasceu em 1797, governador civil do Algarve/ Prefeito do Algarve de 15.8.1834 a 25.7.1835, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (nº 208 de 11-

¹⁵¹ Arquivo Distrital de Faro, Cartório Notarial de Loulé, Tabelião João Francisco de Oliveira, 1822, 11 de Outubro, p. 83v.

¹⁵² ANTT-RGM, Mercês de D. Maria I, liv.23, f.302v(1792). Carta.Ofício de Escrivão dos Orfãos da Vila de Loulé. Filiação: Marçal de Azevedo e Silva

¹⁵³ Ainda ficou por apurar a origem do eventual parentesco de Manuel José da Gama Lobo com esta família Azevedo e Silva que poderá ter existido a partir de Violante Maria Mascarenhas Andrade Lobo que casou com Marçal de Azevedo e Silva. Em relação aos Aboim, a irmã de Manuel José da Gama Lobo, D. Antónia Teresa Mascarenhas Pessanha, casou com o capitão-mor de Tavira, Alberto António de Brito Guerreiro Aboim (pertencente a uma das famílias mais nobres de Tavira do século XVIII-morgado da Revelada) pelo que se pode deduzir a proximidade com D. Serafina Isabel Francisca de Brito Guerreiro Aboim. No entanto, também ficou por apurar este parentesco Brito Guerreiro Aboim.

¹⁵⁴ ANTT-Óbitos de S. Clemente-Loulé de 1834 f.44v “ Capitão-mor Simão Jose de Azevedo e Silva Lobo , com testamento – Aos vinte e seis dias do mez de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro se sepultou em a Capella de São Bráz desta Igreja Matris em seu Carreiro o Capitão Mor desta Villa Simão Joze de Azevedo e Silva Lobo viúvo de D. Serafina Isabel Francisca de Aboim o qual faleceu pelas onze horas do dia vinte e cinco do mez e era supra tendo setenta e quatro anos de idade: recebo os sacramentos, fez testamento e he testamenteiro seu filho Marçal Henrique de Azevedo Aboim de que fiz este termo que assignei. O prior Joze Rafael Pinto”

03-1846) teve carta de conselheiro e foi um dos mais importantes proprietários do concelho de Loulé. Segue a carreira das armas, tal como o pai e conhecem-se-lhe envolvimento na vida política desde bastante cedo. Em 21 de Maio de 1816 foi eleito capitão de milícias para a Companhia de Cavalaria em Loulé. Em 1822 ocupava o cargo de Tenente-Coronel do Regimento de Milícias de Tavira, cidade onde residiu. Devido a esta deslocação foi obrigado na altura a abandonar o cargo de vereador na Câmara Municipal de Loulé. Em termos políticos era uma personalidade próxima do miguelismo, tal como o pai. Mas, em 1828, surge envolvido numa tentativa revolucionária de tendência liberal e foi preso. Cumpriu pena de prisão em S. Julião da Barra, em Lisboa, até 15 de Maio de 1830. “As lutas entre os liberais e miguelistas desenrolaram-se nesta vila entre 1828 a 1833. Em 24 de Julho deste ano, uma importante guerrilha composta por mais de três mil homens e chefiada pelo Major Camacho, cercou a Vila entrando nela, praticou uma tremenda chacina na qual perderam a vida muitos ilustres louletanos.”¹⁵⁵ Após o triunfo do liberalismo, Marçal Henrique de Aboim conheceu alguns dos mais importantes cargos políticos na região algarvia: Administrador Geral, Governador Civil e Deputado, ainda que numa legislatura de curta duração¹⁵⁶. Casou com **Dona Anna Vitoria Pereira Aboim**. Faleceu em 30.12.1868¹⁵⁷ com 73 anos de idade.

Filhos:

7-José Serafim de Azevedo Aboim, bacharel formada em direito, que teve uma filha Dona Maria Luisa casada com o Dr. Antonio Maria Fructuoso da Silva, delegado do ministério público de Tavira.

7-José Francisco de Azevedo Aboim, que teve duas filhas Dona Maria da Piedade Rua e Dona Amélia Augusta casada com o sr. José Maldonado.

7-Luís de Azevedo Aboim, sem filhos.

7-Simão José de Aboim.

7-Henrique de Azevedo Aboim.

7-Marçal Henrique de Azevedo Aboim.

¹⁵⁵ Pedro de FREITAS, *Quadros de Loulé Antigo*, C.M.Loulé, 199, p. 501

¹⁵⁶Cf. Neto Gomes, *Governo Civil do Distrito de Faro. 175 anos de História*, 2ª ed., Governo Civil de Faro, Faro, 2010, p. 80

¹⁵⁷Arquivo Distrital de Faro-Óbitos de S. Clemente-Loulé de 1868 nº 417 “ Aos trinta dias do mês de Dezembro do anno de mil oitocentos sessenta e oito as dez horas da noite na **Rua Ancha** desta Villa de Loulé Concelho da mesma Dioceze do Algarve faleceu tendo recebido o sacramento da Extrema Unção e não recebeu o Sagrado Viático porque não fallava, um individuo do sexo masculino por nome Marçal Henrique d’Azevedo Aboim d’idade setenta e trez annos, proprietário, natural e baptizado nesta freguesia, viúvo de Dona Anna Vitoria Pereira Aboim desta villa fez testamento he testamenteiro seo filho José Francisco d’Azevedo Aboim proprietário, casado, e foe sepultado no Cimiterio desta freguesia. E para constar mandei lavrar no duplicado este assunto que assigno...”

7-Dona Violante Anna Victoria d’Azevedo Aboim, casada com António José do Valle Galvão¹⁵⁸.

7-Dona Serafina Isabel Francisca d’Azevedo Aboim, solteira.

Na listagem de famílias detentoras do poder nos principais concelhos algarvios nos séculos XIV a XIX¹⁵⁹, vêm referenciados os cargos desta família de Loulé, do seguinte modo:

- Século XVI: família Caeiro - Dias Caeiro, Mendes Caeiro; (sécs XV-XVII) : cavaleiro, cavaleiro confirmado por El-Rei, cavaleiro da casa Real, escudeiro da casa do Infante D.Pedro, escudeiro de linhagem, juiz ordinário, moço da câmara del-Rei, vereador ;

-Século XVII : família Caeiro - Dias Caeiro, Mendes Caeiro; (sécs XV-XVII): almotacé, procurador às cortes, vereador ; família Azevedo e Silva – Azevedo e Silva Lobo, (sécs. XVII-XIX): procurador às cortes;

-Século XVIII : família Azevedo e Silva (Caeiro), (Marçal de Azevedo e Silva assistiu e casou em Tavira em 7.6.1755, vereador em 1747 da mesma cidade), Barros e Sousa, Mendes Caeiro (sécs. XVII-XIX) : sargento-mor, vereador;

-Século XIX : Azevedo e Silva (Caeiro), Azevedo e Silva (Joaquim António de Azevedo e Silva, vereador em 1826), Azevedo e Silva Lobo (Simão José de Azevedo e Silva Lobo, procurador de Loulé às cortes em 1828, Vereador em 1817,1821, 1825,1829) , Barros e Sousa, Mendes Caeiro; (sécs. XVII-XIX): capitão-mor, procurador às cortes, vereador.

Estas referências que comprovam o que foi descrito na genealogia possível, leva-nos a crer que esta família, inicialmente e no século XVI era detentora de uma nobreza hereditária com foro de fidalgo da casa Real e que até ao século XIX, tradicionalmente e por norma hereditária com mercês outorgadas, sempre integrou os regimentos concelhios e os mais importantes cargos políticos e também militares da região Algarvia. Um passado com raízes nobiliárquicas mas que o tempo omite de qualificativos de nobreza: simplesmente “pessoa nobre” em vez de “pessoa nobre com o

¹⁵⁸Escritura de reconhecimento de dívida de 1876, Livro de Notas do tabelião Sebastião Drago d’Azevedo Lobo : “...nesta Villa de Loulé, Ru’Ancha e casa de morada do Muiíssimo Senhor António José do Valle Galvão sua Excelentíssima esposa Dona Violante Anna Victoria d’Azevedo Aboim Galvão e cunhada a Dona Serafina Isabel Francisca d’Azevedo Aboim, solteira, maior, todos proprietários de um lado...”. Terão sido devedores de um empréstimo de um conto e duzentos mil réis que receberam a juro de doze por cento ao anno, por escritura de vinte e sete Julho de 1871, nas notas do tabelião Pedro Carlos Biker d’Andrade e referenciado no livro F-1, inscrições nº 293 de 1874, com apresentação de Simão José d’Azevedo, solteiro. Desta “inscrição” resultou a “descrição predial” sob o artigo 1415, Livro B-4 da Conservatória de Loulé.

¹⁵⁹Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime. Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio*, revista “Tabardo”, nº2, Lisboa, 2003, pp. 59,65,74,77,84

foro de fidalgo”. É de referir que muitos fidalgos de antiga linhagem ou Fidalgos da Casa Real umas vezes são intitulados com o foro e outras não.¹⁶⁰

Edificante

Como as datas de 1813 e 1828 existem nos pórticos interiores da escadaria do edifício nobre da Rua Ancha, com o nº 22, presume-se que o edificante teria sido Simão José de Azevedo e Silva Lobo, que casou em 1796, por procuração, sendo a noiva representada por Manuel José da Gama Lobo, o edificante do edifício nobre brasonado da rua de Portugal. Se faleceu em 25.8.1834, com 74 anos, teria em 1813, 53 anos de idade. Muito anteriormente – cerca de 25 anos antes - já o seu projecto se delineava pois adquiriu dois prédios na Rua do Outeiro, em 1785, rua esta que cruza com a Rua Ancha. Na planta de Loulé de 1914, visualiza-se a localização desta rua que poderá estar relacionada com o espaço ocupado pelo edifício nobre (talvez o largo fronteiro só mais tarde pertenceria à Rua Ancha). Nas Décimas da vila de Loulé, Simão José d’Azevedo e Silva Lobo está mencionado nesta rua e não na Rua Ancha para os anos seguintes a 1795. Nos anos anteriores (de 1785 a 1792) vinha mencionado na Rua das Laranjeiras, rua esta situada a nascente da Rua de Portugal. Por outro lado, o pai Marçal de Azevedo e Silva teria habitado na Rua de S. António, conforme o comprovam as Décimas e a referência ao nome das fazendas, nomeadamente o Morgado da Franqueada, que só é feita na relação dos “Impostos dos creados e cavalgaduras”, já mencionando Simão José de Azevedo e Silva, seu filho. Deduz-se deste modo, que o local eleito para construção do seu edifício nobre não teria sido herdado mas sim adquirido com sucessivas anexações até ao ano de 1813, com início em 1785.

O coronel capitão-mor Simão José de Azevedo Silva Lobo aparece mencionado na Rua Ancha somente em 1833, dado o edifício ter a data final de 1828. Como faleceu em 1834, já aparece o nome de Marçal Henrique de Azevedo e Aboim, seu filho, para a data de 1835, mas referindo “cazas habitadas por Francisco de Paula Diogo”. Esta data coincide com a nomeação para governador civil do Algarve/ Prefeito do Algarve de 15.8.1834 a 25.7.1835, cargo este que se deduz o obrigaria a residir na cidade de Faro. No entanto, pelo que atesta a sua certidão de óbito, viria a falecer na Rua Ancha em

¹⁶⁰Ibidem p.53

1868, deduzindo-se que o edifício nobre teria sido posteriormente àquela data por ele habitado até falecer.

Marçal de Azevedo e Silva, pai de Simão José de Azevedo e Silva Lobo, já em 1774, juntamente com Manuel José da Gama Lobo, foram figuras ilustres da época, detentores de poder político na vila de onde eram naturais e onde residiam. Manuel José da Gama Lobo decidira um pouco antes desta altura construir o seu edifício nobre, mas

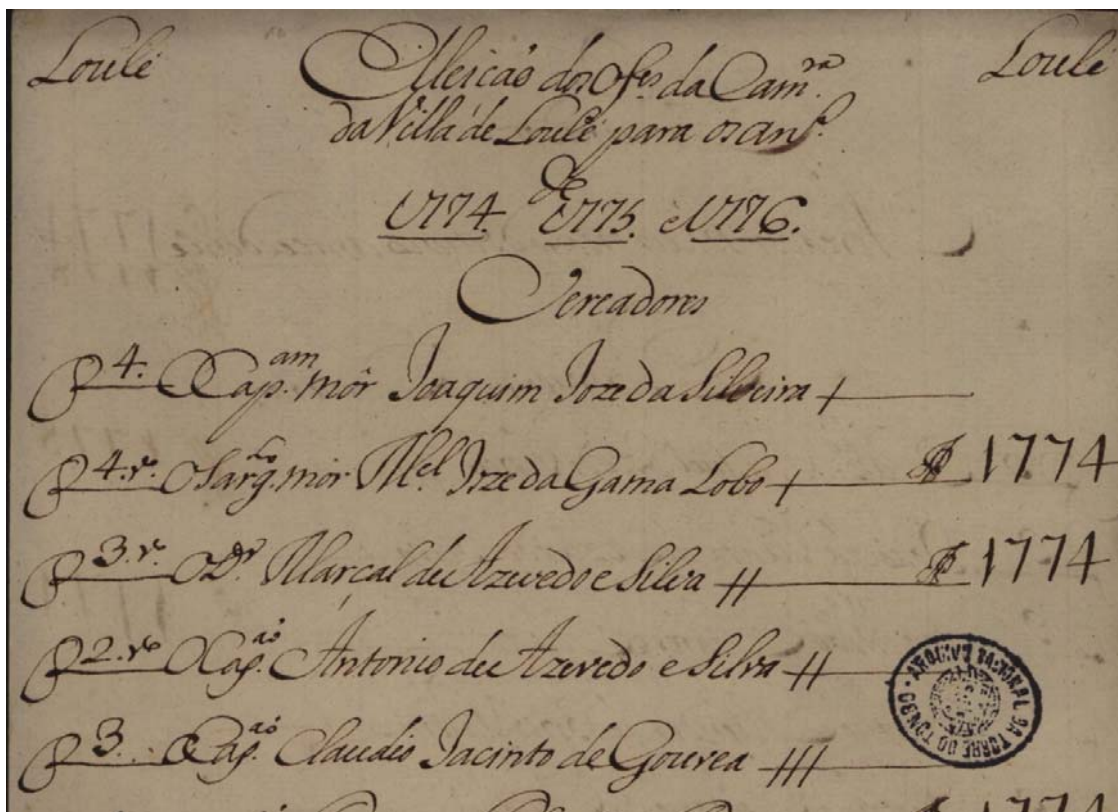


Fig.64 -Vereadores da Câmara de Loulé-Anos de 1774-1775 e 1776
Fonte: ANTT-DP-Alentejo e Algarve, Mç 746, nº 25

só mais tarde, uma geração depois, o filho de Marçal de Azevedo e Silva seguiria os passos de Manuel José da Gama Lobo e num local muito próximo do outro edifício nobre. Proximidade relacionada talvez pelos laços familiares existentes: Simão José de Azevedo e Silva Lobo terá ficado aparentado com a família dos Lobos, Mascarenhas e Palermo de Aragão, a partir de sua mãe, Violante Maria Mascarenhas Andrade Lobo, filha de Simão Barroso de Andrade Lobo e de Leonor Soares Figueiredo Mascarenhas Palermo de Aragão.

No entanto, também ao fundo da antiga Rua Ancha, encontramos outra casa nobre, de Francisco Palermo de Aragão, detentor do Morgado do Ludo (referência das Décimas em 1799), que atualmente corresponde ao novo Arquivo Municipal de Loulé. O local eleito por Simão José de Azevedo e Silva Lobo, ficava

portanto estrategicamente localizado entre as duas “maiores” casas da vila. E a sua relação com estes dois grandes senhores da terra, para além da relação familiar, também se prendeu com a carreira militar : “Em 18 de Janeiro de 1808 foi Loulé libertado do jugo dos invasores franceses, pelo major José da Costa Leal e Brito e pelo capitão de milícias Francisco Palermo de Aragão. Com o armamento apreendido, Costa Leal e Brito constituiu a primeira guarda nacional de Loulé, sob o comando do capitão-mor Simão José de Azevedo.”¹⁶¹

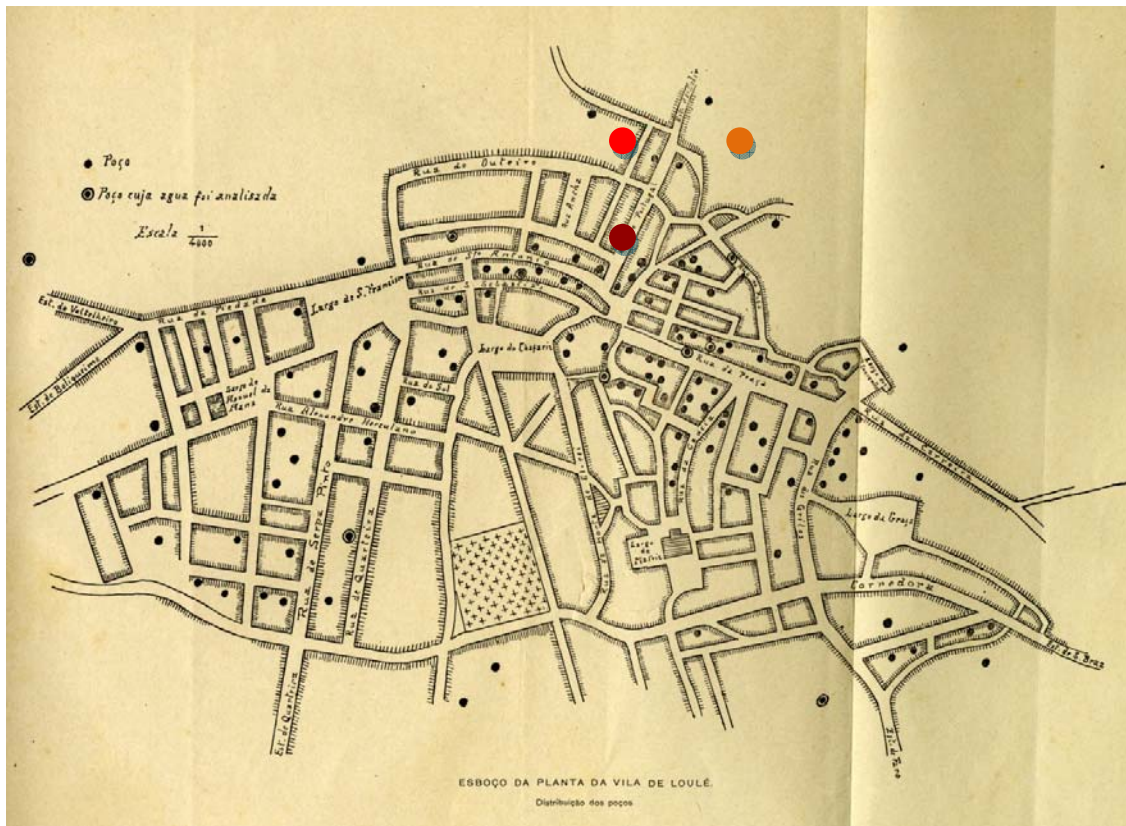


Fig. 65 -Esboço da planta de Loulé de 1914 (com algumas incorrecções de desenho) onde vem indicada a antiga Rua do Outeiro. Fonte: Geraldino BRITES, *Livro das doenças infecciosas*, p.16

- Casa nobre Azevedo e Silva
- Casa nobre Gama Lobo
- Casa nobre Palermo de Aragão

Simão José de Azevedo e Silva Lobo, foi comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1828, a mesma data de conclusão do edifício, sendo capitão-mor da Vila. Os seus rendimentos seriam provenientes também da mercê outorgada em 1792 (teria 32 anos de idade) do Ofício de Escrivão dos Órfãos da Vila de Loulé¹⁶², assim como seu pai¹⁶³ e avô¹⁶⁴ também teriam tido, e de algumas rendas e

¹⁶¹ Pedro de FREITAS, *Quadros de Loulé Antigo*, C.M.Loulé,1991, p. 502

¹⁶² ANTT, Registo Geral das Mercês de D. Maria I liv.23, f.302v

¹⁶³ ANTT, Registo Geral das Mercês de D.João V I liv.17, f.859

¹⁶⁴ ANTT, Registo Geral das Mercês de D.João V I liv.5, f.409v

produção na agricultura, mas nada comparado com Manuel José da Gama Lobo ou seu filho. Em 1823, Simão de Azevedo e Silva Lobo teve ainda necessidade de pedir dinheiro emprestado a José de Oliveira Guimarães, pagando juros anuais e hipotecando a Quinta da Franqueada¹⁶⁵, deduzindo-se a necessidade deste empréstimo para a conclusão do seu edifício nobre na Rua Ancha.

Por início do século XIX, podemos comprovar através da relação dos “impostos dos creados e cavalgadas” que não teria “sege”, meio de transporte, como atrás se verificou, já a ser utilizado pelo coronel Francisco de Paula Lobo Pessanha, filho de Manuel José da Gama Lobo, mas sim criados “*O coronel Simão José de Azevedo dois creados, duas bestas 3\$600*”.¹⁶⁶

Edifício no tempo

Simão José de Azevedo e Silva Lobo, construiu uma nova casa, para sua habitação e da família, em local adquirido em anos anteriores na Rua do Outeiro (que depois seria incluído na Rua Ancha) onde o lado norte que confinava com a estrada do Serrado (ou Serradinho) que se encontrava muito próximo do edifício da família Gama Lobo, seus familiares maternos mas não directos. Chegou aos nossos dias um edifício de planta quadrangular, que aproveitou o desnível do terreno, com dois pisos no lado sul e um único piso no lado norte. Assim, a fachada nobre localizada a sul apresenta dois pisos com simetria e o portal central é encimado por janela de desenho diferenciado das restantes oito janelas do mesmo piso. Duas dessas janelas são falsas ocupando uma parte da fachada que se prolongou para além do volume construído. Sobre esse volume construído, a cobertura acusa a tipologia de telhado uniforme correspondente à fiada de compartimentos da fachada nobre e a sul, sendo cortado ou interrompido abruptamente quando começa a fachada falsa, formando na empena a nascente um recorte de telhado de duas águas. Na parte lateral a poente e posterior a norte, foi adicionado à cobertura um piso, em parte com mansardas, de volumes irregulares com fachadas que nasceram atrás da cimalha do eventual primitivo telhado. A habitação instalada no piso superior, o piso nobre, tinha acesso por escadaria de lances convergentes e divergentes, com o primeiro lance centralizado em relação ao portal de entrada. O espaço interior é distribuído com o apoio de corredores, nas duas alas perpendiculares à fachada nobre.

¹⁶⁵ Arquivo Distrital de Faro, Cartório Notarial de Loulé, Tabelião João Francisco Oliveira (1822-1823)

¹⁶⁶ ANTT-Impostos dos creados e cavalgadas, concelho de Loulé (1801 a 1828)

Com inscrição de 1813, no pórtico da escadaria do átrio de entrada, e de 1828, no pórtico posterior do mesmo lance, depreende-se o tempo de duração da construção. À partida, quinze anos poderão justificar o ar incompleto do edificado quer a nível de implantação, com construções contíguas que não o “libertam” e que parecem situações ilícitas até para aquele tempo, quer a nível de coberturas, que não foram bem resolvidas, com volumes irregulares que mais parecem situações de recurso somadas sucessivamente. A progressiva edificação da fachada com a execução de uma parte falsa pode dar a entender os esforços que deverão ter acontecido para a sobreposição ao espaço privado. Assim como nos aparece, o edifício teria pretendido apropriar-se de território privado não tendo havido posteriormente uma grande afirmação de poder para alteração do cadastro urbano talvez por falta de meios financeiros¹⁶⁷. Esta é uma hipótese que se entende do observado pois nenhum documento foi encontrado nos arquivos notariais em relação ao tempo de execução, aos artistas que nela intervieram, ao autor do risco ou a litígios entre a vizinhança. Mas teria havido certamente um planeamento inicial para estudar a necessidade de mais espaço para desafogar o edifício de modo a realçar a sua horizontalidade no conjunto do edificado, não sendo raro acontecer em Portugal alguns edifícios nobres “engolirem” uma ou mais ruas, principalmente nas cidades. E só com um estudo mais aprofundado sobre a data de construção do casario a nascente contíguo ao edifício, se poderia perceber qual a primeira origem. O casario a norte, por seu lado, seria pertença do mesmo proprietário, atestando-o a primeira inscrição predial de 1879, que descreve as confrontações a norte com a estrada do Serrado.

A planta de Loulé de cerca de 1920, a mais antiga existente, mostra de facto, um tecido edificado na zona, muito coeso, parecendo-nos que este casario (juntamente com o muro caiado que delimita a propriedade) já existiria em finais do século XVIII, formando a rua ou caminho a norte e correspondendo ao limite urbano da altura. As fachadas poente e norte do edifício são fachadas acabadas (no entanto com cunhal em massa) ao contrário da fachada nascente, pelo que desse lado estariam as obras controladas, prevendo-se eventualmente o desafogo dessa fachada para um futuro próximo. Futuro que só aconteceria cerca de um século e meio depois, de acordo com o que foi proposto no “Plano de Pormenor do Casco Histórico de Loulé” no ano de 1986.

¹⁶⁷ Foi efectuado um empréstimo por parte de José de Oliveira Guimarães a Simão José de Azevedo e Silva Lobo com pagamento de juros anuais. Arquivo Distrital de Faro, Cartório Notarial de Loulé, Tabelião João Francisco Oliveira (1822-1823)

Nessa proposta de Plano há referência à casa nobre Azevedo e Silva como Solar do topo da Rua Sacadura Cabral (antiga Rua Ancha) que devia integrar uma política de administração para salvaguardar e revitalizar o Casco Histórico, a par de um desenvolvimento urbano planeado, apontando duas razões fundamentais para a reconstrução e reabilitação deste edifício: “Em primeiro lugar encontra-se lamentavelmente degradado, nalguns locais em ruínas, apresentando inúmeros acrescentos tanto em altura como em largura, que, para além de vilipendiar um edifício digno do património arquitectónico de Loulé, não permite um mínimo de condições de higiene e segurança aos moradores que o habitam. Em segundo lugar porque qualquer consideração de nível urbanístico, quer funcional, quer habitacional, não permite a manutenção deste estado de coisas; Existe a necessidade do prolongamento da Rua Nossa Senhora de Fátima pela rua do Serradinho (parte integrante da 1ª circular interna da rede rodoviária do aglomerado). Por outro lado a prossecução da destruição do edifício primitivo pelo adossar (neste momento) de novas construções sem um mínimo de condições de salubridade, compromete em definitivo qualquer política de recuperação e de melhoria das condições habitacionais, e acentua pelo contrário o estado de degradação geral do conjunto do solar e edificações adossadas e acrescentadas. Perante esta situação a única proposta possível, e a única operação aconselhada, é a demolição das construções apostas e sobrepostas que não têm nenhuma espécie de interesse histórico, arquitectónico, ambiental ou paisagístico...”¹⁶⁸

¹⁶⁸ Carlos DUARTE, José LAMAS, *Plano de Pormenor do Casco Histórico de Loulé*, 1986, p. 75



Fig.66 -Casario “colado” a norte do edifício, vista do lado nascente.

Fonte: Fototeca da Câmara Municipal de Loulé (meados do séc.XX)



Fig.67 -Casario “colado” a norte do edifício, vista do lado poente, com muro no seu prolongamento, pertencente ao lote da casa nobre Azevedo e Silva.

Fonte: Fototeca da Câmara Municipal de Loulé (meados do séc.XX)



Fig. 68 -Foto (recorte) tirada do castelo (meados do séc.XX). Repare-se no casario envolvente do lado direito e à frente, que não parece tocar no edifício e é de um único piso e de construção pobre.

Fonte: Fototeca da Câmara Municipal de Loulé



Fig.69 -Foto tirada do castelo (2008) . Repare-se no casario envolvente que já não é de um único piso e que se aproximou do edifício colando-se à fachada.

O casario a norte, que se encontrava “colado” ao edifício, foi demolido aquando do alargamento do arruamento, ainda se visualizando portanto em foto aérea no ano de 1972. Enquanto que o casario antigo a sul foi substituído por construções de dois e três pisos no final do século, completamente dissonantes. Não quereríamos a demolição total dos edifícios envolventes a todas as fachadas, como nos propõe o Plano de 1986 – mas pelo menos os mais recentes que se adossaram ou aproximaram da fachada nobre descaracterizando o conjunto urbano inicial - porque essa atitude desvirtuaria historicamente o espaço do próprio local não sendo o edifício um monumento mas um edifício nobre de habitação que deveria continuar a dialogar com o tecido urbano que lhe foi inicialmente destinado. Nem sabemos se demolir toda a envolvente seria o propósito do edificante, ou se seria mesmo necessário, porque a intenção de criar um largo fronteiro e contrastar com a envolvente tirando partido da forma e volume utilizados, esta já tinha sido conseguida.

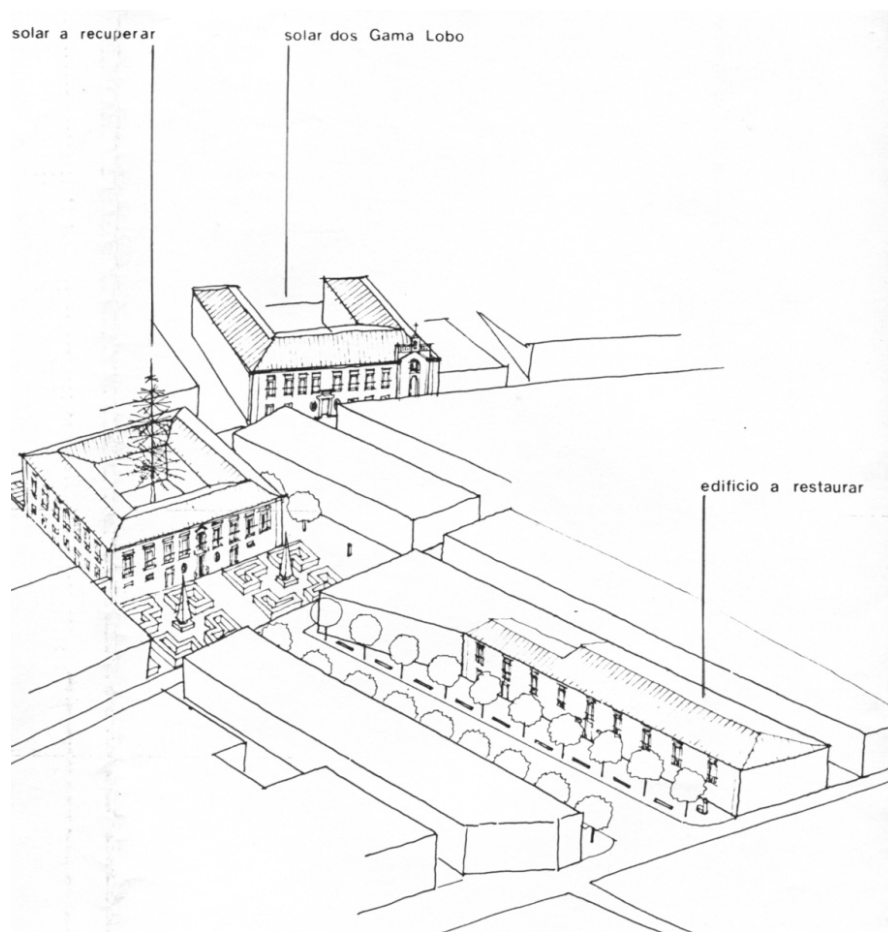


Fig.70 -Proposta sumária de reconstrução e reabilitação, em 1986, do edificio no topo da Rua Sacadura Cabral (antiga Rua Ancha) com demolição do edificado que lhe está adossado e construção da ala direita que corresponde à parte falsa da fachada. O edificio indicado como a restaurar, corresponde ao antigo solar Palermo de Aragão e actual Arquivo Municipal¹⁶⁹. É de referir que a ainda existente fachada com parte falsa representa um símbolo importante de representação barroca e por isso de valor patrimonial a manter. No entanto, o renovado e amplo largo fronteiro, desafoga visualmente a fachada nobre do edificio, rematando de forma ordenada a antiga Rua Ancha.

¹⁶⁹ Carlos DUARTE, José LAMAS, *Plano de Pormenor do Casco Histórico de Loulé*, 1986, folha nº 22



Fig.71 -Planta de Loulé (cerca de 1920). Repare-se no perímetro, totalmente construído, onde está inserido o edifício. Fonte: Centro de Documentação da Câmara Municipal de Loulé.

— Casa nobre Azevedo e Silva : construção original

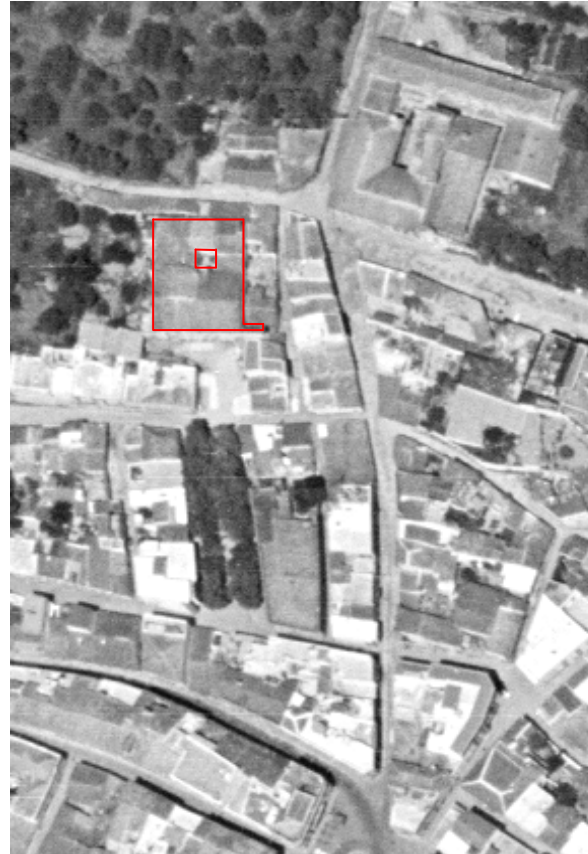


Fig.72 -Loulé (fotografia aérea - 1972). Repare-se no casario contíguo e envolvente ao edifício.

Fonte: Instituto Geográfico do Exército
ESCALA 1:2000



A fachada nobre apresenta um problema – a existência de uma parte falsa na área lateral direita que compreende dois vãos no sentido horizontal - o qual não se tendo conseguido resolver com documentação, poderemos avançar então a hipótese de falta de meios económicos para adquirir os lotes contíguos ou mesmo para a construção, tendo havido adaptação posterior e alteração do desenho em planta já durante a construção. Carlos de Azevedo, refere uma situação particular que acontecia em terras lusas, e no caso presente, pela proximidade dos dois edifícios, pela “cópia” da dimensão dos nembos, pela situação rara do edifício mais tardio, que apresenta fachada falsa e telhados mal resolvidos e sabendo-se que foi pedido um empréstimo por altura da construção da casa: “...as famílias mais abastadas construíram casas mais imponentes e de melhor qualidade, e a ostentação teve, mesmo, consequências, determinada como foi, em muitos casos, pela pretensão de igualar ou ofuscar vizinhos que já tinham casas aparatosas. Esta rivalidade chegou ao ponto de se construírem casas apalaçadas quase contíguas, ou mesmo ao lado uma da outra...acabando, até, com projectos tão ambiciosos, por arruinar alguns senhores”. No entanto, o recurso a fachada falsa não é

caso único, registando-se em Serpa, uma situação semelhante no Palácio dos Condes de Ficalho¹⁷⁰, ainda do século XVII, edifício de estilo chão bem patente na fachada principal, plana e branca ritmada apenas pela distribuição regular dos vão, mas onde já se sente o espírito barroco na relação com o tecido urbano, na forma hábil e teatral de como tira partido da sua localização e da cerca amuralhada pré existente para se projetar e dominar a vila e o território envolvente. A solução da fachada principal, que é em parte falsa, revela uma preocupação acrescida na relação com o espaço urbano rara no contexto regional. Do mesmo modo, a casa nobre Azevedo e Silva, revela uma grande preocupação com o espaço fronteiro, organizando-o e ao mesmo tempo dominando-o, agora numa atitude assumidamente barroca. A fachada “falsa”, situação de recurso mas de grande importância simbólica, arruma ou esconde todos os problemas que se encontram por “de trás” dela, porque o que importa acima de tudo é a “fachada” que se mostra ao exterior.



Fig.73 -Casa Nobre Azevedo e Silva – Repare-se na fachada falsa do lado direito



Fig. 74 -Fachada falsa e empena nascente da casa Azevedo e Silva



Fig. 75 -Palácio dos Condes de Ficalho
Fonte: Solares e casas nobres de Portugal, page.26-
SkyscraperCitye

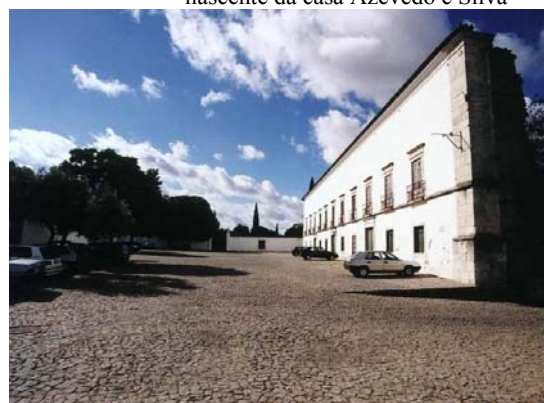


Fig. 76- Fachada falsa - Palácio dos Condes de Ficalho
Fonte: Solares e casas nobres de Portugal, page.26-
SkyscraperCitye

¹⁷⁰ IPA Monumento; N°PT040213050007

O edifício foi construído de uma forma possível, por Simão José d’Azevedo e Silva Lobo sendo transmitido a seu filho Marçal Henrique d’Azevedo e Silva Lobo de Aboim, e após este falecer em 1868, ainda por herança foi transmitido a seus filhos. Em 1874, a descrição predial, registada por Simão José d’Azevedo, deve corresponder à mesma (ou talvez não) que deve estar apresentada no inventário *post-mortem* de Marçal Henrique d’Azevedo e Silva Lobo de Aboim, que se sabe existir e com referência ainda nos Livros de Inventários do Tribunal de Loulé (número de ordem: 1162; data:1869; Masso: 59; nº folhas: 135) mas que não foi possível encontrar no Arquivo Distrital de Faro (por não estarem tratados arquivisticamente).

A residir no edifício parece terem ficado duas filhas, conforme o que se descreve: “...Ru’Ancha e casa de morada do muitíssimo Senhor António José do Valle Galvão sua Excelentíssima esposa Dona Violante Anna Victoria d’Azevedo Aboim Galvão e cunhada a Excelentíssima Senhora Dona Serafina Isabel Francisca d’Azevedo Aboim, solteira...”¹⁷¹. Também este edifício teve uma existência pouco comum para uma habitação nobre, já que pouco tempo serviu para a residência do seu edificante e seus sucessores (somente três gerações). Em 1932 Maximino Augusto Pimentel adquire todo o edificado e em 1934 é a vez de João Antunes da Silva. Em 1937 José Martins Farrajota adquire o edifício e em 1944 fica inscrito a favor de João Farrajota Alves, morador na Quinta do Rosal. Em 1957 é Manuel Cabrita Cortes quem o adquire por compra ao anterior proprietário e em 1970 é transmitido à sua mulher, Julieta Faisca Pires Teixeira Cortes, por partilha de divórcio e em seguida é transmitido a favor de Joana do Rosário Teixeira Cortes em 2000 e até 2008. Data esta de transmissão para a Câmara Municipal de Loulé.

Após o falecimento de Marçal Henrique d’Azevedo e Silva Lobo de Aboim, em 1868, os proprietários e os usos foram-se modificando e sucedendo como comprova um anúncio no Jornal Louletano de 1894 “ *Photographo – o atelier photographico do Sr. João Maria Anselmo está situado na casa do fallecido conselheiro Marçal, no alto da rua Ancha.* ” ¹⁷² ou a inscrição predial de 1970 “*Declara-se que o prédio descrito sob o nº 1415, a fls. 118 v. do livro B-4, se compõe de morada de casas, tendo no rés-do-chão um compartimento destinado a consultório veterinário, um compartimento destinado a*

¹⁷¹ Arquivo Distrital de Faro, Cartório Notarial de Loulé, Livro de Notas do Tabelião Sebastião Drago d’Azevedo Lobo, 1876-1877, 18 de Outubro 1876

¹⁷² Jornal “*Louletano*”, nº87, 2-9-1894, p.2

*palheiro, 4 compartimentos destinados a habitação, um compartimento no pátio destinado a consultório veterinário e 7 compartimentos e corredor destinados a habitação e terraço 100m² e quintal com 142m² e um armazém com uma divisão que se destina a arrecadação no 1º andar direito, 9 compartimentos destinados a sede da sociedade filarmónica Artistas de Minerva e no 1º Andar esquerdo, 9 compartimentos e nas águas furtadas, 15 compartimentos destinados a habitação com a superfície coberta de 600m²; morada de casas térreas com 4 compartimentos destinados à habitação com superfície coberta de 50m² e um prédio térreo com um compartimento destinado a habitação com a superfície coberta de 19 m²...”*¹⁷³. A morada de casas térreas referidas anteriormente corresponderá ainda ao casario contíguo à fachada Norte pois ainda se conseguem visualizar na foto aérea de 1972. O último uso da sala de visitas (sala nobre) foi então dado pela sociedade filarmónica Artistas de Minerva.

¹⁷³ Conservatória do Registo Predial de Loulé, Livro B-81, folha 196,

Capítulo 4

ARQUITECTURA /ANÁLISE FORMAL

Tipologia

Para o estudo de qualquer edifício é necessário a aproximação à época, não bastando a avaliação do tipo de construção e o enquadramento nos modelos arquitectónicos e artísticos. Quando as fontes nos permitem tentamos saber quem foram os seus proprietários para melhor perceber a razão da sua construção e para melhor entender os espaços e os ambientes construídos que se complementaríamos através de um possível inventário do património móvel existente, com uma descrição pormenorizada dos objectos (mobiliário, ourivesaria, têxteis, vidros, cerâmicas e até pinturas e esculturas). Dos dois exemplos eleitos, não foi possível encontrar nenhum inventário, como em capítulos anteriores já se fez referência, pelo que a abordagem comparativa poderá ser uma solução de recurso para ultrapassar esta lacuna. É que a arquitectura doméstica encerra alguns dos valores essenciais de uma comunidade que podem ser vislumbrados a partir da maneira como se usa e ocupa o espaço transmitindo sinais fidedignos de quem o usufrui. Nessa época do antigo regime a distinção social é manifestada na casa e na vida quotidiana tendo a classe dominante de afirmar claramente o seu estatuto “vivendo «à lei da nobreza» e construindo novas casas no campo e na cidade.”¹⁷⁴ A casa é assim um instrumento de reconhecimento da identidade do seu detentor e da sua família e relativamente à casa nobre é, de facto, visível a separação de um andar térreo, destinado a arrecadações e serviços de apoio a serem utilizados pela criadagem e um andar nobre, o piso dominante, claramente resolvido e diferenciado para o tipo de pessoas a que se destina.

Podemos enquadrar as duas casas nobres de Loulé com as seguintes características tipológicas :

- é na fachada que o trabalho de pedraria tem mais investimento, quer nas janelas do piso nobre, nos cunhais de remate e principalmente no pórtico de entrada que parece representar a marca social mais distintiva, num papel anteriormente assumido pela torre no norte do país. Os interiores são simples, com reboco caiado ou pintado com frescos muito simples, os tectos nas salas nobres com algum trabalho de gesso. No entanto é de referir que a escadaria nobre de três lances, ao se localizar no interior, transmite a

¹⁷⁴ João Vieira CALDAS, *A arquitectura rural do antigo regime no Algarve*, Lisboa, 2007, p.39

sumptuosidade inerente ao grande espaço ocupado, muito embora as superfícies sejam rebocadas e simplesmente caiadas;

- confirma-se o desenvolvimento horizontal, suportando janelas de sacada no piso nobre, de número ímpar quando a janela sobrepõe o portal central;

- o «andar nobre» confirma-se como piso dominante, “e da sua importância se pode avaliar pela concepção de janelas, que ao nível superior se apresentam quase sempre mais ricas do que no andar térreo, ou então de maior altura...”¹⁷⁵ constituindo os baixos da casa, armazéns, celeiros, cavalariças, cocheiras, palheiros ou adega. Eventualmente «casas para criados». O lagar muitas vezes também aparece no rés-do-chão mas, no caso do Gama Lobo, este já existiria na proximidade (de acordo com as Décimas da Vila de Loulé e lista de bens) na Rua de Portugal;

- existência de pilastras lisas no remate da fachada também como cunhais, e sim o verticalismo (agora sem acentuação por ornatos como fogaréus e pináculos) contrariado pela aplicação de barras horizontais que cortam as fachadas;

- a linha superior dos edifícios não é acentuada na decoração dos telhados nem pelo emprego de frontões ou outros ornatos que coroam as fachadas, no entanto esse efeito poderá estar subentendido no frontão existente no brasão da casa nobre Gama Lobo e no frontão da janela que encima o pórtico da casa nobre Azevedo e Silva;

- a evidência da entrada nobre, sustentando balcão com gradeamento, continuada por uma janela central de tipo mais rico que poderia ser rematada pelo brasão de armas da família - por um lado o brasão encima o pórtico, por outro é a janela, sem brasão, que dá continuidade ao pórtico. A utilização da linha ondulante do balcão, tal como a do brasão que por vezes é acentuadamente recortado (o que acontece em ambos os edifícios) revelam, embora de uma forma um tanto tímida, a tendência dinâmica da arte barroca e são motivos que transmitem a ideia de movimento;

- simplicidade dos interiores sem a adoção de paredes revestidas de painéis de azulejos, muito usual nas casas mais ricas deste tipo. Um pouco mais tarde no século surgem paredes pintadas, requinte até aí reservado para as capelas, que se cobriam de pinturas murais de certo interesse. A casa nobre Azevedo e Silva, mais tardia, corresponde a esta característica. A altura das salas é considerável e além, dos tectos lisos, são muito característicos desta época os tectos de madeira (de «masseira») em forma de gamela, com ornatos pintados. Na casa nobre Gama Lobo, foi possível

¹⁷⁵ Carlos de AZEVEDO, *Solares Portugueses*, 1969 (1ª edição), 1988(2ª edição), p.71

verificar a pintura (talvez original) sob a camada posterior de gesso de uma campanha de obras mais recente.

- «casa comprida»¹⁷⁶ de fachada desenvolvida em comprimento (com capela integrada ou não) e com a entrada principal servindo de eixo de composição. É a casa nobre Azevedo e Silva sem capela e a casa nobre Gama Lobo com capela, aqui no entanto foi a casa que se acrescentou à capela;

- disposição em U com muro a encerrar o pátio posterior para o Gama Lobo e disposição quadrada (ou quase) com pátio interior (reduzido) para o Azevedo e Silva. Encontram-se dentro da distribuição utilizada para este tipo de edifícios que pode ser em L em U, duplo U, quadrada (ou quase) com pátio interior, sendo em L a disposição mais frequente no país. No entanto no Algarve, o U somente foi aplicado em Loulé e Albufeira, sendo as restantes casas nobres de distribuição longitudinal. Repare-se ainda, que o U aberto para dentro do lote (e não para a rua, como muitos exemplos por todo o país) teve experiências em Lisboa no Palácio Centeno da primeira metade de setecentos, como se verá melhor no capítulo 5, da inserção na malha urbana;

- a distribuição interior no piso nobre apresenta na linha da frente ou da fachada principal uma sucessão de grandes espaços com comunicação entre si, mas também servidos pelo patamar da escadaria de acesso e pelos corredores laterais, do lado esquerdo e direito, que lhe dão continuidade. Os restantes espaços continuam a ser servidos pelo corredor centralizado que acompanha a planta dobrada e nem sempre com comunicação entre si. A(s) cozinha(s) localizam-se neste piso, no topo dos corpos da construção. O acesso de serviço é feito a partir do patamar da escadaria principal. É de referir que a distribuição frente/fundo é bem visível na casa nobre Gama Lobo, com as quatro grandes salas (*apartamentos de aparato*) reservadas para a primeira fileira e os espaços mais íntimos (*apartamentos de comodidade*)¹⁷⁷ recuados em relação a esta disposição. Por outro lado, a casa nobre Azevedo e Silva, embora sendo mais tardia, revela-se ainda muito mais conservadora a este nível, pois à data esta distribuição já era muito comum. A linha da frente apresenta pois uma compartimentação em sequência

¹⁷⁶Designação atrás já referenciada no Capítulo I e que identifica uma tipologia corrente na casa nobre setecentista usada por Carlos de AZEVEDO, op.cit., p.83-85,88

¹⁷⁷ “A separação entre *apartamentos de aparato* e *apartamentos de comodidade* é um dos primeiros e mais visíveis traços da evolução dos princípios distributivos, de que falam Monique Elleb e Anne Debarre. A disposição começa por impôr uma ordem de frente/fundo em vez de enfileirar todas as divisões numa única sequência linear.” Isabel Soares de ALBERGARIA, *A Casa Nobre na Ilha de S.Miguel: do período Filipino ao final do Antigo Regime*, 2012 (policopiado), p. 207, 208

linear incluindo, ao que parece, os espaços íntimos, não impondo uma ordem de frente/fundo.

O corredor centralizado apresentado na casa nobre Gama Lobo, para a data de 1760, constituirá talvez um caso pioneiro regional que altera precocemente as regras de circulação no interior da habitação, evitando a passagem direta pelo interior dos compartimentos e protegendo assim a devassa dos espaços íntimos e continuando até à cozinha. No entanto não podemos afirmar ao certo que toda a construção do piso nobre estaria completa quando da herança do edifício em ruínas no ano de 1874. Supomos que sim. Desse modo, em 1812 a casa nobre Azevedo e Silva parece que lhe segue então as pisadas. Não quer dizer que o corredor fosse desconhecido à época (já em Inglaterra se tinham feito experiências importantes no século XVII¹⁷⁸) mas não era aplicado em Portugal de forma tão central, destinando-se a espaços de serviços muito interiores ou num exterior coberto e relacionado com as escadas de serviço de uso doméstico.

Para a composição do ambiente interno, não foi possível humanizar o espaço através da consulta de inventários de objectos, pois seria possível reconstituir a imagem do interior pelo uso de determinado objecto ou mobiliário, mas recorreu-se a uma comparação da mesma época, a partir de alguns dados de Nuno Madureira¹⁷⁹ e da análise de Helder Carita¹⁸⁰ a um pequeno tratado da época elaborado pelo arquitecto geral dos paços reais, José Manuel de Carvalho e Negreiros que hierarquiza o programa de uma habitação senhorial. São três os escalões enumerados: habitação de um nobre casado, habitação de um fidalgo casado e habitação de um titular ou Grande do Reino. Helder Carita refere que Negreiros faz uma enumeração completa dos compartimentos necessários a uma habitação de um nobre casado acrescentando progressivamente espaços para os outros dois casos, numa lógica progressiva de aparato e complexidade; refere que Carvalho e Negreiros parte de um modelo de quatro pisos, afastando-se do modelo mais comum em Portugal, com dois pisos e sótão, indicando uma clara aproximação ao modelo de palácio italiano, que o arquitecto Ludovice e seu avô Costa

¹⁷⁸ “ O corredor...surge em Inglaterra pela primeira vez com uma disposição absolutamente inovadora, enquanto elemento de distribuição dos aposentos interiores « uma longa entrada que atravessa toda a casa» é como Jonh Thorp explica o projecto por ele criado para uma casa de Chelsea em 1597” . Isabel Soares de ALBERGARIA, p.205. No entanto na casa nobre micaelense este elemento pioneiro no espaço insular – quiçá também nacional – como refere Isabel ALBERGARIA, aparece em 1770-80 na Quinta das Necessidades.” Um corredor estrutural destinado a separar, agora sim, verdadeiras áreas funcionais distintas, demarcando a zona de recepção, mais pública, das áreas de habitação mais privadas...” Idem, p. 207.

¹⁷⁹ Nuno Luís MADUREIRA, *Cidade: Espaço e Quotidiano* (Lisboa 1740-1830), Lisboa, 1992

¹⁸⁰ Helder CARITA, *Tipologias de casa nobre no tratado do Arquitecto José Manuel de Carvalho e Negreiros*, III Encontro de Museus-Casa no Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, Agosto de 2010. Disponível em <http://pduques.imc-ip.pt/Data/Documents/Blog%20Casas-Museu/Texto-palestra%20Carvalho%20de%20Negreiros.pdf>

Negreiros tinham usado, como o Palácio Barbacena em Lisboa. Há a referência a um grande vestíbulo no cimo das escadas que nos remete para as imponentes estruturas de escadas reais com um primeiro lance desdobrando-se em dois lances opostos, que aqui parece instituir-se como tipologia de habitação vinculada à mais alta nobreza, mas que aparece nos dois casos de Loulé (e também em Albufeira, Silves e Faro no Palácio Bivar, todos estes da viragem do século). Negreiros começa por colocar no piso térreo, de forma tradicional, os serviços de apoio à vida quotidiana : cavaliariça, cocheiras, armazéns, quartos para bolieiros e mais moços de despensas e despejos, cozinha e quarto para o cozinheiro. Na articulação destes espaços aparece a entrada, a escada principal e as escadas particulares – em ambas as casas nobres de Loulé existem acessos/escadas de serviço a partir do patamar da escadaria principal, portanto em zona de passagem, não devassando o espaço da vida privada que começa no fim da escadaria. Para ambos os edifícios de Loulé, as cozinhas localizavam-se no piso nobre, com uma particularidade que lhe dariam uma melhor funcionalidade neste piso: a existência de desnível e a localização no topo de cada edifício, colocavam-nas ao nível do piso de acesso ao exterior sem necessidade de utilização de escadaria. No entanto na casa nobre Gama Lobo, a cozinha dá para um terraço, que por sua vez, comunica diretamente com o exterior ou com o pátio do piso inferior, através de dois lances de escadas, correspondendo a um acesso de serviço exterior. Na casa nobre Azevedo e Silva, a comunicação da cozinha faz-se mais favoravelmente através do pátio interior que comunica com o patamar da escadaria principal, muito embora pudesse existir um contacto directo com o exterior através do compartimento lateral (indicado em planta como casa de labor).

O grupo de compartimentos referidos por Negreiros para os seguintes pisos, distribuíam-se normalmente por mais dois pisos, o andar nobre e águas-furtadas ou sótão como Helder Carita explica de acordo com o que se tem observado noutros casos. Em diversos casos de plantas ou inventários aparece no andar nobre, a chamada casa de livros como de gabinete (que Negreiros coloca no piso intermédio entre piso térreo e piso nobre) mas é no andar nobre que Negreiros elege a “sala de visitas” como elemento nuclear e estruturante do programa dos interiores deste piso. A sala de visitas é precedida de uma “sala de espera”, e de uma “antecâmara” para a habitação de um nobre e duas antecâmaras (espaço de introdução à sala de visitas) para a habitação do fidalgo. A antecâmara, termo herdado da Idade Média, representava um espaço mais íntimo relacionado com a câmara (quarto de dormir) e agora é apresentado como um

espaço de introdução à sala de visitas. Nuno Madureira apresenta ainda a antecâmara na sequência da câmara (câmara/antecâmara/gabinete¹⁸¹). O gabinete será um quarto de pentear ou toucador onde se poderá instalar na proximidade o móvel retrete podendo o quarto do guarda-roupa ser também um espaço de toucador, de descanso ou de arrecadação. A “sala de espera” será a “salla de officiais” ou “salla vaga”, que também foram encontrados noutros inventários ou plantas. A seguir à sala de visitas, segue-se o conjunto de compartimentos dedicados à vida íntima e quotidiana dos donos da casa. Esta separação era feita logo no cimo das escadas, que com as suas largas portas, constituía uma segunda entrada, conduzindo os visitantes ou às zonas formais de receção ou às zonas do dia-a-dia. Ao que parece, situação idêntica nos dois casos de Loulé. Situa-se aqui o gabinete, toucador, oratório ou tribuna para a ermida, casa de jantar, câmara, guarda roupa, casa de lavor e despejos. Negreiros, apresenta ainda mais espaços, os quartos para as filhas, para criadas, para os filhos de idade de cinco anos, casa de roda, cozinha para engomar, numa clara distinção para o universo feminino. Constata-se uma graduação de distribuição do mais público para o mais privado, sendo a câmara (de dormir) o espaço mais resguardado, constituindo o aposento da retaguarda. “Dentro da habitação nobre insinua-se já o jogo entre os refúgios da intimidade e a abertura ao exterior. Esta clivagem está presente na hierarquia interna dos espaços, produzindo várias escalas de circulação, de interdições e de práticas. (...) A disposição qualificada nos acessos às partes da casa, manifesta-se em dois níveis complementares : em primeiro lugar, na oposição entre piso térreo e o pavimento nobre (estratificação em altura). Em segundo lugar, através da distribuição dos quartos no pavimento nobre (estratificação horizontal)”¹⁸². A vida privada propriamente dita, essa começa pois no fim da escadaria, no segundo andar mas aqui não existe um modelo único de estruturação do espaço no pavimento nobre da casa, nem das funções atribuídas a cada divisão como refere Nuno Madureira. Pelo que, só com dados concretos extraídos dos documentos coevos relativos a cada casa (essencialmente os inventários que discriminam os espaços) se poderia chegar a uma distribuição quase precisa.

Confrontemos então, o que está descrito na conservatória do registo predial e datado de 1887 para a casa nobre Gama Lobo: “ *Predio nobre, situado no alto da rua de Portugal desta Vila de Loulé, junto a Sant’Anna, freguesia de São Clemente: compõe-se d’altos e respectivos baixos, monte, denominado Boa Vista, com terras de sementeira e*

¹⁸¹ Nuno MADUREIRA, op.cit., p.122

¹⁸² Ibidem, p.117

arvoredo de diferentes qualidades...”¹⁸³. Em 1895 foi acrescentado o seguinte texto: “*...se verificou que este prédio se compõe de vinte e quatro quartos, quatro sallas, duas cozinhas, duas dispensas, duas casas de jantar, escriptorio, armazém, dois celeiros, cavalaria, cocheira, uma capella, casa para hortellão com todas as acomodações, uma outra cavalaria, palheiro, casa do forno, casa para diferentes pássaros com gaiolas d’arame, jardim, uma nora e uma outra empedrada(?) até quasi rente com a terra, tanques, terreno de regadio com figueiras e outras arvores...*”. No ano de 1879, a casa nobre Azevedo e Silva, mais tardia, apresenta a sua descrição sem discriminar os vários espaços do seguinte modo *Predio urbano situado na Rua Ancha desta Villa de Loulé, freguesia de São Clemente; tem o nº 22 de polícia e consta duma morada de casas nobres com vinte águas furtadas, digo com vinte altos, águas furtadas, quintal ajardinado, e mais dois quintaes pequenos, sendo um desta ao nascente e os baixos correspondentes ao Poente do Pateo, porque os do Nascente pertencem a outro possuidor, cocheira com porta para a rua e contigua a este prédio: confronta pelo nascente com os baixos de Simão Jose d’Azevedo Aboim, Adega de Alexandre da Piedade Pardalão, Travessa do Serrado, Jose Francisco Alho e quintal de Jose Claudio Raphael Pinto, pelo Norte com estrada do Serrado, pelo Poente com propriedade rústica (a do olival) pertencente a Antonio Jose do Valle e pelo Sul com a Rua...*”¹⁸⁴

A melhor descrição corresponde à casa nobre Gama Lobo, onde os espaços estão individualizados mas que de qualquer modo continuarão certamente a não coincidir com os espaços previstos cerca de um século e meio antes – até porque teremos as alterações efectuadas pelo colégio - e em época ainda de representação barroca. As quatro salas e as duas cozinhas, correspondem ao existente; a casa de jantar (são descritas duas casas de jantar, desprezando-se uma, por se pensar que teria sido uma alteração posterior) é um espaço difícil de localizar, no entanto optou-se pela localização mais próxima da cozinha. Com dúvidas. No rés do chão os espaços foram identificados também com dúvidas e a casa do forno não se conseguiu localizar. Os quadros seguintes mostrarão melhor, a possível distribuição original de ambas as casas nobres, adaptada então do que é descrito por José Carvalho e Negreiros e por Nuno Madureira.

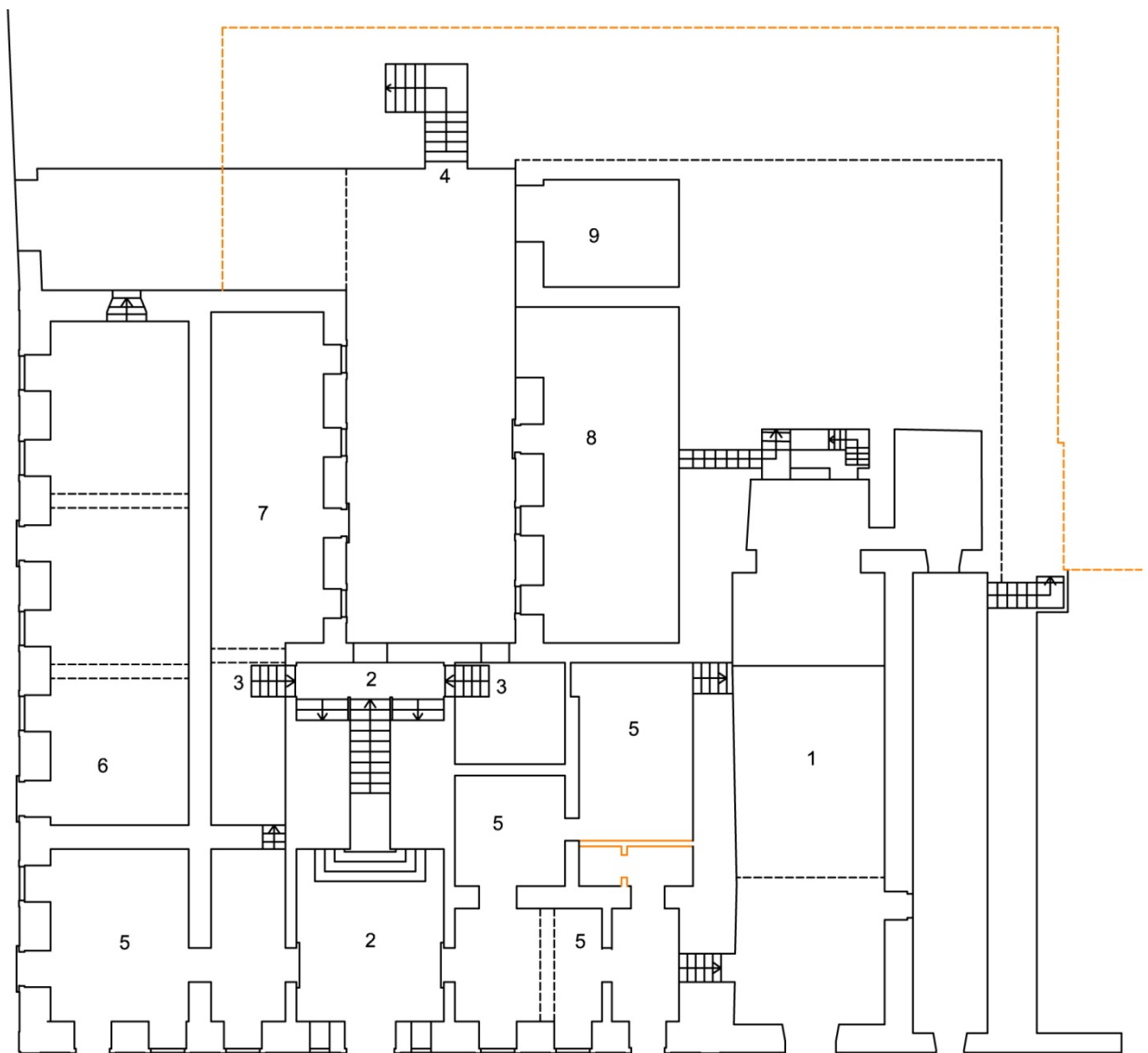
¹⁸³ Livro de Descrições Prediais B-13, folha 189. Descrição nº5134. Actual matriz predial nº 6499

¹⁸⁴ Conservatória do Registo Predial de Loulé, Livro de Descrições Prediais B4, folha 118 verso, Descrição nº 1415. Actual matriz predial nº 3005.

QUADRO 4.1

Casa nobre Gama Lobo – Divisões do rés do chão

ESPAÇO	FUNÇÃO INICIAL (HIPOTÉTICA)	FUNÇÃO ACTUAL
1	capela	capela
2	Entrada/escadaria principal	Entrada/escadaria principal
3	Acesso de serviço (pelo patamar da escadaria)	Não tem (a escada está destruída)
4	Acesso de serviço exterior (apoio à cozinha)	Acesso secundário
5	Arrecadação (?)	Desocupado
6	Armazém	“
7	Palheiro	“
8	Cavaliçã	“
9	Cocheira	“



— Construção posterior

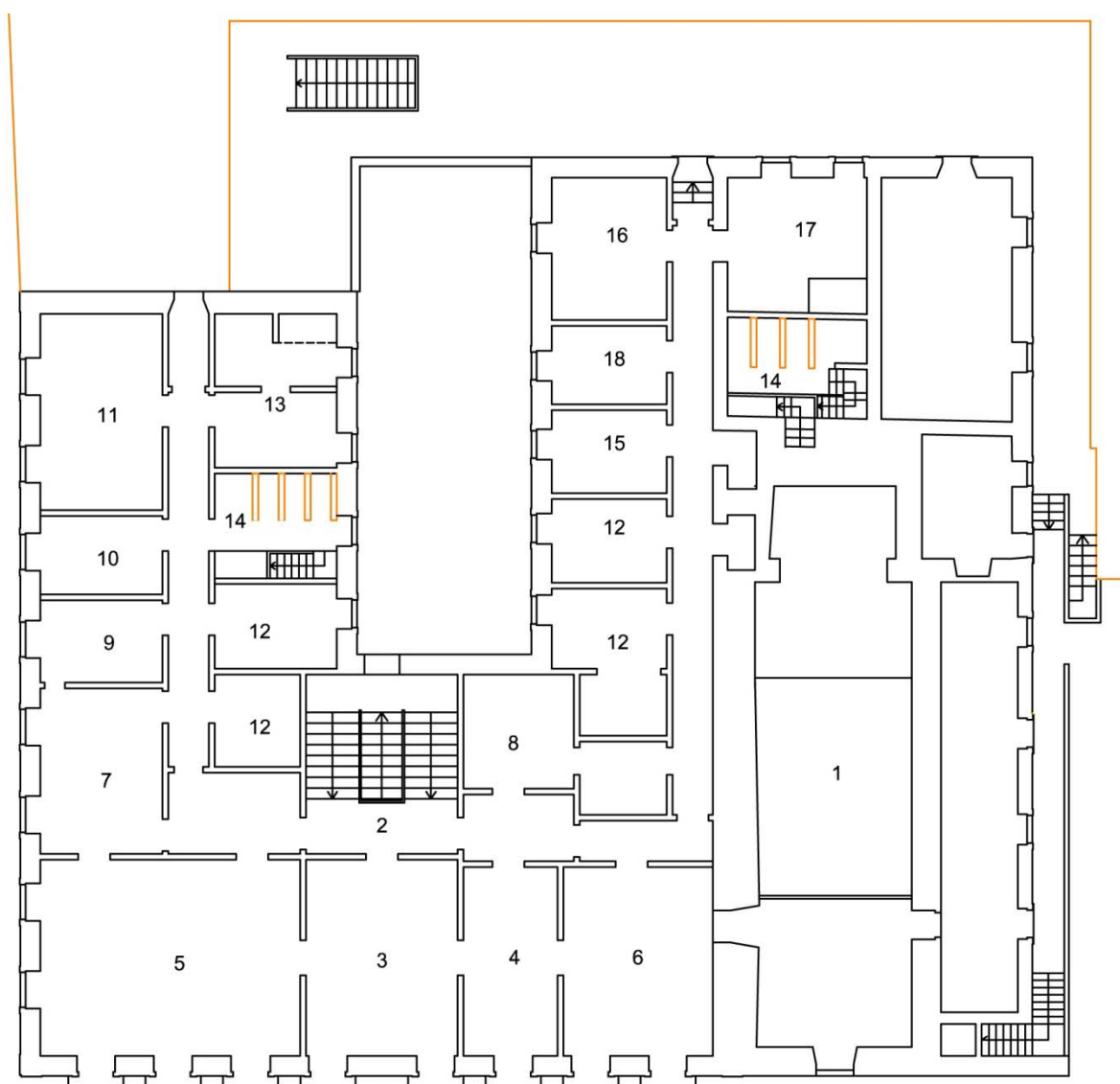
ESCALA 1:250

Fig. 77 – Desenho da planta do rés do chão da casa nobre Gama Lobo

QUADRO 4.2

Casa Nobre Gama Lobo – Divisões do piso nobre

	FUNÇÃO INICIAL (HIPOTÉTICA)	FUNÇÃO ACTUAL
1	capela	capela
2	Entrada/escadaria principal	Entrada/escadaria principal
3	Sala de espera	Desocupado
4	Antecâmara	“
5	Sala de visitas (salão nobre)	Sala de música
6	Oratório ou tribuna para a ermida-acesso à ermida	Desocupado
7-8	Casa de Livros - Gabinete	“
9-10	Toucador-Guarda Roupa	“
11	Câmara (quarto de dormir)	Desocupada
12	Quarto para os filhos	“
13	Cozinha para engomar (?)	Cozinha 2 (desocupada)
14	Despejos e acesso ao sótão/piso superior	I.S. e acesso ao sótão/piso superior
15	Casa de lavor	“
16	Casa de jantar	“
17	Cozinha	Cozinha 1 (desocupada)
18	Despensa	Desocupada



— Construção posterior

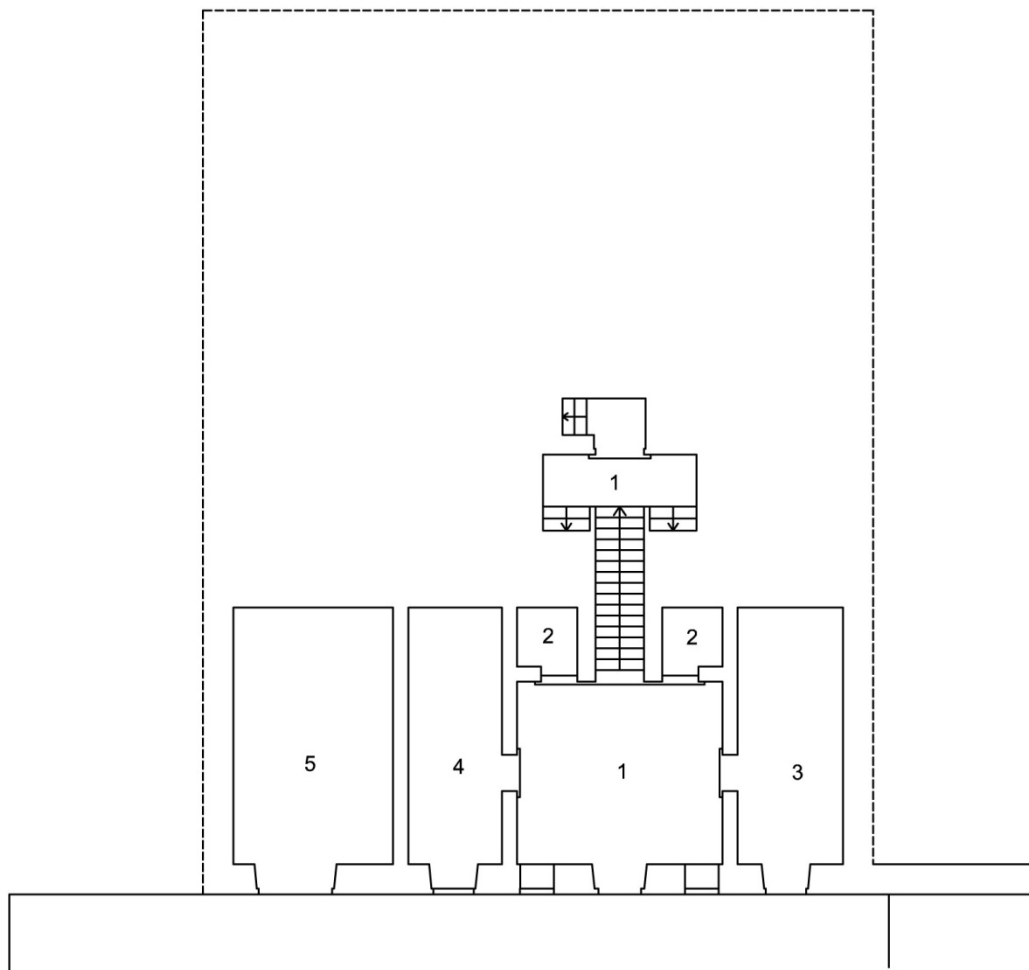
ESCALA 1:250

Fig.78 - Desenho da planta do piso nobre (1º andar) da casa nobre Gama Lobo

QUADRO 4.3

Casa nobre Azevedo e Silva – Divisões do rés do chão

ESPAÇO	FUNÇÃO INICIAL (HIPOTÉTICA)	FUNÇÃO ACTUAL
1	Entrada/escadaria principal	Entrada/escadaria principal
2	Arrecadação	Desocupado
3	Armazém	“
4	Adega (?)	“
5	Cavalariça/Cocheira	“



ESCALA 1:250

Fig.79 – Desenho da planta do rés do chão da casa nobre Azevedo e Silva

QUADRO 4.4

Casa nobre Azevedo e Silva – Divisões do piso nobre

ESPAÇO	FUNÇÃO INICIAL (HIPOTÉTICA)	FUNÇÃO ACTUAL
1	Entrada/escadaria principal	Entrada/escadaria principal
2	Sala de espera	Sala de espectáculos (última função)
3	Sala de visitas (salão nobre) (?)	“
4	Escritório	Desocupado
5	Casa de jantar	“
6	Casa de Livros ou Gabinete	“
7	Guarda Roupa	“
8	Toucador	“
9	Câmara (quarto de dormir)	“
10	Sala de espera (?)	Palco (última função)
11	Quarto dos filhos	Desocupado
12	Despejos	“
13	Casa de lavor/Cozinha para engomar	“
14	Arrecadação	“
15	Cozinha	“
16	Despensa (acesso às águas-furtadas)	“ (acesso às águas furtadas)
17	Pátio/acesso de serviço pelo patamar da escadaria	Pátio/acesso secundário
18	Espaço de transição / arrecadação	Espaço de transição / desocupado
19	Corredor	Instalações sanitárias (última função)



ESCALA 1:250

Fig.80 – Desenho da planta do piso nobre (1º andar) da casa nobre Azevedo e Silva

Dimensões

Como diz Paulo Varela Gomes “A cultura arquitectónica das «dinastias» de arquitectos portugueses do século XVII (os Frias, os Tinocos, os Couto) radicava na de homens como Miguel de Arruda ou António Rodrigues, que trabalhavam no século anterior. Era uma cultura (...) dogmática e fechada sobre si própria – mas extremamente eficaz no seu pragmatismo porque manuseava soluções funcionais e «de série». Tratava-se de uma cultura de geometrias (...) e numa sabedoria muito própria das proporções e dos ritmos”.¹⁸⁵ A redescoberta da Arquitectura da Antiguidade Clássica e a consequente publicação de diversos tratados escritos por importantes arquitectos da época, Palladio, Alberti, Vignola ou Serlio a partir de Vitruvius, Platão, Euclides ou Arquimedes, fomentou a utilização de regras de proporção assim como os critérios de simetria recuperando para tal as regras de harmonia musical referidas por Platão ou as relações entre as figuras geométricas apresentadas no tratado de Geometria de Euclides.

Os tratadistas partiam do quadrado para a construção de rectângulos, num processo de projectação que visava a harmonia entre as partes, ou seja, entre os lados maior e menor do rectângulo. Serlio, para além de referir o rectângulo gerado a partir da diagonal do quadrado (obtendo-se sucessivamente os rectângulos de raiz de 2, raiz de 3, duplo quadrado e raiz de 5), refere também as relações proporcionais de rectângulos que se constroem por adição de partes do quadrado, fazendo corresponder relações proporcionais denominadas sexquiquarta, sexquitercia, sexquialtera, superbicientertias, dupla e diagona. Para além das regras de proporção, os sugestivos e numerosos desenhos incluídos nos livros de Serlio, influenciaram todas as gerações de arquitetos portugueses desde o século XVI até ao século XVIII. Em especial os livros VI e VII, onde apresenta uma série de edificios civis, casas de campo ou da cidade. “Aos arquitectos portugueses bastava copiar, alterar, juntar modelos e sugestões e quase sempre simplificar as propostas deste tratadista para criar edificios com o mesmo inegável parentesco.”¹⁸⁶

¹⁸⁵ Paulo Varela GOMES, *As iniciativas Arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698*; Penélope, Fazer e Desfazer a História, nº 9/10; Lisboa; 1993; p. 81

¹⁸⁶ Eduardo DUARTE, *De França à Baixa, com passagem por Mafra, As influências francesas na arquitectura civilpombalina*, in Revista “Monumentos” nº 21, p. 82

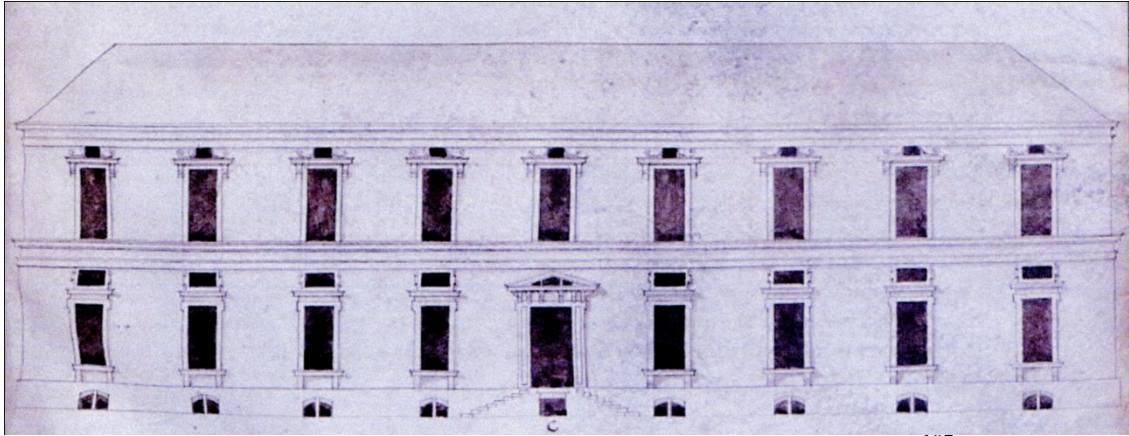


Fig. 81 – Sebastiano Serlio: sesto livro d'architettura delle habitacioni fuori e dentro delle città¹⁸⁷

Assim, os tratadistas portugueses seguem os italianos e verificamos as indicações dos mesmos métodos de construção dos rectângulos a partir do quadrado por exemplo em António Rodrigues (1576)¹⁸⁸ ou Ignacio da Piedade Vasconcelos (1773)¹⁸⁹. É de referir que a “ciência geométrica foi a base mais constante da preparação académica dos engenheiros portugueses e o ponto fulcral para o desenvolvimento das investigações formais que fizeram tanto nos seus trabalhos urbanísticos, como nos arquitetónicos”¹⁹⁰. António Rodrigues explica do seguinte modo as várias proporções: proporção 1 - “o ...quadrado hé de quatro linhas iguaes e de quatro ângulos direitos; proporção 2 - “esta segunda figura hé hua sexquiquarta proposição de hum quadrado hé hum quarto; proporção 3 - esta terceira figura hé hua sexquitertia proposição de hu quadrado e hum terço...” . Ignacio da Piedade Vasconcelos vai mais longe e explica com mais pormenor: “Estas proporções desiguais tem cinco géneros, que são: multiplex, superparticularis, superpartiens, multiplex superparticularis e multiplex superpatiens. Multiplex hé, quando uma quantidade contem em si outra da sua grandeza...quando a um quadrado se lhe acrescenta outro da sua mesma grandeza então será proporção dupla e se lhe acrescentam dois será tripla. A proporção superparticularis he, quando a huma quantidade divide em partes menores, se lhe acrescenta huma parte das menores, e também quando a hum quadrado dividido em dous meyoys se lhe acrescenta mais meyo, se chamará proporção sexquialtera, e se se lhe acrescenta mais hum terço será sexquitertia, e se se lhe acrescentar mais huma quarta parte, será sexquiquarta, e assim seguindo-se as mais partes, sexquiquinta, sexquisexta, guardando-se sempre esta ordem por estas

¹⁸⁷ Fonte: Sebastiano SERLIO, *sesto livro d'architettura delle habitacioni fuori e dentro delle città*, BSB cod.icon.

189 Lyon 1547-1550, Disponível em <http://www.digitale-sammlungen.de/index.html?suchbegriff=serlio&c=suchen>

¹⁸⁸ Rafael MOREIRA, *Tratado Português de Architectura do sec. XVI*, dissertação de mestrado; Univ.de Lisboa; 1992

¹⁸⁹ Renata Malcher ARAÚJO, *Cidades da Amazonia no séc. XVIII / Belém, Maçapá e Mazagão*, 1998, p.48

¹⁹⁰ Ibidem, p. 44

partes. Superpartiens he quando a huma quantidade divisa em partes menores se lhe acrescentam duas, ou mais partes menores, que hé quando a hum quadrado em três partes diviso se lhe acrescentarem mais duas terças partes, então será superbipartiens tertias, e se lhe acrescentam três quartas partes será supertripartiens quarta...”¹⁹¹.

Com esta regra pode-se obter um variado número de possibilidades proporcionais, sempre por adição ou de quadrados e/ou de partes do lado do quadrado. Num edifício parece simples descobrir o primeiro quadrado e a partir de decomposições proporcionais encontrar a forma restante. No entanto, e de acordo com as imensas possibilidades compositivas essas relações numéricas aparentes podem não ter qualquer significado no traçado gráfico de uma obra. É que são necessários os desenhos originais cotados pois mesmo com um levantamento rigoroso existem tolerâncias de construção não correspondendo o construído ao desenho original. No caso de Vila Real de Santo António existem desenhos cotados que por bom desempenho construtivo correspondem exatamente ao construído. É também necessário o conhecimento das unidades utilizadas, que variam de local para local podendo a proporção utilizada fazer sentido num sistema métrico e noutro tornar-se absurda. O palmo foi utilizado em Vila Real de Santo António numa medida precisa de 22 cm, confirmada no local.

Em Loulé, a casa Gama Lobo, contemporânea de Vila Real de Santo António, poderá ter utilizado o palmo craveiro de 22 cm ou outra unidade de medida. Mas, à época, os desenhos de edificios, que ainda chegaram aos nossos dias, eram cotados em palmos. A dúvida pode prender-se com a conversão para a medida decimal do metro: aquando da transposição das medidas portuguesas para o metro, em 1852, o palmo¹⁹² craveiro correspondeu a 22 cm (conforme atestam, como se disse, os desenhos e os edificios construídos em Vila Real de Santo António) no entanto, noutros casos poderá não ser exato e apenas rondar essa medida¹⁹³. O edificio sede da fábrica das sedas em Lisboa (1735), medindo no próprio edificio obteve-se no sistema decimal 117,5 m o que dá para cada palmo o valor de 0,23 cm e aplicando o mesmo princípio na planta a troços parciais continuou-se a verificar a relação¹⁹⁴. No entanto sendo o autor provável

¹⁹¹ Ignacio da Piedade VASCONCELOS, *Artefactos Symmetriacos e Geometricos*, Livro III, pp. 331-332

¹⁹² “É admissível que o nome craveiro, seja aplicado com o objectivo de distinguir e clarificar a medida utilizada, porque coexistiam medidas com o mesmo nome mas que possuíam dimensões diferentes. Dizer palmo craveiro é, de algum modo, afirmar palmo medido, ou palmo da medida, por isso distinto de outros provenientes de sistemas diversos ou, até, do palmo natural (instrumento de primeiro recurso que todos temos à mão) que, embora balizado dentro de uma certa dimensão, não possui o estatuto e o rigor de uma medida constante e estipulada oficialmente.” Rui Maneira CUNHA, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII, o estudo de Monsaraz, Lisboa*, 2003, p.67

¹⁹³ Idem, p.79

¹⁹⁴ Walter ROSSA, *Além da Baixa*, Lisboa, 1998, p. 104

do desenho Carlos Mardel, natural de Pressburg, essa poderá ser a razão da não utilização do palmo craveiro que sempre se usou em Portugal (0,22cm) e que ele também veio a usar posteriormente¹⁹⁵.

Na casa Gama Lobo a medida certa de 22 cm, 1 palmo, encontra-se nas cantarias, na pedraria de embasamento, 5 palmos e no friso de separação dos pisos, 11 cm, meio palmo. Já na casa Azevedo e Silva, encontramos para a pedraria de embasamento 3 palmos, e para as cantarias uma medida entre 21 e 23 cm na parte mais larga da cantaria, não correspondendo à unidade de medida do outro edifício (22 cm = 1 palmo). A largura do embasamento das pilastras corresponde a 5 palmos. Muitas medidas aproximam-se da medida certa com falha de 1cm ou 2 cm, não se podendo detetar se serão erros ou tolerâncias de construção. De qualquer modo a medida da totalidade da fachada da casa Gama Lobo, perfaz 2486 cm no sistema decimal o que dá para cada palmo de 22cm, 113 palmos no total. O módulo produzido seria o de cerca de seis palmos (19 módulos) o que sobrepondo à totalidade da fachada acerta no ritmo de janela/nembo, para metade do edifício, porque temos um ritmo regular de janela e nembo de dimensão igual, com duplicação de nembo na parte central. A divisão do módulo de cerca seis palmos por três partes iguais já resulta num módulo de cerca de 2 palmos e 1/2 que se adapta perfeitamente à fachada do edifício. Esta malha distribui 2 módulos para cada nembo e 3 módulos para cada janela e guarnecimento de pedra. Um ritmo que pode ser associado ao jogo alternado de dois números primos (2 e 3) . Se o nembo (incluindo as cantarias de 1 palmo de cada lado) é de cerca de 6 palmos e o vão também de cerca 6 palmos podemos apontar para um ritmo repetido associado à conjugação do número 6, número considerado perfeito¹⁹⁶ que é o número inteiro soma de todos os seus divisores ($6=1+2+3$) e idêntico ao que foi utilizado em grande parte no pombalino. A proporção corresponde ao quadrado raiz de dois. No todo da fachada e nas partes. A dimensão dos vãos do piso nobre são em dupla sexquisexta que é quando a um quadrado se lhe acrescenta um quadrado e um sexto (já explicado anteriormente). A dimensão da escadaria, em planta, também apresenta uma proporção, a sexquitertia, que é quando a um quadrado dividido em três partes se lhe acrescenta mais um terço.

¹⁹⁵ Ibidem

¹⁹⁶ “...para os que quiserem saber muitos termos e nomes que se devem praticar pelas suas significações; porque com o uso delles se farão faceis para qualquer obra que quiserem delinir por números;...” Ignacio da Piedade VASCONCELOS, *Artefactos Symmetriacos e Geometricos, Das significações dos nomes e números da Arithmetica do quinto livro de Euclides, traduzido de latim em Portuguez;* capítulo XXII do Livro IV; pp.394-397

A casa Azevedo e Silva, perfaz 2750 cm no sistema decimal, isto é, 125 palmos. O módulo resultante poderá ter sido também de cerca de 6 palmos, agora sim, adaptando-se à fachada do edifício, já que encontramos um ritmo regular em toda a fachada de janela e nembro de dimensão igual. Também se encontra a proporção de raiz de 2 na fachada e a dimensão dos vãos é de duplo quadrado. Ambos os edifícios apresentam a mesma dimensão para os nembos, sem cantaria, (103 cm) cerca de 4 palmos e $\frac{3}{4}$.

QUADRO 4.5

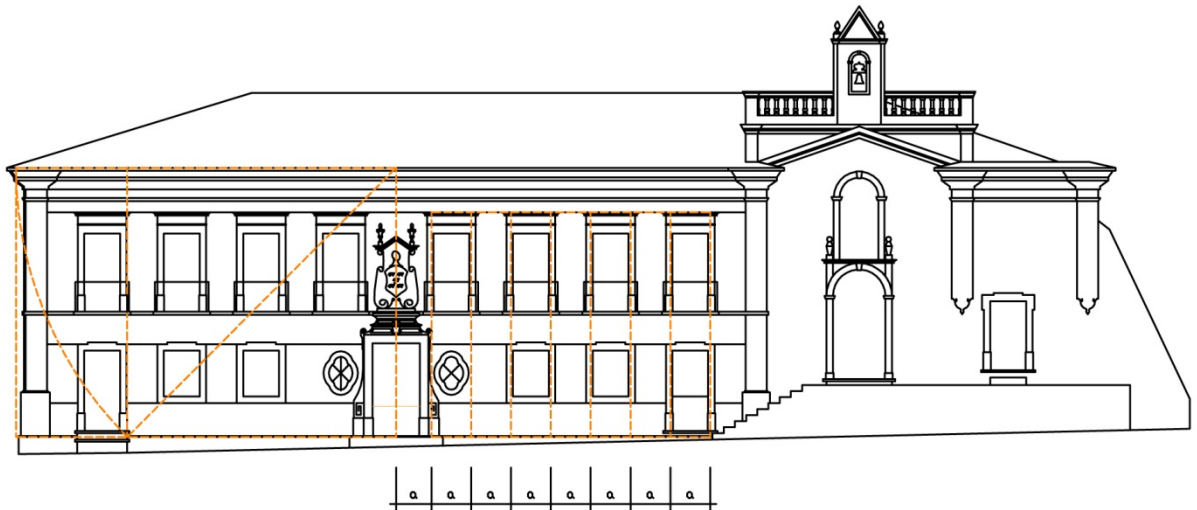
Elementos de fachada : correspondência da medida decimal com o palmo de 22 cm

Casa nobre	Cantaria/vão/Cantaria	Nembo	Basamento	Pilastra	Base da pilastra
Gama Lobo					
cm	22+120+22	103	110	71	98
palmos	1+5,5+1	4 e $\frac{3}{4}$	5	3 e $\frac{1}{4}$	4 e $\frac{1}{2}$
Azevedo e Silva					
cm	21+133+21	103	66	90	110
palmos	1 +6+ 1	4 e $\frac{3}{4}$	3	4	5

O regimento da Ribeira de 1498¹⁹⁷ determinava 6 palmos para o vão, mas uma dimensão maior entre eles (9 palmos). Seguido pelos arquitectos pombalinos foi uma distribuição das janelas em que os cheios da parede e os vazios das janelas é idêntico (uma proporção 1+1+1+1+1...), com cerca de 6 palmos. José Figueiredo Seixas no seu Tratado de Ruação (1759-1770)¹⁹⁸ aconselha a utilização de vãos rasgados até ao fundo nas salas principais dos palácios, com caixilharia de vidraças à inglesa, que aconselha aplicar por serem os melhores em ventilação e ainda mais económicos, com seis de largo, 11 $\frac{1}{2}$ palmos para a altura dos portais, 1 palmo para a padieira ou verga. Para os nembos aconselha uma dimensão inferior ao vão. E é notória, também nos dois edifícios nobres de Loulé, a tendência para uma maior proximidade entre vãos mantendo a largura do vão. Em Loulé encontramos, ainda, um edifício exemplar de arquitetura chã, com as mesmas características da casa comprida que assim como a ermida que lhe é contígua resistiu ao terramoto de 1755, e que apresenta vãos proporcionados e muito afastados entre si. A casa de Tavira, mais antiga e em Faro as

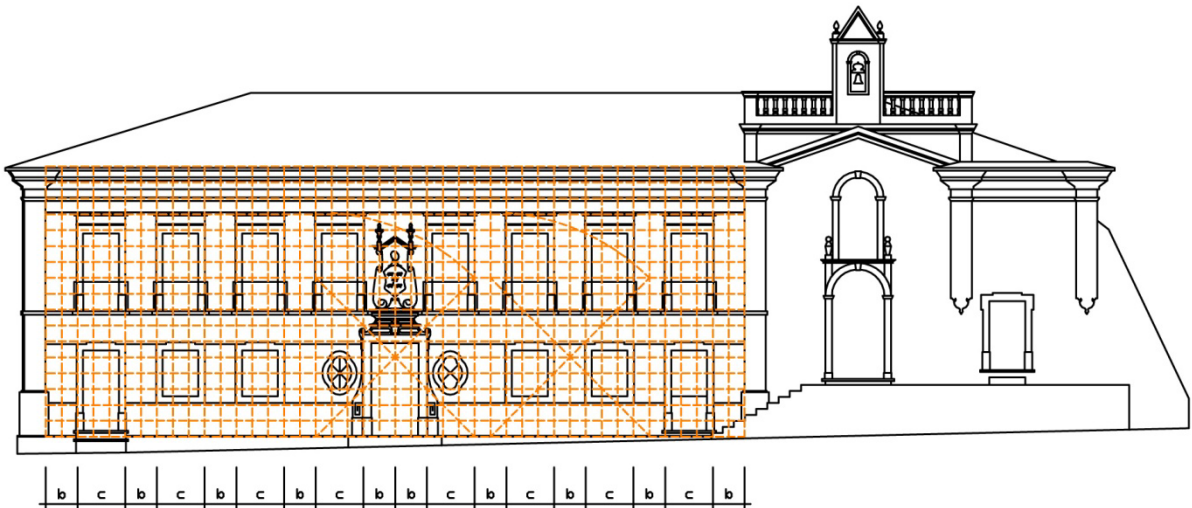
¹⁹⁷ Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, 1999, pp. 64, 65, 66

¹⁹⁸ José Figueiredo SEIXAS, *Tratado de Ruação...*, 1760, Primeira Parte e Estampa 2. Disponível na Biblioteca Nacional Digital : purl.pt/16597/1/P49.html.



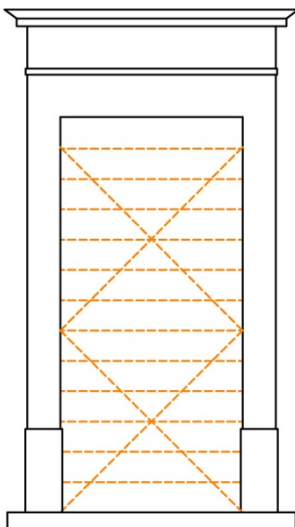
ESCALA 1:250

Fig.82 - Desenho do Alçado da casa nobre Gama Lobo - Representação do espaçamento entre vãos (sem moldura ou cantaria) com cerca de seis palmos e modulação $\sqrt{2}$.



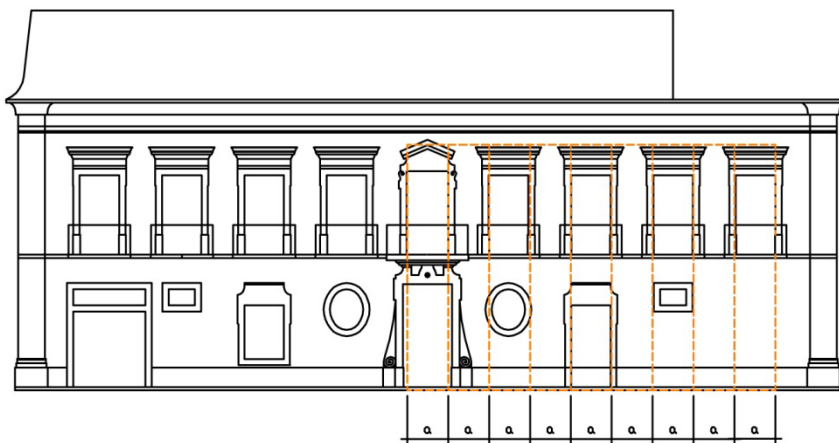
ESCALA 1:250

Fig.83 - Desenho do Alçado da casa nobre Gama Lobo- Uma reconstituição do traçado regulador e possível modulação $\sqrt{2}$. O nembro corresponde a dois módulos e o vão com moldura, a três (cerca de 2 palmos e 1/2 cada)



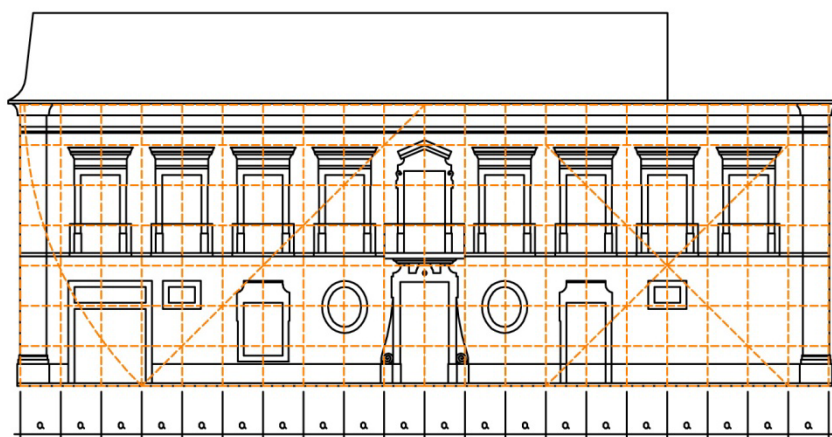
ESCALA 1:50

Fig.84 - Janela de sacada do piso nobre - proporção “dupla sexquisexta” (quando a um quadrado dividido em seis partes se lhe acrescenta um mais a sexta parte)



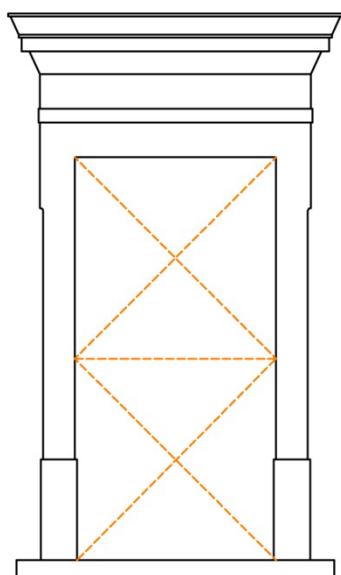
ESCALA 1:250

Fig.85 - Desenho do Alçado da casa nobre Azevedo e Silva - Representação do espaçamento entre vãos (sem moldura ou cantaria) de seis palmos e 1/4 (6 palmos = 1,32; 1/4 do palmo = 5,5 cm).



ESCALA 1:250

Fig.86 - Desenho do Alçado da casa nobre Azevedo e Silva - Uma reconstituição reguladora da fachada e modulação a partir da relação quadrado com a sua diagonal ($\sqrt{2}$) ou com o quadrado. Módulo de seis palmos e 1/4



ESCALA 1:50

Fig.87 - Janela de sacada do piso nobre - proporção dupla (quando a um quadrado se lhe acrescenta outro da sua mesma grandeza)

duas casas nobres anteriores ao terramoto também apresentam vãos muito afastados entre si. É a “arquitetura civil dos séculos XVI-XVII com escala própria, proporções únicas, enorme espaçamento dos vãos, desenho peculiar nas molduras...”¹⁹⁹. No entanto, há dois casos em Loulé, o edifício do Largo da Matriz e o edifício da actual Câmara Municipal, do terceiro quartel de oitocentos, que têm a mesma tipologia de fachada mas onde se introduziu uma varanda corrida ligando as janelas do piso nobre. Ambos apresentam algum espaçamento de vãos, contrariando a tendência para a aproximação que já se tinha experimentado nos dois casos em estudo. Também nas casas nobres de Silves, Albufeira ou Palácio Bivar em Faro, correspondentes à viragem do século, essa tendência não é notória.



Fig.88 – Edifício de assumida arquitectura chã, em Loulé na Rua da Corredoura (anterior ao terramoto de 1755).



Fig.89 – Edifício no Largo da Matriz (1835)



Fig.90 – Edifício da Câmara Municipal de Loulé. A varanda corrida idêntica à varanda do edifício da Igreja Matriz foi substituída posteriormente por varandas individualizadas.
Fonte: Fototeca Municipal da C.M. de Loulé.

¹⁹⁹José E. Horta CORREIA, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, 1987, pp.11-12

Pórtico

A porta centralizada e a simetria na distribuição dos vãos são quase sempre respeitados na composição da fachada ao longo do século XVIII. Linhas paralelas e perpendiculares vão conjugar-se com linhas curvas, estas sim variantes, à maneira do mestre de pedraria que as vai utilizar em maior ou menor número no portal de entrada e janela ou pedra de armas que o encimam (com respectivos par de óculos nos dois casos de Loulé), de modo a marcar a distinção social pretendida. Em meados de setecentos José Figueiredo Seixas no seu *Tratado da Ruação* indicava “...no exterior um reportório arquitectónico isento de decoração, embora as fachadas em alvenaria caiada possam também ser enriquecidas de cantaria lavrada com caprichosos ornatos de architectura...”²⁰⁰.

Serlio divulga um tipo de pórtico ainda sem a janela a encimá-lo – utiliza uma área de tratamento decorativo. Mais tarde, a influência de outras experiências e de outros tratadistas barrocos introduz e divulga uma janela a encimar o pórtico e a destacar-se completamente do resto da fachada - uma total independência do portal em relação à organização formal dos elementos que compõem a fachada.

A valorização dos pórticos, foi uma opção utilizada em edifícios religiosos – a versão com fogaréus, também oriunda de Serlio teria sido a mais aplicada que se propagou um pouco por todo o lado. No século XVIII, no Algarve, a melhor maneira de resolver o problema do dinamismo para os edifícios civis de maior importância seria então a adopção de elementos decorativos até aí utilizados somente na arquitetura religiosa, com execução ao modo dos pórticos das igrejas, dos conventos ou das misericórdias. Na falta de contratos de pedraria não ficamos a saber se seriam os mesmos autores mas é muito provável. Poderão ter sido Diogo Tavares de Ataíde que foi o grande mestre de obras e pedraria do Algarve de meados do século com obra entre Faro e Tavira (a casa nobre do Capitão-Mor em Faro tem a sua autoria) seu filho, Diogo Tavares de Brito, João dos Santos Tavares ou outros seus colaboradores²⁰¹, Fabri ou ainda outros arquitectos e mestres pedreiros, canteiros ou entalhadores, saídos dos estaleiros de um edifício importante ou até da baixa de Lisboa, por exemplo, e desconhecidos até à data. Sabe-se, por exemplo, que as cantarias do Palácio Bivar, em Faro, foram contratadas a um mestre canteiro, com excepção precisamente do pórtico

²⁰⁰ Luís Miguel Martins GOMES, *Geometria nos traçados urbanos de fundação portuguesa* - “O tratado de ruação” de José Figueiredo Seixas, ISCTE, 2007, p.221. Disponível em url: <http://hdl.handle.net/10071/298>

²⁰¹ Daniel SANTANA, *Contributos para o estudo da arquitectura religiosa setecentista no Algarve. A actividade do «entalhador de pedra» Diogo Tavares de Ataíde (1711-1765)*, 2005, pp.106, 107

que teria sido provavelmente encomendado a outro artesão mais qualificado “...no dia 21 de Dezembro de 1815, o tenente coronel de milícias, reformado, D. Fernando Maria de Mendonça Pessanha Mascarenhas, então casado com D. Maria da Paz Bivar, contratou com José António Vidal, mestre canteiro, «toda a cantaria que precisa fosse para a obra que o mesmo pretende fazer constante do risco que se acha na mão do mesmo, sendo lavrada com a melhor perfeição possível à excepção do dito pórtico, porque este não fica na conta dele» por 748\$000 réis”²⁰².

Se Manuel José da Gama Lobo mandou vir carpinteiros de Lisboa para executar as azenhas de suas propriedades (referenciado no capítulo II) também poderia ter mandado vir um mestre pedreiro para a sua casa nobre. Foram no entanto as obras maiores, principalmente as religiosas, que foram “focos irradiantes de uma imensidade de soluções plásticas...do princípio ao fim do século XVIII. Século aliás rico em soluções arquitectónicas, desde o barroco joanino à simplicidade geométrica do pombalino e ao neoclassicismo, que Fabri iniciou com o mecenato do Bispo Avelar e que deixou no Algarve marcas profundas.”²⁰³ Horta Correia sublinha que na arquitectura civil aparecem novidades mas de sabor autóctone como o portal barroco enquadrado por volutas e acantos estilizados que surge nos palácios da Galeria de Tavira e das Açafatas de Faro. E acrescentaríamos a casa do capitão-mor também em Faro, do mesmo modo, com a valorização do corpo central. De sabor autóctone mas ao modo do portal da Igreja de S. Sebastião de Albufeira e com um saber e interpretações únicas no círculo regional. Se no final do século a influência seria determinada pelos modelos neoclássicos introduzidos por Fabri (em Silves, Albufeira e Faro no palácio Bivar), os meados do século e anos seguintes são marcados pela interpretação de Diogo Tavares de Ataíde do barroco joanino, em obras como a igreja do Carmo em Faro e outras em Tavira. O trabalho desenvolvido por Ludovice e seus colaboradores na obra de Mafra e até na capela da Sé de Évora, foi introduzindo determinados elementos arquitectónicos do barroco italiano que se assimilaram por Lisboa e regionalmente. Podemos referir Custódio Vieira e Eugénio dos Santos no palácio das Necessidades, Mateus Vicente na Igreja da Memória ou Manuel Caetano de Sousa na capela do Paço da Bemposta e já nos últimos tempos de vida, nas janelas do piso do rés-do-chão do

²⁰²Francisco I.C. LAMEIRA, *Faro: edificações notáveis*, Câmara Municipal de Faro; 1997, p. 62

²⁰³ José E. Horta CORREIA, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Publ. Ciência e Vida, lda; Lisboa; 1987; p.12

palácio da Ajuda em 1796. Não se estranha portanto, que na província e já na viragem do século se aplique ainda o mesmo vocabulário formal. Esses trabalhos de meados do século influenciaram a província, novamente com um saber e interpretações únicas nos pórticos de alguns edifícios religiosos. É o caso da Igreja do Carmo em Faro, Igreja e Hospital do Espírito Santo em Tavira (note-se o pórtico desta Igreja semelhante ao pórtico da Igreja de S. Francisco de Faro, aqui com desenho de pilastras em estípite – não totalmente rectangulares mas em afunilamento) e convento de Nossa Senhora da Graça em Tavira, obras de Diogo Tavares.

O período joanino, de princípio até meados do século XVIII, corresponde à vida e obra de Diogo Tavares de Ataíde. Representa um dos tipos de arquitectos joaninos, designados por arquitectos-artífices em que a formação e modo de acesso à prática profissional se fazia através de diferentes etapas de um mestre ligado à construção, sem formação militar, sem a frequência da Aula de Aprender Arquitectura do Paço da Ribeira, formas mais usuais de se adquirir o título de arquitecto – alguns destes arquitectos adquiriram experiência profissional como mestres pedreiros ou outros ofícios nas obras do convento de Mafra. Diogo Tavares de Ataíde, por seu lado, adquire conhecimentos através de seu pai entalhador, responsável por uma oficina de talha com alguma importância na cidade de Faro²⁰⁴, refletindo a sua variada obra, também de criação de riscos, os seus bons conhecimentos tratadísticos ou de gravuras e desenhos de outras obras divulgadas na época. A evolução formal, notória não só nos pórticos que executou, é bem representativa da sua permanente atualização que se baseou conjuntamente com o seu saber prático, também nos conhecimentos teóricos e novos modelos arquitetónicos que se encontravam em uso em Portugal²⁰⁵. Daniel Santana refere que “a hipótese de uma passagem do jovem Diogo Tavares por um dos grandes estaleiros de obras joaninas –Mafra? Sé de Évora? – nos finais da década de vinte ou em largos períodos da década de trinta vem ganhando consistência, face à omissão do artista nos fundos documentais algarvios desse período. Certo é que de alguma maneira deve ter adquirido o conhecimento de modelos e técnicas das obras *ludovicianas* acima referidas, por ele adaptadas com competência, por exemplo, na linguagem de sabor romano com que marca muitos dos seus trabalhos de canteiro”²⁰⁶.

²⁰⁴Daniel SANTANA, *Contributos para o estudo da arquitectura religiosa setecentista no Algarve. A actividade do «entalhador de pedra» Diogo Tavares de Ataíde (1711-1765)*, 2005, pp. 63, 64

²⁰⁵Ibidem p. 91

²⁰⁶Daniel SANTANA, *Diogo Tavares e o acrescentamento da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Faro (1742)*, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, nº7-8; 2009, p.349

E cada autor, conforme se pode constatar com Diogo Tavares, não executava da mesma forma as propostas que variavam também consoante o programa estabelecido. Não queremos atribuir autoria mas sim enquadrar numa linguagem arquitectónica e tentar perceber e buscar a génese formal, influências ou fontes inspiradoras deste período artístico que pensamos estar presente nos pórticos dos edifícios estudados em Loulé mesmo com uma geração entre os dois. Apenas pela análise formal (análogica) de alguns elementos decorativos dos vãos, processo arriscado mas o único possível pela ausência de documentos escritos, podemos tentar analogias formais mas sempre com as reservas próprias que este método apresenta. Uma orla em voluta angulosa (volutas da casa Gama Lobo) com pequenas variações parece constituir uma das formas dos arquitectos da Casa do Infantado (Manuel da Costa Negreiros até 1750, Mateus Vicente até 1786, Manuel Caetano de Sousa até 1802) ou de Custódio Vieira e Eugénio dos Santos, que com pequeníssimas variantes, será talvez emblemática do seu estilo pessoal. Para além da aplicação nas janelas interiores e superiores da basílica de Mafra, aparece depois, em meados do século XVIII, aplicada na igreja das Necessidades como remate inferior das pilastras laterais da segunda ordem da fachada e nas ilhargas da janela sobre o portal da igreja da Memória. Caetano de Sousa aplica o mesmo tema formal no remate inferior das ilhargas dos hermes da janela central do piso do coro na igreja do paço da Bemposta e, finalmente, mais tarde, no vão central da fachada do palácio do Mantegueiro, na Rua da Horta Seca, ao nível do piso nobre. Verificamos mais uma aplicação deste elemento formal no portal do Hospital das Caldas da Rainha, no pórtico da igreja de S. Pedro de Alcântara (1780) em Lisboa e em Faro talvez da mesma época, na janela que encima o pórtico do paço episcopal de Faro. Do mesmo período (posterior à época de Diogo Tavares) o pórtico da Igreja de S. Francisco em Faro que para além das volutas angulosas apresenta pilares em “estípite” e aplicado de maneira semelhante na casa grande de Silves e palácio Bivar em Faro. Para a data também de finais do século, não em pedraria, mas em trabalho de massa, aparece-nos mais uma voluta angulosa no entablamento da fachada da igreja de S. Sebastião em Tavira. Verificamos portanto que a utilização deste tema, para meados do século, não é muito usual, reportando-se a obras e autores conhecidos de Lisboa, com a excepção dada ao edifício de Loulé, por não se conhecer o contrato de obra, possivelmente existente. Não nos parece que uma das obras de Loulé pudesse ter assinatura de um arquitecto da Casa do Infantado mas por outro lado é intrigante a não existência de tal forma no contexto

algarvio da altura. Não nos admiraríamos, portanto, que tivéssemos uma autoria relacionada, de algum modo, com colaboradores do círculo de arquitectos da Corte.

Outra composição rara senão inexistente no reportório algarvio e aplicada centralmente no pórtico de Loulé da casa Gama Lobo é a pedra de fecho (localizada do mesmo modo que os vãos de Ludovice em Maфра e na Sé de Évora) com conjunto lacrimal encimado por roseta. Também esta pedra de fecho, conjugada com roseta, é aplicada na Igreja da Memória em Lisboa atribuída a Bibiena e depois Mateus Vicente que aí introduziu a sua marca – uma estética derivada em segunda mão do barroco romano, apreendida por via de Ludovice de quem foi discípulo e colaborador próximo, e à qual manteve nas diversas obras que produziu, uma quase absoluta fidelidade²⁰⁷ “(...) Continuando o mesmo eixo, no piso superior, rasgou-se um alto janelão que rompe a cornija num frontão curvo, numa composição onde os pormenores decorativos acusam nítida influência mafrense²⁰⁸”. A outra forma relacionada com estes autores, com uso mais generalizado, foi sem dúvida a roseta circular de remate de superfície, a mesma usada centralmente em ambos os pórticos dos edifícios de Loulé. Aplicava-se a eixo da superfície que adorna e a que dá significado, ou também em apresentação dupla, distanciada simetricamente a esse eixo da composição (aplicado em Maфра e na Sé de Évora). A génese deste motivo formal poderá estar na divulgação da ordem dórica e jónica, apresentada na tratadística romana, sendo talvez Ludovice o responsável pela sua aplicação. Depois da década de cinquenta, Diogo Tavares, fora do círculo Lisboaeta, aplica um par de rosetas oblíquas nas janelas da Igreja do Carmo e circular centrada nas janelas da Igreja do hospital do Espírito Santo em Tavira. Manuel Caetano de Sousa, no final do século, aplica a roseta centralizada, no Paço da Bemposta e nas janelas ainda barrocas no rés-do chão do palácio da Ajuda.

As volutas do pórtico da casa Azevedo e Silva, assim como as volutas das janelas que encimam os pórticos dos edifícios de Silves e Faro (Bivar) e as volutas da entrada que dá acesso ao pátio exterior da igreja Matriz de Lagoa, provavelmente todas contemporâneas da viragem do século, correspondem a uma persistência de um modelo estilizado e utilizado no pórtico do hospital do Espírito Santo em Tavira (1749) e no pórtico da Igreja Matriz de Alcantarilha. Para além da aplicação, já no século XIX e fora do Antigo Regime (pórtico do Governo Civil em Faro) de uma voluta estilizada, a

²⁰⁷ Joaquim de Oliveira CAETANO, *A Igreja da Memória*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; Lisboa, 1991, p. 47

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 43

lembrar a voluta de Alcantarilha, não se conhece mais nenhuma aplicação do género no Algarve, com excepção das volutas que nascem do plano do chão, mas de recorte com expressão *rocaille* e aplicadas entre 1762 e 1782 nos pórticos da Igreja de Budens (1762), Igreja de Vila do Bispo, Igreja de Nossa Senhora dos Mártires em Silves (1779) e Sé de Silves, pórtico lateral (1782), correspondendo, pensamos, a uma linguagem muito particular de sabor local desenvolvida por um atelier de pedraria da região do barlavento algarvio.



Fig. 91-1 e 2 - Igreja de S. Sebastião-Albufeira



Fig.92-1 e 2-Casa das Açafatas-Faro



Fig.93-1 e 2 -Casa do Capitão-Mor em Faro



Fig.94 -Igreja Matriz Albufeira



Fig.95-Igreja Espírito Santo-Tavira

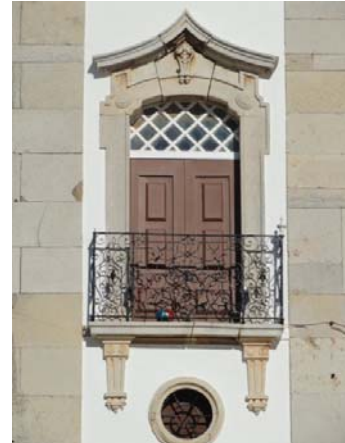


Fig.96- Igreja do Carmo-Faro



Fig.97-Casa nobre-Albufeira



Fig.98-Casa nobre Azevedo e Silva



Fig.99-Igreja Matriz Boliqueime



Fig.100- Igreja Matriz Lagoa



Fig.101-Convento da Graça-Tavira



Fig.102- Igreja S. Francisco-Tavira



Fig.103-1, 2 e 3
Igreja Matriz de Pera



Fig.104-1,2 e 3
Igreja Matriz de Lagoa



Fig. 105-1,2 e 3
Arco da Vila - Faro



Fig.106-1, 2 e 3
Casa Grande - Silves



Fig.107-1, 2 e 3
Palácio Bivar-Faro



Fig.108-1 e 2
Igreja do Palácio das Necessidades
1745-53
Custódio Vieira (arquitecto da casa das Obras e dos Paços Reais)

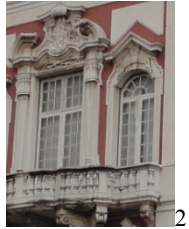


Fig.109-1 e 2
Capela e Paço da Bemposta
Reconstrução após o terramoto de 1755
Projecto de Manuel Caetano de Sousa



Fig. 110- 1 e 2
Igreja da Memória
Bibiena (1760)
Mateus Vicente concluiu a obra

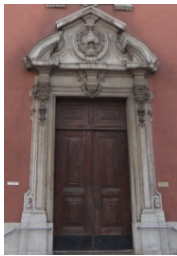


Fig. 111- 1 e 2
Igreja de S. Pedro de Alcântara
1780
Manuel Caetano de Sousa (?)



Fig. 112-1 e 2
Ermida de S. Sebastião -Tavira
1745
(trabalhos em massa de data posterior)



Fig. 113-1 e 2
Igreja de S. Francisco -Faro
Final do séc. XVIII
Pórtico idêntico à casa grande de Silves e Palácio Bivar (com pilares estípite)-A igreja de S. António de Tavira, de Diogo Tavares, tem pilares semelhantes, mas não em estípite.

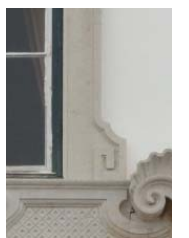


Fig.114- 1 e 2
Portal do Paço Episcopal de Faro
Final do século XVIII



Fig.115-1 e 2
Tavira
Portal do Hospital da Misericórdia
Diogo Tavares (?)
(meados do século XVIII)



Fig. 116- 1 e 2
Alcantarilha
Igreja Matriz (segunda metade de setecentos)



Fig.117 – 1 e 2
Silves
Sé-pórtico lateral (1781)



Fig.118- 1 e 2
Silves
Igreja de Nossa Senhora dos Mártires (1779)



Fig.119-1 e 2
Budens
Igreja Matriz (1762)



Fig.120- 1 e 2
Vila do Bispo
Igreja Matriz (posterior ao terramoto de 1755)



Fig.121 – 1 e 2
Faro
Governo Civil (século XIX)



Fig.122- 1 e 2 Exterior da Capela-mor da Sé de Évora-Ludovice (1720). O conjunto lacrimal centralizado na moldura do vão e rosáceas simétricas.



Fig.123 Exterior do Convento de Mafra – O conjunto lacrimal centralizado na moldura do vão e rosáceas simétricas.



Fig.124 – Igreja da Memória, Lisboa – Mateus Vicente(1760). Repare-se no conjunto lacrimal centralizado sobre a moldura do vão conjugado com a rosácea também central.



Fig.125 - Casa nobre Azevedo e Silva - 1812



Fig.126 - Igreja do Carmo (Diogo Tavares) 1742. Repare-se no mesmo tipo de recorte relevado da cantaria da casa nobre Azevedo e Silva.



Fig.127 - Casa nobre Gama Lobo - 1760



Fig.128- Igreja do Carmo (Diogo Tavares) 1742. Repare-se no mesmo tipo de volutas nos cantos superiores da moldura do vão.



Fig.129– 1 e 2 - Convento de Mafra. É notória a influência que teve em Diogo Tavares o recorte relevado das cantarias, com frontão curvo ou recto. O interior do Convento, apresenta vãos em pedraria de recorte diversificado e muito difundido.

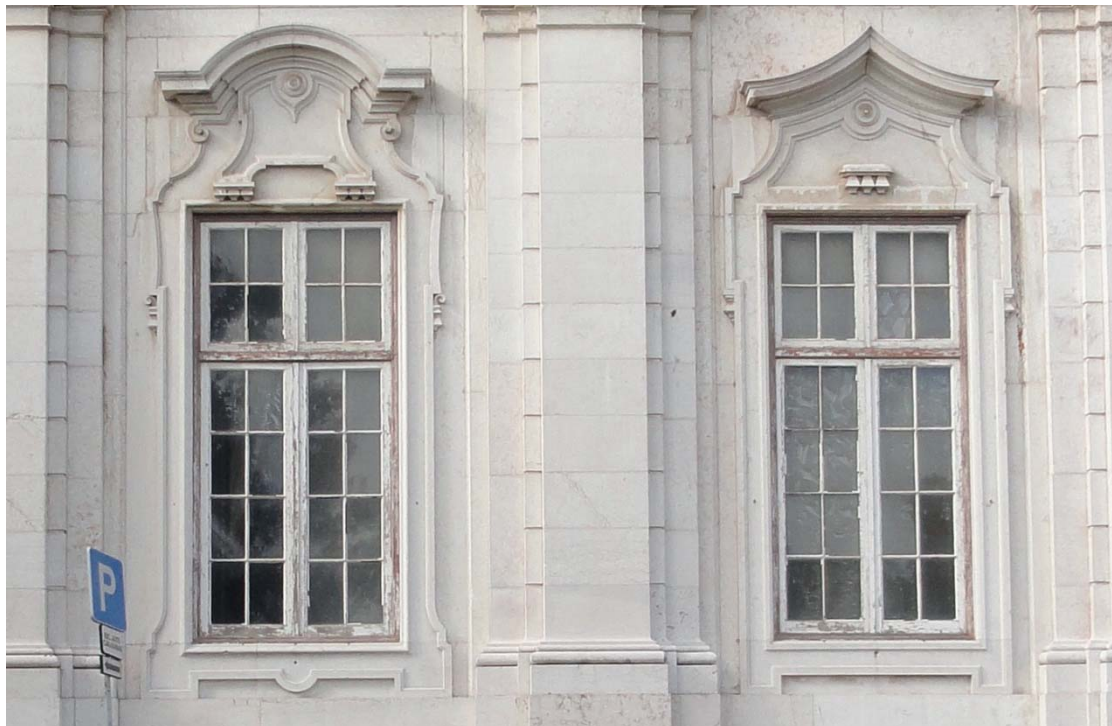


Fig.130 - Palácio da Ajuda (rés do chão) – Manuel Caetano de Sousa-1790. Repare-se no conjunto lacrimal centralizado na moldura do vão conjugada com rosácea.

Relativamente ao brasão, representado sobre o pórtico da casa Gama Lobo de Loulé e segundo uma visão mais impressionista, parecerá corresponder à campanha de oitocentos, pela utilização do tipo de frontão e fogaréus podendo até representar nestes dois pormenores uma anomalia arquitectónica tardia do ponto de vista iconológico. É de referir, no entanto, que este tipo de frontão já foi utilizado em Lisboa, por meados do século XVIII, pelo arquitecto Manuel Caetano de Sousa na frontaria da capela do Paço da Bemposta.²⁰⁹ Aparece também no palácio das Necessidades e na Basílica da Estrela²¹⁰ mas sem vasos ou fogaréus pois estes elementos decorativos do formulário arquitectónico só são largamente utilizados nos pórticos das Igrejas, quer estes tenham verga recta (os mais difundidos) frontão recto, curvo ou interrompido. Veja-se, ainda, o pórtico da capela da casa Gama Lobo, da campanha de oitocentos, e respectivos fogaréus que pouco têm de comum em relação aos fogaréus da pedra de armas não nos parecendo que ambos os conjuntos fossem da mesma campanha de obras. O espaço para localização do brasão já parecia estar previsto desde o início – existe uma interrupção central na regularidade dos vãos, sendo a cornija das janelas de desenho igual ao frontão. Pensa-se que a sua colocação, ainda foi obra de Manuel José da Gama Lobo, em finais de setecentos, quando ao que tudo indica nas Décimas de Loulé para esta época, torna a viver na Rua de Portugal e eventualmente no edifício em estudo. Até se poderá adiantar que numa atitude de afirmação pessoal decorrente do eventual embargo, já referido de cerca de 1775, Manuel José da Gama Lobo poderá ter colocado propositadamente um brasão de grandes proporções. O brasão parece tardio para os meados de setecentos e antigo em relação aos finais de oitocentos, pelo que se poderá enquadrar em finais de setecentos de acordo com o formulário artístico utilizado nos portais da Sé de Silves, igrejas de Nossa Senhora dos Mártires, Budens ou Vila do Bispo. E, por outro lado, o período barroco trouxe para a heráldica as formas mais arrebitadas e estranhas de brasões onde os escudos acompanhando as linhas da arquitectura da época apresentam curvas e contra-curvas sinuosas, simétricas ou não, e frequentemente associam elementos não heráldicos (como conchas e volutas) ao brasão, como elemento exterior ao escudo.²¹¹ Na Quinta do Rosal, como já se viu também propriedade da família, de meados do século XVIII (pertença do pai do nosso

²⁰⁹Nelson Correia BORGES, *Do Barroco ao Rocóco*; in “História da Arte em Portugal” volume nº 9, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, pp. 107e 108

²¹⁰José Fernandes PEREIRA, *O barroco do século XVIII*; in “História da Arte Portuguesa” volume 7, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2007, p. 83

²¹¹Luís Belard da FONSECA, disponível em www.armorial.net

edificante) a representação formal, eventualmente do princípio do século XVIII, das armas de Lobo e Fonseca que a família usava²¹² e restantes elementos formais decorativos, são menos ostentatórios no entanto de assumido desenho barroco. Óscar Caeiro Pinto descreve o brasão existente na fachada do edifício da Rua de Portugal como sendo do século XVIII e comenta ainda o seguinte: “Estamos na presença de uma Pedra de Armas com uma particularidade interessante do ponto de vista heráldico, que convém analisar. O mestre canteiro ou o pedreiro que a fez, deixou um erro esculpido para a posteridade, o elmo e os lobos deste escudo apresentam-se voltados para a direita, contudo, a posição correcta seria posicioná-los para a esquerda. Tal erro leva a supor que o desenho ou esboço que serviu de base ao escultor, partiu da simples observação de um anel de sinete, onde as armas estão sempre gravadas de forma invertida para que quando carimbadas no lacre assumam a posição certa.”²¹³

Se os primórdios da nossa Armaria é de extrema singeleza “...os brazões aparecem-nos revestidos da máxima simplicidade, limitados ao escudo e /ou ao seu conteúdo. Estamos visivelmente ainda longe dos ornatos exteriores que viriam a fazer parte intrínseca da Heráldica: nada de tenentes, suportes, elmos, coroas ou paquifes, somente os escudos, em toda a sua rude força e simplicidade”²¹⁴, verificamos, assim, nestes dois exemplos da mesma família, da Quinta do Rosal e da Rua de Portugal, o mesmo acentuado decorativismo do conjunto, ornatos concheados, volutas, elementos decorativos fitomórficos e pequenas rosetas circulares representativos tanto da época barroca como da época rococó e a introdução de elementos da Heráldica como o elmo que era considerado o principal distintivo da nobreza. Se o brasão apresentado no Livro do armeiro-mor não continha timbre (lobo sobre o elmo) este justificar-se-á pela obrigatoriedade de passar a figurar nas “novas Cartas de Armas” e passando a fazer parte integrante do brasão mas “aquando da feitura do Livro do Armeiro-Mor, ainda essa falta se verificava, pelo que só em dois brasões de armas novas ali registados e por mão diversa da de Jean du Cros, bem como bastante após se achar terminado aquele Armorial, o timbre consta!”²¹⁵ Essa falta fez com que D. Manuel pedisse a composição de um novo Armorial oficial que se deveu ao Bacharel António Godinho “ Livro da Nobreza e Perfeição das Armas” ou “Livro da Torre do Tombo”.

²¹² Informações prestadas por amável gentileza de Miguel Côrte-Real, 2010

²¹³ Óscar Caeiro PINTO, *Pedras que Falam-7*, Postal do Algarve, 23 de Março 2006, p.1

²¹⁴ Marquês de ABRANTES, *Introdução ao Estudo da Heráldica*, Biblioteca Breve, Lisboa, 1992, p.23

²¹⁵ *Ibidem*, p.52



1



2

Fig.131 – 1 e 2- Pedra de Armas existente na Quinta do Rosal da família Gama Lobo. Vejam-se os lobos e o elmo virados para a esquerda.



Fig.132 - Pedra de armas da casa nobre Gama Lobo



Fig.133- Armas do chefe de linhagem dos Lobos
Fonte: Livro do Armeiro-Mor, Códice iluminado, que foi mandado fazer por D. Manuel e fixou os brasões existentes. PT-TT- CR-D-A-1-19-m0144.tif



Fig.134 - Frontão na janela do Palácio da Bemposta-Lisboa - Manuel Caetano de Sousa



Fig.135 - Frontão na janela do Palácio das Necessidades-Lisboa – Custódio Vieira



Fig.136- Portal e brasão – Casa nobre Gama Lobo



Fig.137 - Portal e Janela que lhe encima – Repare-se no motivo central da janela que poderia ser um brasão como acontece na casa nobre de Albufeira.

Vãos

A janela com sacada é um elemento que começa a aparecer na arquitetura civil conotada com importantes proprietários. Primeiro aparece isolada ou agrupada em duas ou três e depois mais vulgarmente a partir da segunda metade do século XVII, quando os escritos e ilustrações de Serlio seriam já sobejamente conhecidos, aparece em maior número, muito aplicada nas fachadas que apresentam estruturas modulares com ritmos por repetição e alternância “...alarga-se a frente urbana do lote, estabelecendo-se um alçado com grande espaçamento nos vãos, geralmente de sacada.”²¹⁶

Em Lisboa, “a sua sistemática utilização em quase todos os edifícios possibilitava uma comunicação mais livre tornando a janela de sacada uma unidade de vizinhança. A sua novidade em termos arquitectónicos é-nos confirmada por duas ordenações de D. Manuel I, uma de 7-6-1499 e outra de 3-4-1502, em que se proibia a existência de varandas e balcões...”²¹⁷ “excepção feita aos balcões que não passassem de dois palmos, hábito secular e bem arreigado gerador de comportamentos urbanos da população terá a sua continuidade nas varandas de sacada”.²¹⁸ Até finais do século XVIII as linhas das molduras de pedra mantêm-se rectas e sem decoração “ recebendo as janelas das casas senhoriais uma sóbria decoração maneirista, normalmente só ao nível do lintel.”²¹⁹

Nos edifícios mais importantes e ainda na primeira metade do século XVIII, iniciam-se experiências eruditas e clássicas que abandonam a forma “arcaica” e aplicam já o barroco veiculada por Maфра em todos os seus vãos (Palácio da Bemposta, Palácio das Necessidades, Palácio Barbacena ou Palácio do Correio-Mor, por exemplo). Nos outros edifícios, continuam os modelos da Restauração de duplo quadrado, molduras lisas e de lintel saliente, lateralmente ao pórtico centralizado esse sim já de expressão barroca, como vimos. A forte resistência à aplicação do barroco, principalmente nas fachadas, compreende-se pela grande tradição da “arquitECTURA chã” constituindo “ uma notável herança da arquitetura dos arquitectos formados na Aula do Paço, ou seja, os engenheiros militares, mesmo que já projectados ou executados por pessoas com outro tipo de formação.”²²⁰ A persistência das linhas rectas, o respeito pela simplicidade tradicional, a continuação do programa de arquitetura chã com vãos de recorte

²¹⁶ José Eduardo Horta CORREIA, *O Algarve em Património*, Gente Singular, Editora,Lda.Olhão, 2010, p. 92

²¹⁷ Helder CARITA, *Bairro Alto, tipologias e modos arquitectónicos*, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 155

²¹⁸ Ibidem, p. 18

²¹⁹ Ibidem, p. 159

²²⁰ Correia, José Eduardo Horta, op. cit., p. 225

“seiscentista” que Diogo Tavares aplica em Faro na Horta do Ourives ou na casa do Capitão-Mor. Os mesmos vãos existem na fachada exterior da Ordem Terceira de S. Francisco em Faro, para a qual Diogo Tavares em 1749 desenhou um novo claustro, com vãos de moldura curva, no piso superior. No mesmo ano, em Tavira, no Convento da Graça, também refez o claustro, aqui respeitando o desenho original e mantendo as molduras tradicionais, mas introduzindo no exterior vãos de “desenho novo”. Estas molduras em pedra da época Sebástica, aplicadas em muitos conventos do país, respondiam à representação da arquitectura chã que não recorreu às ordens renascentistas a não ser à ordem mais simples, a Toscana, rejeitando a coluna em favor da pilastra. A ordem Toscana, a primeira das ordens, também referida na obra do Padre Inácio da Piedade Vasconcelos, é apontada como “ordem nua, e (com) falta de adornos e por isso mais clara para a intelligencia das suas medidas”²²¹. Não nos interessando a coluna, atente-se ao que lhe encima (arquitrave, friso e cornija) : “Esta columna pois tem de altura, com vasa e capitel sete grossuras da mesma columna pela parte debaixo. Do capitel para cima se segue o alquitrave, frizo e cornija, que terá isto de altura a quarta parte da columna já dita, como se pode ver repartido por partes nos seus lugares. Estas sete grossuras, que tem de alto a columna, se repartem em quatorze módulos, que he cada hum meya grossura destas, que ficão ditas; e o alquitrave, frizo e cornija, tem três módulos e meyo, que he a quarta parte de quatorze.”²²² Isto é, a medida da arquitrave, friso e cornija corresponde a três vezes e meia a medida correspondente à metade da base da coluna. “Hum módulo se reparta também em doze partes, dando-se ao alquitrave dez e dous à sua baixa, com o vivo da columna, pela parte de cima. Os outros dous módulos e meyo se repartão em trinta partes e destas se tem quatorze ao frizo, à cornija dezasseis, ao talão quatro, ao seu filete meya, seis à coroa, meya ao seu filete, huma ao junquilha, ao quarto bocel quatro, rematando-se com o ultimo filete por cima da coroa. Esta especulação he a que pude tirar à custa de muito trabalho das estampas de Jacome de Vinhola, nas suas medidas da ordem Toscana.”²²³ Se admitirmos a moldura lateral das janelas correspondente ao módulo referenciado, a largura total, arquitrave, friso e cornija parecem corresponder a três vezes e meia a medida da moldura, isto é, três palmos e meio. As partes terão medidas diversas, mas de desenho semelhante. No entanto, em Évora as proporções são levadas à letra.

²²¹ Padre Ignacio da Piedade VASCONCELOS, *Artefactos Symmetriacos e Geometricos*, Livro IV, 1733, p.337

²²² *Ibidem*, p. 347

²²³ *Ibidem*, p.339

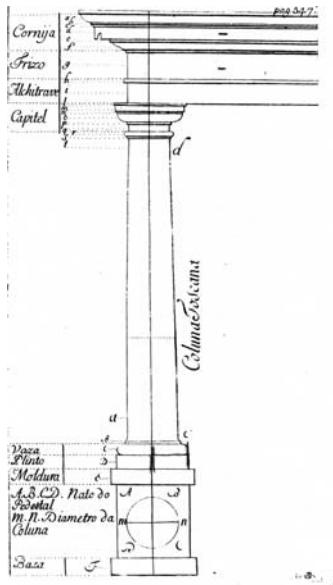


Fig.138 - Gravura do tratado de Ignácio da Piedade Vasconcelos-Ordem Toscana



Fig.139 - Gama Lobo- janela do piso nobre Loulé



Fig.140- Palácio do Cadaval - Évora

O tratado de Philibert de l’Orme de 1576, explica a execução deste tipo de janela do seguinte modo: “...porte Thuscane, ayant deux colonnes par les costez, faictes de pieces & façons rustiques : les basses, capiteaux & corniches, sont gros, massifs, & un peu lourds, plus tost que delicats, comme d’une façon robuste pour porter une grande pesanteur, sous forme ronde & non point droicte par sa couverture, ainsi que l’a escrit Vitruve...Par dessus i’ay figure une petite terrasse ou balchon, à la mode d’Italie, ainsi qu’il se voit en plusiers palays à Rome, Venise, & autres villes, ou lon sort du logis au droict des fenestres, pour entrer en tel balchon ou forme de petite terrasse, pour mieux recevoir l’air & prendre le plaisir de ce qui est autour ...”²²⁴

²²⁴ Philibert de L’ORNE, *L’Architecture*, Paris, 1576, p. 239.

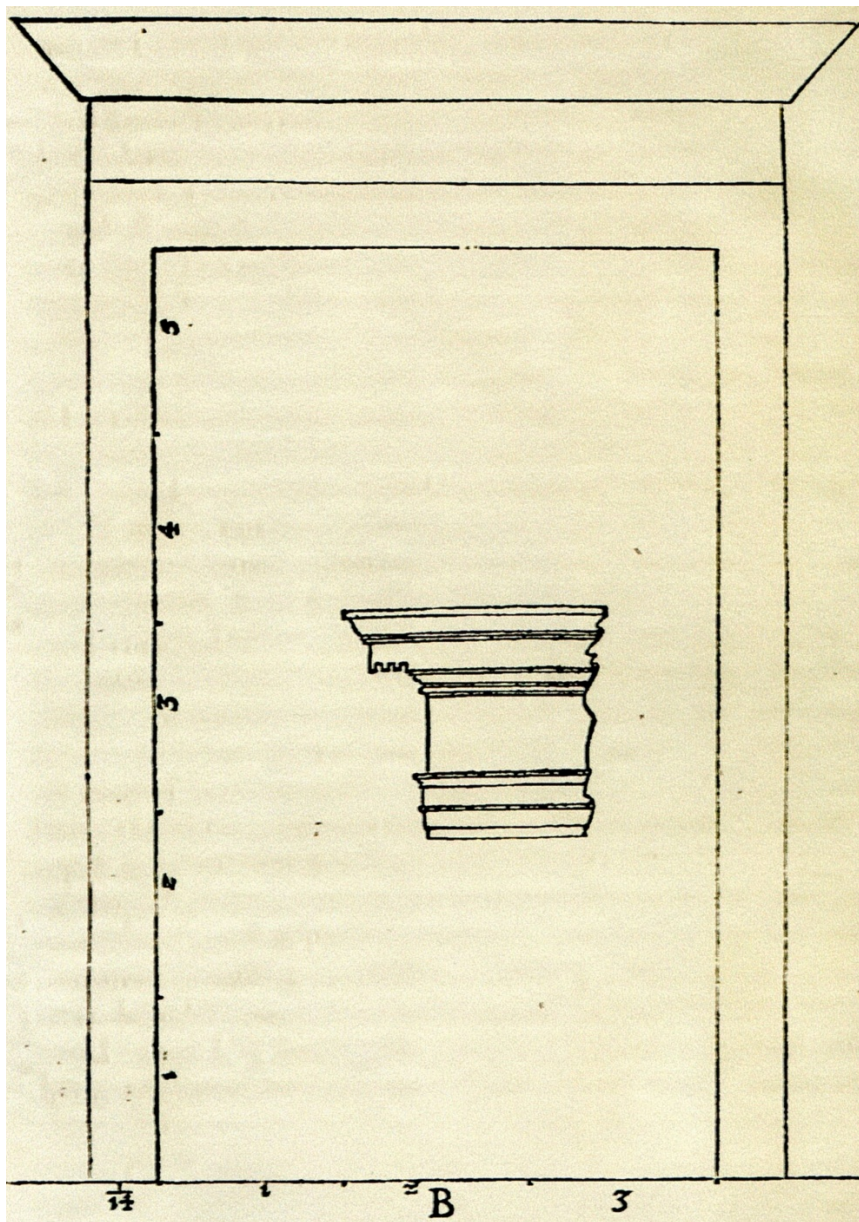


Fig.141 - "D'une porte de l'ordre Tuscan e façon rustique, potant un balchon par le dessus" - Gravura do tratado de Philibert de L'Orne (1576)



Fig.142 - Antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição-Lagos (sec.XVI)



Fig.143 - Convento S.Francisco-Faro (sec.XVI e meados sec. XVIII)



Fig.144 - Convento da Graça-Tavira (sec.XVI, sec. XVIII e sec.XXI)



Fig.145- Casa das Açafatas-Faro-1ª metade do sec XVIII



Fig.146 -Casa Gama Lobo-Loulé-sec.XVIII (cerca de 1760)



Fig. 147 - Casa do Capitão-Mor-Faro-sec.XVIII (1751)



Fig.148 - Casa Azevedo e Silva – Loulé (1812)



Fig.149-Casa dos Mendonça – Albufeira (finais do sec.XVIII ou transição)



Fig.150-Casa Grande-Silves (1811)

Se até meados do século XVIII, as molduras das janelas de sacada são rectas numa continuidade tradicional, para final e transição do século são superiormente recortadas formando falsos brinco rectos, como no caso do edifício de Loulé, casa Azevedo e Silva. Silves, Albufeira e Faro (Palácio Bivar) também apresentam molduras do mesmo género mas com frontão a encimar a mesma cornija num apontamento de expressão neoclássica. As molduras superiormente recortadas formando falsos brinco rectos, já foram experimentadas em Mafra e depois também na baixa de Lisboa, acrescentando-lhes também recortes superiores na verga recta, e aplicadas conjuntamente com a janela simples de moldura e verga rectas, ambas representativas do estilo pombalino. Na casa Gama Lobo de Loulé, a janela pombalina superiormente recortada (mas somente na verga), está presente nas janelas de peitoril e nas portas laterais do rés-do-chão. No pátio interior apresenta as portas e janelas com recorte na moldura e na verga, revelando a contemporaneidade das pedrarias em relação ao que se fazia na capital.



Fig.151 - Gama Lobo-Loulé-janela de peitoril do rés-do-chão



Fig.152 - Gama Lobo – janela do átrio que dá para o pátio interior



Fig.153 - Gama Lobo – porta do pátio interior

A janela de peitoril da casa Azevedo e Silva, apresenta cantarias de recorte idêntico às que existem no átrio interior, de desenho que se pode situar entre a janela central e as laterais do piso nobre, isto é, a verga simplificada de uma e a cimalha encurtada das outras. Desenho semelhante ou igual é utilizado até meados do século XIX, nas janelas do piso nobre do edifício do Largo da Matriz com inscrição de 1835 e do edifício dos Paços do Concelho da mesma data ou ainda no convento do Espírito Santo (onde esteve instalado o Tribunal) e depois com grande assimilação urbana (naturalmente saídos da mesma pedraria) por muitos outros edifícios da Rua da Praça e não só.



Fig. 154 -Azevedo e Silva- (1812-1826)Janela de peitoril do rés-do-chão



Fig. 155 -Azevedo e Silva – (1812-1826) Porta interior do átrio de entrada



Fig. 156 -Edifício no Largo da Matriz (1835) Janela do piso nobre. Janela idêntica no edifício da Câmara Municipal.

Atente-se no gradeamento de três varões de ferro da janela de sacada da Ordem Terceira de S. Francisco que naturalmente deveria conter gelosia em madeira²²⁵ e que deveria ter escapado aos olhos das autoridades da época de Pombal, pois não cumpriria a sua função de segurança sem gelosia. Helder Carita refere que “o Marquês de Pombal decreta a sua proibição²²⁶ pela clara implicação no alastramento do incêndio que consumirá grande parte da cidade de Lisboa após o Terramoto. É sem dúvida esta a razão para a maioria dos gradeamentos das varandas dos edifícios de arquitectura popular dos sécs. XVI-XVII serem de meados ou segunda metade do séc. XVIII.”²²⁷ Essa também poderá ser a razão para que o Solar dos Pantojas (localizado em frente à Casa das Açafatas) apresente gradeamentos possivelmente de meados do séc. XVIII não sendo o edifício dessa data. Os gradeamentos de ferro forjado apresentam semelhanças notórias na casa Gama Lobo de Loulé e do Capitão-Mor de Faro sendo quase iguais aos do Solar dos Pantojas – só a faixa inferior é ligeiramente diferente.²²⁸ Terão tido o mesmo autor certamente, a operar numa importante oficina regional. Se o gradeamento

²²⁵Helder CARITA, *Bairro Alto, tipologias e modos arquitectónicos*, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 162. Repare-se no desenho de gradeamento idêntico e com gelosia de Lisboa.

²²⁶*Colecção de Leys, Decretos e Alvarás*, Tomo I, 1758, nº7 “ Prohibo...que nas janellas das casas, situadas em Ruas, que tenham quarenta palmos de largo e dahi para cima, haja rôtas ou gelozias que além de deturparem o prospecto das Ruas, tem o perigo de se comunicarem por ellas os incêndios de huns a outros edificios: exceptuando sómente as logens e casas térreas expostas à devassidão do que por ellas passam”. Esta lei naturalmente constituiria um reforço da lei de D. Manuel de 1499 que “proibia sacadas em madeira que podiam ocupar a terça parte da rua e que vinham por tradição islâmica do *musharabié*” – estrutura de madeira perfurada, em forma de balcão saliente, que permite olhar para o exterior sem ser observado. Helder CARITA, *Lisboa Manuelina*, p. 82

²²⁷ Helder Carita, op.cit., pp. 163-165

²²⁸ A gravidade linear das varas separadas, a partir de finais do séc. XVII, foi gradualmente substituída por gradeamentos que “combinam espirais e flores de lis, labirintos, arcos simples e hastes de lírios, linhas torcidas, espiraladas ou tremidas, com arcos complexos e pontas livres; associam elementos decorativos de ferro fundido, aqui florões centrais ou elegantes urnas engrinaldadas, ali rosetas e folhagens, disseminadas regularmente...”. Luís CHAVES, *A arte nos metais*, in “Arte Portuguesa: as artes decorativas”, 1959, p.333

das janelas de sacada do Hospital do Espírito Santo de Tavira forem originais, do mesmo tempo do edifício, também aqui nos aparecem os motivos semelhantes de ferro fundido para meados de setecentos.²²⁹ Assim, mas com dúvidas, porque não sabemos se a colocação dos gradeamentos corresponde à data dos edifícios, podemos dizer que pela mesma época ou mais tarde os gradeamentos poderão também apresentar um desenho mais aberto, sempre de cariz modular mas sem os motivos centrais de ferro fundido que marcavam a horizontalidade da composição. No entanto, seriam estes os motivos que poderiam ser dourados? Helder Carita refere que “nas casas senhoriais...os gradeamentos eram mais ricos e elaborados, sendo em alguns casos dourados, costume que também virá a desaparecer completamente” e adianta ainda que “nas suas cartas de Lisboa de 1730 Cezar de Saussure refere-se aos palácios afirmando que – *todos têm sacadas, algumas das quais são douradas o que produz um óptimo efeito.*”²³⁰ Este modelo ao que parece foi posteriormente muito utilizado na Rua da Praça em Loulé e envolvente próxima, ao longo do século XVIII e XIX. O desenho do gradeamento pombalino (Baixa de Lisboa e Vila Real de Santo António) embora modular e também de rendilhado mais aberto, apresenta no entanto, um grande padrão central, diferente dos restantes e que marca simetria. Aqui talvez a influência da tratadística francesa, principalmente de Blondel (1738)²³¹ que divulga num dos seus tratados de arquitetura gravuras de grades de ferro forjado de sacada. São enrolamentos contracurvados, alguns assimétricos, combinados com palmetas de três ou mais lóbulos e folhas de água. Mardel poderá estar associado a este tipo de serralharias que é muito aplicada no período da reconstrução, já que foi grande a influência da arquitetura francesa em Mardel ao contrário dos outros arquitetos da Casa das Obras, nos quais a influência italiana é bem mais notória. Este foi um elemento formal barroco muito utilizado na arquitectura portuguesa ao contrário da representação do espaço “ondulante” que nunca chegou a ser assimilada nem neste período nem no século anterior. Os gradeamentos dos edifícios senhoriais do Algarve e mais tardios têm, pois, na generalidade um desenho aproximado ao desenho pombalino mas utilizam a estrutura dos gradeamentos de meados do século, com faixas separadoras dos ornamentos. Abrimos excepção ao gradeamento do Palácio Bivar que é notoriamente de desenho pombalino, com cartela

²²⁹ Repare-se no gradeamento totalmente de ferro fundido da janela central da ermida da casa nobre Gama Lobo, que possivelmente corresponde à campanha de obras do séc. XIX- 1861-1863 (fig.56)

²³⁰ Helder Carita, op.cit., p.165

²³¹ Jacques-François BLONDEL, *De la Distribution des maisons de Plaisance et de la decoration des edifices en general*, Paris, 1738, pp.56-58

de palmetas e enrolamentos contracurvados preenchendo o pano central, ladeado por painéis menores com desenho na vertical.



Fig.157-Ordem Terceira de S. Francisco-sec.XVIII



Fig.158-Casa das açafatas – 1ª metade do séc.XVIII



Fig.159- Solar dos Pantojas - gradeamento idêntico na casa Gama Lobo.



Fig.160- Gama Lobo- Loulé (cerca de 1760)



Fig.161- Capitão-mor em Faro (1751)



Fig.162 -Hospital do Espírito Santo – Tavira -1749



Fig.163- Azevedo e Silva – Loulé- 1812



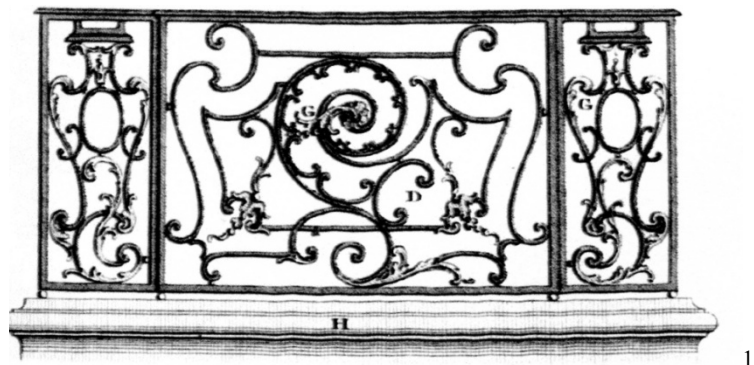
Fig.164-Casa Grande- Silves - 1811



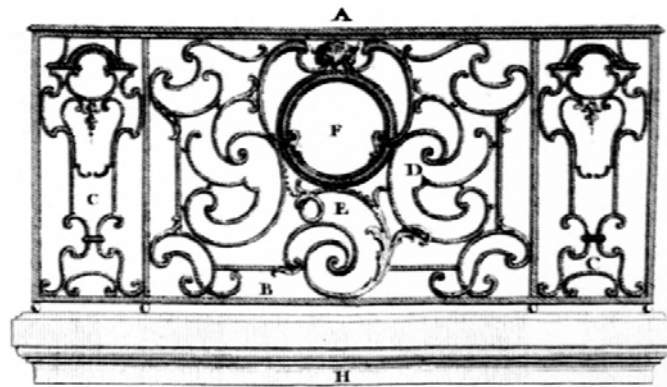
Fig.165-Vila Real de Santo António-1775



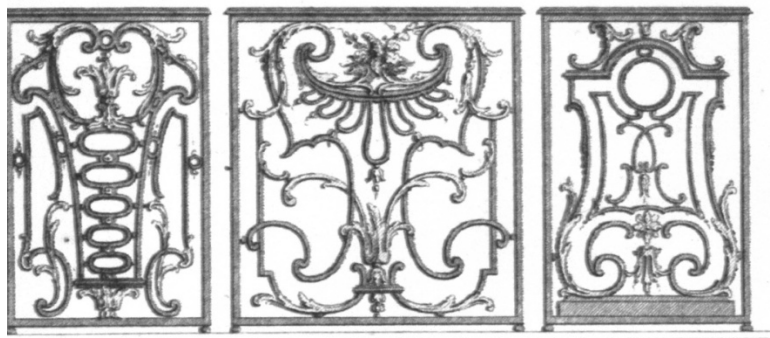
Fig. 166 -Palácio Bivar-Faro- Finais do séc.XVIII



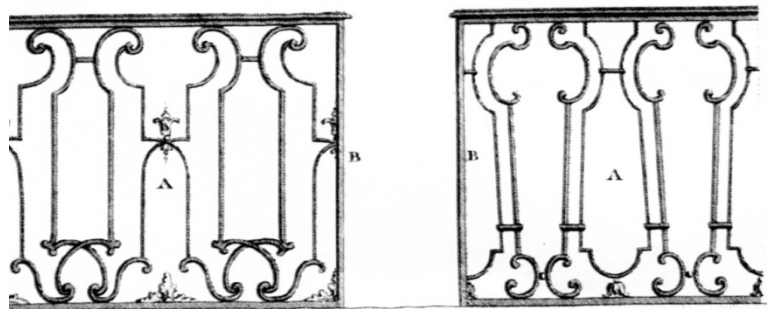
1



2



3



4

Fig. 167-1, 2, 3 e 4- Gravuras de um tratado de Blondel de gradeamentos para sacada (1738)

Cunhal

O cunhal era um elemento construtivo de excelência de toda a “arquitetura chã” já que constituía o suporte da estrutura do edifício. Na arquitetura mais erudita ganha, assim, uma grande dimensão plástica. Vejamos como deveria ser construído segundo Ignacio da Piedade Vasconcelos (1733) : “...e as pilastras que se lhe pozerem, como não tem diminuição, fique ao arbítrio do prudente Architecto, que como as pilastras correspondem às colunas Aticas, e aqui se lhe podem chamar Aticurgas, pois mostraõ de huma face, ou de hum lado, a mesma figura, que devem ter os outros três lados; estas sempre remataõ os seus extremos nas cornijas, que dividem as obras do frontispício, e se podem fazer sem medida determinada na sua altura, e largura, recortando o alquitrave, frizo, e cornija, com o mesmo voo, e sahida, que estas pilastras trouxeram debaixo; de forte, que no alquitrave, e frizo, irão com a mesma largura, que trouxeram debaixo, porém em começando a recortar a cornija, irão sempre voando para os lados, até fechar com o fim da cornija...”. E foi de facto o que aconteceu, expressivas pilastras e cunhais formados por blocos de pedra, grande balanceamento de cornijas.

E se no pombalino, o cunhal já não é um elemento de reforço da estrutura do edifício, já que a estrutura de gaiola encerra toda uma teoria anti-sísmica, este mesmo assim não desaparece e continua como um capeamento de pedra. A propósito do cunhal pombalino pode-se referir que tem um recorte particular com “entrecana convexa marcando o ângulo”²³² ou *quina aberta* como Ataíde de Oliveira o denomina, o qual podemos observar, com embasamento simplificado ou seguindo as regras da tratadística, em toda a baixa pombalina e não só. Helder Carita aponta mesmo como caracteristicamente pombalino este tipo de cunhal.²³³ Também em várias igrejas da época e mais antigas ou ainda ao longo da segunda metade do século, constata-se a aplicação deste tipo de cunhal – vejam-se as igrejas apresentadas por Paulo Varela Gomes²³⁴, como por exemplo a Igreja de Santa Engrácia de Lisboa (1683) e a Igreja de S. Bartolomeu de Vila Viçosa (1698), Igreja de S. Francisco de Paula em Lisboa, Capela do Paço da Bemposta, Igreja da Encarnação, ou Ermida da Senhora de Alcamé na lezíria de Vila Franca de Xira. Também a Igreja de S. Pedro de Alcântara apresenta o mesmo pormenor construtivo. O Palácio do Lavradio (1747) no Campo de Santa Clara

²³² Descrição relativa ao cunhal idêntico da Ermida de Nossa Senhora de Alcamé - www.monumentos.pt

²³³ Helder CARITA, *Bairro Alto, tipologias e modos arquitectónicos*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1994, p.142

²³⁴ Paulo Varela GOMES, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, 1988, pp.96-97

atribuído a Ludovice já apresentava também o mesmo pormenor no cunhal – o edificante do Palácio do Lavradio seria o 1º marquês do Lavradio, título dado por D. José I.

Não se compreende, assim, que este tipo de cunhal bastante aplicado à época, tanto em edifícios nobres como em prédios de habitação ou igrejas e existente no edifício de Loulé pudesse ter sido o motivador do possível embargo acontecido por volta de 1775 “...cujos trabalhos foram embargados com o fundamento da então recente lei do Marquez de Pombal que proibia aos particulares a construção de prédios de *quina aberta*, construção esta privativa dos paços reaes.”²³⁵ Na falta de documentação que comprovasse esta situação – bastar-nos-ia a tal lei do Marquês de Pombal – e porque não nos parece que o edifício tivesse ficado inacabado (a herança em 1889 comprova um edifício em ruínas conforme já se viu) não podemos mais fazer do que não levar em consideração o descrito em 1905 por Ataíde de Oliveira. Sendo assim, é-nos apresentado um edifício com cunhal do formulário pombalino a que ao mesmo também fazem parte janelas de peitoril do mesmo formulário. Um cunhal com embasamento simplificado e de ângulo curvo, naturalmente já pensado para facilitar a boa circulação. E repare-se no estado lastimável em que se encontra, motivado claro está, pela circulação de viaturas ao longo do tempo. Será talvez caso único no Algarve este tipo de cunhal, e novamente a ligação com pormenores arquitectónicos aplicados na mesma altura, após o terramoto, em Lisboa.



Fig.168 - Edifício da baixa pombalina -Rua da Betesga/Praça da Figueira



Fig.169- Igreja de S.Pedro de Alcântara -Lisboa

²³⁵Xavier d’Athaíde OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Loulé*, Algarve em foco editora, Faro, 1998 (4ª edição), 1905 (1ª edição), p. 259



Fig.170 - Cunhal da casa nobre Gama Lobo. Repare-se no seu recorte, semelhante aos edifícios de Lisboa, com embasamento em ângulo curvo, e de desenho muito simplificado (sem o tradicional elemento superior curvo “vaza”, nem “plinto” .

Escadaria

O núcleo gerador de espaço é, nos dois casos de Loulé, o das escadas inter-relacionado com a fachada principal e de três lances convergentes/divergentes. Até aí as escadarias apresentavam-se claramente independentes da estrutura global do espaço, colocadas por exemplo lateralmente à entrada, e numa localização secundária a funcionar somente como elemento de ligação entre dois pisos e não como elemento gerador e de continuidade espacial. Mesmo nos tratados de Serlio ou Palladio e já no século XVIII com Blondel, os muitos exemplos e os mais divulgados, não apresentavam a escadaria nesta localização particular nem desta forma com três lances - exceção talvez relativamente a Blondel que no seu tratado *Cours d'Architecture...*²³⁶ dado em 1750 apresenta uma gravura com escadaria de três lances “Grand escalier du Chateau de St. Cloud” e na mesma altura Charles D'Aviler também no seu tratado *Cours d'Architecture...* de 1750 que apresenta a mesma figura e explica: “La premiere demande qu'un Escalier foit bien placé...c'est ordinairement la premiere Pièce qui se presente à ceux qui entrent...on y doit plâcer des Paliers ou Repos entre les Rampes, afin de n'être pas obligé de monter un étage tout d'une traite...bien éclairés...décorée avec simétrie...”²³⁷ Não podemos assim, dizer qual poderá ter sido a sua raiz tipológica. O que se sabe é que se começou a aplicar no século XVIII, mais cedo que estas duas publicações e por exemplo nos conventos – Diogo Tavares utilizou este tipo de escadaria em 1749 na reconstrução do convento da Graça em Tavira em localização relacionada com o claustro – e nos edificios civis de maior importância. Mas o seu ensaio começou por se fazer no período Filipino como nos faz ver Helder Carita.²³⁸ Este tipo de escadaria que denomina, “escadas reais”, refere que têm uma clara filiação nas “escadas imperiais” aplicadas no Palácio Convento do Escorial em Espanha – e do mesmo modo, em relação ao claustro, a aplicou Diogo Tavares no convento da Graça em Tavira.²³⁹ Foi ensaiada no Palácio Côrte-Real e no acesso ao corpo do Paço Real, do Mosteiro dos Jerónimos (terminada em finais do séc. XVII), esta com maiores probabilidades de responder a uma tipologia mais comum de casa nobre com apenas

²³⁶ François BLONDEL, *Cours d'Architecture ou Traité de la decoration, distribution & construction des bâtiments contenant les leçons donnés en 1750 & les années suivants*, chez Desaint, libraire, Paris, 1771-1777; Vol.V, Desenho 61 (www.e-rara.ch)

²³⁷ D'Aviler, Charles A., *Cours d'architecture...*, chez Pierre-Jean Mariette, Paris, 1750, p. 222

²³⁸ Helder CARITA, *O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo barroco: de João Antunes a André Soares*, in “Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França”, 2012, pp 77-97

²³⁹ Daniel SANTANA, *O convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira*, in Monumentos, nº 14, 2001, p.128

dois pisos. E na mesma época este modelo de “um lance central com dois lances simétricos e opostos” terá sido reutilizado no Palácio dos Condes de Ficalho em Serpa - atribuído ao Arquitecto Mateus do Couto (sobrinho) que com João Antunes trabalhou no Mosteiro dos Jerónimos. E as autorias de Palácios urbanos de João Antunes, para o final do século XVII serão muitas²⁴⁰, aqui já com uma relação axial com a entrada e a sala de espera.

Assim, só em princípios do século XVIII, “de forma mais racionalizada, o corpo central, conformado pelo conjunto do vestíbulo, escadarias e salão, acaba por se instituir como núcleo gerador de todo o programa arquitectónico, articulando-se em planta com duas alas laterais e simétricas, e acrescentando coerência ao esquema distributivo interior.”²⁴¹ É o que acontece no Algarve, mas só em meados do século com a casa nobre Gama Lobo, seguindo-lhe no final do século as casas de Albufeira, Faro (Palácio Bivar) Silves e Loulé (Azevedo e Silva).

As escadarias dos dois edifícios de Loulé são tipologicamente iguais, no entanto um apresenta corrimão de ferro forjado, muito idêntico ao corrimão pombalino e o outro mais tardio, alvenaria de pedra como corrimão do tipo do convento da Graça. Na entrada para o piso nobre os vãos são guarnecidos em madeira num edifício e no outro, no mais tardio, são de pedra, como assim deveriam ser para melhor enobrecer este importante espaço da casa - que ainda poderia ser considerado exterior pois ainda não se entrou no espaço interior da habitação propriamente dito, a vida privada começava no fim da escadaria, no piso nobre. Ambos os edifícios têm, no entanto, vãos guarnecidos a pedra no átrio de entrada do rés-do-chão. Na escadaria e respectivos espaços constata-se a presença da representação dos códigos sociais onde dentro da própria habitação se insinua o jogo entre os refúgios da intimidade e a abertura ao exterior através de uma hierarquia de espaços que produz “várias escalas de circulação, de interdições e de práticas...uma pessoa destituída de qualidades aguarda no piso inferior, à beira da escadaria, que lhe dêem qualquer resposta e a maior honra conferida a um visitante será a de ser recebido no próprio aposento de dormir.”²⁴²

²⁴⁰Ibidem, p. 94

²⁴¹Ibidem, p. 96

²⁴²Nuno Luís MADUREIRA, *Cidade: espaço e quotidiano, Lisboa 1740-1830*, Lisboa, 1990, pp. 116-117



Fig.171- 1 e 2 -Escadaria do Convento da Graça-Tavira-1749



Fig.172- 1 e 2-Escadaria da casa Gama Lobo-Loulé-1760



Fig.173-1 e 2-Escadaria da casa Azevedo e Silva Loulé-1813

Revestimentos

A pedra, em acabamentos ou molduras dos vãos, sendo um material de maior qualidade e por consequência mais caro, estará relacionada com o aspeto prestigiante da construção. Muitas vezes é substituída por imitação em argamassa, não menos prestigiante, mas nos casos presentes, em situação interior, fora dos olhares de quem passa na rua. A campanha de obras de finais de oitocentos na casa Gama Lobo poderá estar relacionada com a pintura colorida da cornija da fachada exterior, assim como da cornija e pilastra da capela, esta em argamassa, possivelmente introduzidas nessa época, como já se viu. No interior não parece haver vestígios de pintura que não o branco da cal, quer nas paredes rebocadas quer na cornija entre pilastras de argamassa a imitar pedra e sem qualquer pintura.

Na casa Azevedo e Silva o cunhal de tardoz, menos importante e escondido (veja-se a foto do lado poente/norte do edifício) também não apresenta pedraria sendo de argamassa. “Na verdade, as fachadas coloridas ou com vestígios de o terem sido correspondem quase sempre a construções ou remodelações realizadas a partir de meados/finais do século XIX. Aparecem preferencialmente associadas à utilização de platibandas, aos relevos decorativos em argamassa...em casas solarengas, a cor aparece por vezes a sublinhar molduras, socos e pilastras ou cunhais.”²⁴³



Fig.174– 1 e 2 –
Pilastras em massa da casa
Gama Lobo

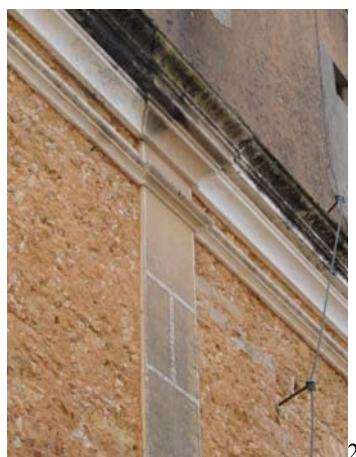


Fig.175 -Cunhal em massa- lado
poente / norte da casa Azevedo e
Silva.

Ao contrário do que acontece à época no exterior, os espaços interiores não são só brancos. Continuam as superfícies rebocadas e caiadas ou com estuque nos tectos, tendo-se encontrado vestígios de pinturas coloridas (pintura sob estuque) na casa Gama

²⁴³ João Vieira CALDAS, *Arquitectura Rural do antigo Regime no Algarve*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007,(documento policopiado), p. 180

Lobo (num teto de masseira sob revestimento e decoração em gesso) e no edifício Azevedo e Silva (nas paredes dos eventuais quartos, pinturas vegetalistas e de fingidos sob camada de pintura). O vermelho é visível nos pavimentos de mosaico hidráulico do átrio, patamar da escadaria, corredores e cozinha (os restantes espaços são em soalho) e nas madeiras de alizares e rodapés, se bem que aqui também poderão ser intervenções tardias do século XX pois a cor que aparece por baixo do vermelho é o branco e é a cor que apresentam os alizares e rodapés das duas salas mais próximas da capela e que parecem originais sem mais nenhuma camada de tinta. A casa Azevedo e Silva apresenta pelo contrário, portas, alizares e rodapés de cores como o amarelo, azul e verde água. E pavimentos também coloridos quando é o caso do mosaico hidráulico nos corredores e cozinha (os outros espaços são em soalho ou tijoleira cerâmica). No entanto, no átrio a cor não é denunciada, sendo o pavimento de lajes de pedra calcária, assim como o patamar da escadaria, naturalmente originais. Só ao transpor as três portas com guarnecimento em cantaria do piso nobre, se pode observar policromia nos pavimentos dos corredores, nas carpintarias ou nos estuques das paredes, opções decorativas que já caracterizavam o espaço festivo tardo-barroco ou *rocaille* e que se tinham iniciado na época joanina com pinturas murais de elementos geométricos e vegetalistas simples assim como com estuques decorativos nos tectos das salas nobres que já apresentavam elementos vegetalistas nos ângulos e florão central.



Fig.176 - Entrada casa Gama Lobo



Fig.177-Patamar da escadaria – casa Gama Lobo



Fig.178 - Da sala de visitas(salão nobre) para o corredor – casa Gama Lobo



Fig.179 - Do corredor para o patamar da escadaria – casa Azevedo e Silva.



Fig.180- Tecto de masseira da “sala de espera” – casa Gama Lobo. Repare-se na pintura sob o gesso.



Fig.181-1 e 2 - Pinturas vegetalistas no espaço íntimo da casa Azevedo e Silva, sob camada de pintura.

Sistema construtivo/elementos estruturais principais: abóbadas e paredes

A interrupção das obras de recuperação da casa Gama Lobo facilitou a observação de grande parte das alvenarias às quais foi retirado o reboco original. O piso do rés-do-chão é todo constituído por abóbadas de aresta²⁴⁴ em alvenaria de tijolo ou tijoleira e de pedra calcária branda e de pouca espessura (caliça) e alguns arcos também de tijolo. As abóbadas dos espaços anexos à fachada da entrada do edifício são, no entanto, de construção mais cuidada correspondendo às abóbadas de tijolo ou tijoleira. Não se poderá dizer que constituirá um tipo de construção pombalina, muito embora se nos apresentem nas paredes interiores de tabique de pedra, uma estrutura de madeira mas naturalmente muito mais irregular do que os frontais pombalinos. As paredes são de alvenaria constituída por blocos irregulares de pedra aparelhada pelo menos nos cunhais. Será uma “alvenaria de pedra calcária, que está espalhada por todo o Sotavento e por boa parte do Barlavento, constituindo a chamada alvenaria “pobre” com uma distribuição mais irregular dos materiais líticos e uma argamassa terrosa mais vulgar em construções do litoral...o tijolo ou a tijoleira de barro cozido só são utilizados pontualmente nas paredes, para reforçar as ombreiras dos vãos...”²⁴⁵ A alvenaria “rica” será a de “pedra bem ajustada e onde mal se vê a argamassa de cal e areia”²⁴⁶ o que não parece ser o caso. A necessidade de conservar estas paredes, menos resistentes que as paredes unicamente de pedra, obrigava à utilização do reboco, posteriormente caiado de branco. O mesmo acontece para a casa Azevedo e Silva, relativamente às abóbadas do rés-do-chão e às paredes de alvenaria. No entanto, as paredes de alvenaria apresentam-se aparelhadas, alternadas com fiadas de pedra de grandes dimensões e lavra grosseira e fiadas de pedras mais pequenas ou lascas de pedra. As paredes interiores de tabique de pedra já apresentam uma estrutura de madeira semelhante à estrutura pombalina.

De acordo com as tradições locais foi no Norte que se utilizou sobretudo a pedra e no Sul o barro, divulgando-se a aplicação de materiais cerâmicos na construção de paredes, pavimentos e em casos mais restritos construção de abóbadas que exigiam um conhecimento mais aprofundado e que naturalmente se divulgariam a partir de edifícios eruditos locais. Embora todo o conhecimento teórico se tenha difundido por muitos

²⁴⁴ “As abóbadas de aresta nasceram da resolução do problema da intersecção de duas abóbadas cilíndricas (o cruzeiro). Eram desenhadas como independentes e concebidas como a intersecção de diversas abóbadas de berço abatidas, de volta inteira ou de ogiva, originando arestas salientes no intradorso concorrentes numa zona de fecho comum.” João Mascarenhas MATEUS, *Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias, a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, 2002, p.85

²⁴⁵ João Vieira CALDAS, *Arquitectura Rural do antigo Regime no Algarve*, 2007,(documento policopiado), p. 170

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 170

tratados de arquitectura e de construção, o resultado destas construções seria mais o conhecimento de uma prática empírica que se transmitia de geração em geração. O conhecimento destas abóbadas, certamente virá da abóbada árabe com aplicações mais recuadas no tempo (alcaidaria de Loulé, com abóbadas cilíndricas, o convento do Espírito Santo ou o convento de Santo António com abóbadas de aresta). E as abóbadas desenvolvidas em setecentos nos edifícios mais importantes continuaram a influenciar as construções posteriores não só vernaculares como também populares - rés-do-chão de parte do casario das principais ruas de Loulé e das aldeias do concelho. Para a execução das alvenarias de tijolo não eram usados os conhecimentos do corte como para a estereotomia da pedra, sendo só determinantes as regras relativas à disposição das fiadas e à disposição dos tijolos segundo uma ou outra face ou segundo uma determinada direcção em relação aos eixos principais das abóbadas. Mas classificavam-se como as pedras talhadas de acordo com a face de assentamento e a face de paramento.²⁴⁷

Assim, as abóbadas apresentadas terão sido executadas com tijolos dispostos ao cutelo ou ao alto (posados sobre uma das varas). Rondelet (1743-1829) no seu tratado²⁴⁸ exemplifica um desenho de execução desta técnica que não está muito longe da técnica que nos é apresentada na casa Gama Lobo de cerca de 1760. Muito embora publicada depois da execução desta obra (princípios do século XIX), confirma-se sem dúvida a existência de conhecimentos da tratadística no geral e/ou do tal conhecimento empírico dos mestres construtores da época fruto também de uma tradição secular conhecida pelo menos desde a romanização. Aqui talvez mais um exemplo de que o conhecimento dos materiais e processos construtivos estimula a criatividade e a invenção das formas arquitetónicas em vez de as manter imutáveis no tempo.

²⁴⁷ As faces eram classificadas do seguinte modo:

- Face : a face horizontal superior com as dimensões do comprimento pela largura;
- Tardoz: a face horizontal inferior com as mesmas dimensões e oposta à “face”;
- Varas: as faces verticais com as dimensões do comprimento pela espessura;
- Topos: as faces verticais com as dimensões da largura pela espessura.

Deste modo os tijolos seriam dispostos :

- Ao cutelo ou ao alto: se posados sobre uma das varas;
- A meia vez: se posados ao chato com uma das varas visíveis em paramento
- De topo, perpianhos ou travadouros: se posados ao chato com um dos topos visível em paramento.

João Mascarenhas MATEUS, *Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias, a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, 2002, pp. 91-92

²⁴⁸ Jean Baptiste RONDELET, *Traite Theorique et Pratique de l'art de Bâtir*, plate LXXXII, 1817. Disponível em digitalgallery.nypl.org



Fig.182-Abóbada de aresta na entrada da casa Gama Lobo.



Fig.183- Abóbada sobre o patim do primeiro lance da escadaria



Fig.184- Abóbadas(de pedra caliça) no espaço denominado “celeiro” no rés-do-chão da casa Gama Lobo.



Fig.185- Abóbadas no espaço denominado “armazém” no rés do chão da casa Gama Lobo.



Fig.186-1 e 2 -Escadaria da casa Gama Lobo – paredes



Fig.187 -1 e 2 -Cunhal (reforçado) do pátio interior – casa Gama Lobo



Fig.188- Alvenaria da parede exterior (parte falsa) – casa Azevedo e Silva



Fig.189- Entrada da casa Azevedo e Silva – abóbada de aresta.



Fig.190 - Casa Azevedo e Silva – parede interior de tabique com estrutura semelhante à estrutura pombalina (gaiola).

Telhados e chaminés

A casa Gama Lobo apresenta um telhado de quatro águas de distribuição em U enquanto que a casa Azevedo e Silva, apresenta um telhado de um lado de recorte de duas águas, do outro um remate ao que parece de quatro águas. Constitui uma cobertura sem unidade formal, conforme já se viu, mas que poderia ter sido de quatro águas. São assentes sobre estrutura de madeira com asnas e revestidas a telha de canudo de produção artesanal. Estes tectos de masseira, “à semelhança do que acontece nas habitações nobres e abastadas da Idade Moderna por quase todo o país (onde não há telhado de tesouro)”²⁴⁹ têm a estrutura à vista, permitindo a circulação do ar e o forro plano, de estafe – placas de gesso fixas a um fasquiado de encançado²⁵⁰ pregado aos barrotes de madeira – complementa a contribuição para o conforto térmico dos espaços interiores formando uma caixa de ar com propriedades isolantes.



Fig.191 - Casa Azevedo e Silva



Fig.192 - Casa Gama Lobo



Fig.193 - Cobertura sobre a escadaria- casa Azevedo e Silva



Fig.194 -Cobertura em fasquiado (“câmara”) – casa Azevedo e Silva

²⁴⁹ João Vieira CALDAS, *Arquitectura Rural do antigo Regime no Algarve*, 2007, (documento policopiado), p.195

²⁵⁰ “A cana é também utilizada na preparação de tectos falsos, para o que é primeiro esmagada, espalmada e depois encanastrada...” AAVV, *Arquitectura popular em Portugal*, 1988(1961), p. 182

As chaminés, que se podem denominar monumentais, de ambas as casas em estudo, parecem corresponder ao que Vieira Caldas adianta e que “ eram frequentemente um distintivo das casas nobres, ou das casas abastadas...”²⁵¹ Sendo que a chaminé, como a conhecemos hoje, foi difundindo-se pela habitação corrente ao longo do século XVIII, principalmente, mas com início na habitação urbana. “As chaminés genuínas encontradas em casas mais antigas, minimamente conservadas, em várias delas introduzidas depois da sua construção inicial, são de planta rectangular, têm saída de fumos laterais com frestas verticais ou aberturas triangulares simples feitas com elementos cerâmicos (tijoleira) e uma pequena cobertura telhada com cumeeira e duas águas de uma telha de comprimento cada.”²⁵² Esta caracterização assenta completamente nas chaminés do casario urbano de Loulé, salpicadas um pouco por todo o lado, mas de menor volume, mais quadrangulares (não só entre-muralhas) assim como nas chaminés de maior porte onde se inclui também a chaminé da casa nobre do Largo da Matriz. “A haver um tipo de chaminé da Idade Moderna usado na casa rural do Algarve será este acabado de descrever, ou mesmo a vulgar chaminé de planta igualmente rectangular mas ainda mais simples, absolutamente mais lisa e com uma fresta longitudinal na face superior (Horta do Ourives).”²⁵³ São pois chaminés da casa da época moderna, correspondendo a denominada chaminé tipicamente algarvia, aos períodos mais recentes contemporâneos (na sua maioria da segunda metade do século XIX e XX) “de secção tronco piramidal que emerge apenas o suficiente acima do telhado para suportar a secção prismática com as aberturas (frestas rectangulares e triangulares executadas com tijoleira) e o remate com um pináculo.”²⁵⁴ Acrescente-se que tanto num caso como no outro, as aberturas de forma curva seriam executadas com partes de telhas. O trabalho rendilhado está bem patente nas chaminés longitudinais de grande porte, assim como nas quadrangulares de dimensões mais reduzidas e mais aproximadas à volumetria das chaminés rendilhadas com outras secções (quadrangulares, circulares, hexagonais e até octogonais) que já apresentando quebra entre o embasamento tronco-piramidal e o prisma com as aberturas para a saída de fumo, perdem no entanto o telhado em favor do remate em pináculo rebocado e caiado, este com as mais diversas formas e feitios. É esta, a chaminé algarvia que veio

²⁵¹ João Vieira CALDAS, *Arquitectura Rural do antigo Regime no Algarve*, 2007, (documento policopiado), p. 245

²⁵² *Ibidem*; p. 246

²⁵³ *Ibidem*; pp. 246-247

²⁵⁴ *Ibidem*; p. 247

representar, por um lado e individualmente, o símbolo da prosperidade da família em meio urbano ou rural e por outro, pela grande assimilação coletiva, a imagem de uma região.



Fig.195 – Lado posterior da casa Azevedo e Silva



Fig.196 - Lado nascente - casa Gama Lobo



Fig.197 – Chaminé da casa Azevedo e Silva



Fig.198 – Chaminé da casa Gama Lobo



Fig.199 – Chaminé próxima das muralhas de Loulé



Fig.200- Chaminé da casa no Largo da Matriz



Fig.201- 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - Chaminés do espaço urbano de Loulé

Capítulo 5

AS DUAS CASAS NOBRES NA CIDADE

Da inserção na malha urbana

O principal caminho romano do Garb Andaluz fazia-se de Almancil até Quartos, passando pela margem esquerda da Ribeira do Cadouço, nas imediações de Loulé, seguindo aqui pelo troço que se virá a designar Rua de Portugal, até Tôr e Salir, a norte, invertendo o sentido a este, a fim de evitar o relevo acidentado, para continuar o trajecto no sentido norte, passando por Barranco do Velho, Cortiçadas e Azinhal²⁵⁵. Em 1494 o agregado urbano já deixara de se circunscrever ao seu troço amuralhado, despontando os topónimos como a Praça, Rua de Portugal ou a Rua Ancha nos arrabaldes a Norte²⁵⁶. Área esta adjacente à muralha da alcáçova ou da alcaidaria, o espaço mais distinto de Loulé e de desenvolvimento demográfico que no início da época moderna foi fixando as elites da terra para além do interior da velha cerca²⁵⁷.

Loulé, entre 1732 e 1837 tinha sensivelmente a mesma população que a capital de distrito, Faro, era portanto bastante populosa como vila. Era servida por duas estradas, uma dirigia-se unicamente para Tavira e a outra partia para Faro. Contudo, quem quisesse deslocar-se de Faro a Lisboa podia passar por Loulé, de onde tomava o caminho do Barranco do Velho. Para a serra saía-se, então, pela Rua de Portugal, topónimo que espelha não só a categoria de Reino, de que gozava esta região, como ainda deixa transparecer o seu afastamento geográfico relativamente ao resto do País²⁵⁸. Para a altura seria uma das ruas mais importantes da vila, constatando-se o facto de ser a primeira rua a ser mencionada no século XVIII, nos impostos relativos à Décima da vila de Loulé. Tornou-se, pois, bastante sedimentada a área envolvente à Rua de Portugal,

²⁵⁵ Maria de Fátima BOTÃO, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval, O caso de Loulé*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2009, p.65

²⁵⁶ “A necessidade de estruturar mecanismos de apoio à aplicação da justiça, levou a que D.João II pedisse a Loulé que inventariasse em 1494, todas as ruas e vintenas e os respectivos moradores, a fim de que fossem nomeados proporcionalmente uns quantos quadrilheiros (de seis a vinte homens por cada uma) que as guardassem e vigiassem dia e noite”. *Ibidem*, pp. 151,152

²⁵⁷ “Das várias profissões existentes na «urbe» louletana sobressaem...advogados, professores, militares de patente elevada, médicos e outros. As moradas destes profissionais indicam-nos quais as ruas da vila que usufruíam de maior prestígio, pois abrigavam gente que à partida é pressuposto terem maiores rendimentos...para poderem escolher os locais mais aprazíveis, ou que mesmo sem o serem constituem um alvo de cobiça pela sua localização espacial favorável. É o caso da Rua Ancha...onde existiam edifícios de carácter senhorial que «abrigavam» em 1835 o capitão-mor e alguns outros capitães e um outro edifício o “solar dos Aragões” onde...estivera hospedado o Duque da Terceira...Na Rua de Portugal paralela e próxima desta, viviam em 1843, um advogado e três proprietários...a Praça é a rua que parece ter sido mais cobiçada pelos proprietários e...comerciantes...” J.JUSTO, P.PEREIRA, A.MARTINS, C. ROSÁRIO, nota de apresentação de J.C.Vilhena MESQUITA, *A população em 1835 e 1843/48 na vila de Loulé*, in “Al’ulya” Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 4, 1995, p.129

²⁵⁸ José Carlos Vilhena MESQUITA, *Estudos de História do Algarve, Loulé na primeira metade do século XIX*, AJEA edições, 2002, p.173

onde se inclui a antiga Rua Ancha e até ao antigo largo de Sant'Ana, localização da Ermida de Sant'Ana, pertencente a uma família que em meados do século XVIII lhe anexou uma casa nobre. A morfologia dessa casa (casa nobre Gama Lobo) no topo da Rua de Portugal e de uma outra, na Rua Ancha (casa nobre Azevedo e Silva) foi marcar de forma indelével a silhueta urbana do aglomerado daquela zona a norte da alcaidaria. Duas casas nobres próximas e localizadas em zona periférica urbana em que uma delas, a Gama Lobo, remata a área urbana já plenamente definida, constituindo como que uma “muralha” com saída para norte de Portugal. Estruturam o respectivo espaço fronteiro: a casa nobre Gama Lobo, ordena dois eixos nas suas duas frentes urbanas – o eixo sul-norte correspondente à Rua de Portugal e o largo fronteiro à fachada com capela que irá definir muito posteriormente um novo eixo nascente-poente – e a casa nobre Azevedo e Silva ordena a Rua Ancha num largo fronteiro e uma alameda em perspectiva barroca²⁵⁹.



Fig.202-Aproximação à casa nobre Azevedo e Silva subindo pela antiga Rua Ancha.



Fig.203-Aproximação à casa nobre Gama Lobo subindo pela Rua de Portugal com saída para Salir ou norte de Portugal.

Ambos os edifícios tiraram partido da implantação adaptada à topografia do terreno, com exposição solar muito correta e com posições altaneiras de amplas panorâmicas. Do piso nobre de ambos avista-se grande parte da vila, incluindo a muralha do castelo e ainda o mar distante como pano de fundo. Um prolongamento visual muito característico da intervenção do tempo barroco marcante nas quintas de recreio onde o grande jardim ou os campos cultivados correspondiam a elementos perspécticos de grande alcance visual.

A casa nobre Gama Lobo, de escala e proporção harmónicas vai ocupar um espaço livre de transição já delimitado com vias estruturantes muito antigas correspondente ao gaveto da quinta ocupada pela capela da família. Revela uma atitude

²⁵⁹ José Eduardo Horta CORREIA, *A arquitectura algarvia do séc XVI ao séc. XIX: tentativa de caracterização*, in “O Algarve em Património”, Editora Gente Singular, Olhão, 2010, p. 79

deliberadamente urbana mesmo implantando-se numa quinta - Quinta da Boavista. Não esqueçamos que a família já era detentora de uma quinta rural nos arredores, a Quinta do Rosal. De planimetria regular em U, com orientação voltada para a parte posterior do lote e constituindo um vazio sem jardim, segue a tendência do que aconteceu a partir da segunda metade do século XVII, na busca de planimetrias mais regulares, sendo a mais interessante precisamente a planta em U nas suas duas variantes possíveis: orientação em relação à fachada (neste caso as duas alas abraçam o pátio de honra) ou voltada para a parte posterior do lote, sendo o vazio preenchido por um jardim (Palácio Centeno em Lisboa).²⁶⁰ Ao colocar-se estrategicamente no limite urbano, a ortogonalidade das duas fachadas urbanas só orientou uma expansão regularizada, em meados do século XX, posteriormente à abertura do eixo nascente-poente, possivelmente decorrente do(s) plano(s) de urbanização da vila de Loulé desenvolvido(s) à época e depois, em finais do século, quando da urbanização da própria quinta anexa ao edifício. O eixo nascente-poente, orientado a partir da casa nobre Gama Lobo foi, no entanto, determinar o importante eixo perpendicular, de ligação ao eixo de direcção a Faro, onde se iria localizar o monumento a Duarte Pacheco e a nova malha urbana ortogonal envolvente. Relembremos o que aconteceu em Lisboa na época pós-terramoto com destaque para a harmonia construtiva do conjunto em que a nobreza de determinado edifício seria somente realçada pelo portal de entrada, isto é, adicionando portais cuidados aos prédios de rendimento para se obter casas nobres, segundo explicação de Manuel da Maia. Só as igrejas escaparam à regularidade e harmonia permitindo-se grandes ornatos como colunas ou frontões e que só mais tarde os palácios puderam adoptar.²⁶¹ Assim poder-se-á compreender a imagem pouco ou nada monumental da casa nobre ou mesmo do palácio dos anos seguintes ao terramoto que integrando-se no tecido urbano “(...) deixa de ser um objecto isolado que, melhor ou pior, se encaixa na malha urbana, para passar a ser o detonador a partir do qual essa malha se organiza e (...) se impõe como referente central de um conjunto urbanístico harmónico.”²⁶² A casa nobre Gama Lobo assim se poderá interpretar. Até poderíamos repetir o que já foi dito por José-Augusto França para o palácio Valadares em Lisboa e adiantar que, esta sim, é a representação mais

²⁶⁰ Leonor FERRÃO, *Lisboa Barroca da Restauração ao terramoto de 1755, desenvolvimento urbanístico, os palácios e os conventos*, in “O Livro de Lisboa”, pp. 241-242

²⁶¹ José Augusto FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Bertrand editora, Lisboa, 1983, p.187

²⁶² José Sarmiento de MATOS, *O Palácio e a Cidade*, in *Lisboa iluminista e o seu tempo*, 2007, p. 47

conforme da casa nobre no período pombalino tal como Manuel da Maia o tinha proposto.²⁶³

Por outro lado, a casa nobre Azevedo e Silva, em época pós-pombalina de D. Maria I, apresenta alguma monumentalidade e assume um papel muito conservador para a sua época, constituindo um corpo estranho que se encaixou à força na malha urbana, e que não esqueceu os modelos iniciais que acompanharam a instalação da casa nobre nas cidades ao longo de dois séculos. Aterra sobre o casario antigo e dificilmente ou mesmo nunca, se vê livre dele. Impõe-se com o seu volume quadrangular, principalmente na fachada cenográfica de dois pisos, acentuada ainda mais pela parte falsa que abrange duas janelas, e remata o topo da alameda fronteira de expressão muito barroca. Fachada protótipo de um barroquismo aristocrático que em parte cobre uma amálgama de construções, criando um carácter de invólucro que tantas vezes no século XVII este gosto barroquizante assumiu²⁶⁴ - por exemplo o palácio Almada no Rossio. Não organiza uma malha urbana, como os seus contemporâneos localizados em Lisboa ou na província, mas organiza sim um espaço urbano de grande carácter. Não adoptou pilares, pilastras ou frontões como os seus contemporâneos (também de alguma monumentalidade) de Faro (Palácio Bivar) de Albufeira ou de Silves mas aplicou o motivo de influência do barroco italiano já trabalhado por Ludovice na primeira metade do século XVIII e no seu prédio de São Pedro de Alcântara, o portal associado a uma varanda mais sobressaída e de linha curva, do salão nobre. De qualquer modo, representa uma atitude de aspiração barroca muito presente na arquitectura do tempo de D. Maria I (1777-1799) numa tentativa de adaptar os caminhos tradicionais à cenografia e ao urbanismo barrocos, a novos tipos, ao ornato rococó e neoclássico²⁶⁵.

Uma atitude contra a monotonia dos edifícios fora da Corte, numa nostalgia por alguma monumentalidade anterior ao terramoto (e a Pombal)? Essa monumentalidade, no entanto, nunca foi aplicada no Algarve. Vejam-se os modelos em Faro, da casa das Açafatas, com uma frente e da casa do Capitão-Mor, com duas frentes para a rua. Modelos que se implantaram na primeira metade do século XVIII, e em ruas já pré-definidas e densificadas, mas com uma grande preocupação urbana pelo equilíbrio entre

²⁶³ “O conde de Valadares reedificou também o seu palácio; mas, mesmo fazendo-o de maneira pombalina assaz estrita, não se abalançou a isso antes de 1785. Este enorme edifício, pesado e severo, é, ao mesmo tempo, a representação mais conforme do palácio no período pombalino tal como Manuel da Maia o tinha proposto – e seu caso epigonal.” José-Augusto FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Bertrand editora, Lisboa, 1983, p.181

²⁶⁴ José Sarmiento de MATOS, *Arquitectura civil*, in “Dicionario da Arte Barroca em Portugal”, 1989, p.39

²⁶⁵ Paulo Varela GOMES, *Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina*, in Revista “Monumentos”, nº 21, p.136

os pisos, pelo desenho das cantarias e proporção das aberturas e harmonicamente inseridos no tecido urbano. Fachadas urbanas que muito possivelmente deram continuidade à casa nobre Gama Lobo. Alguma monumentalidade (de dois pisos) vemos na capital, por exemplo no palácio Alvor ou das Janelas Verdes, na nova fachada adossada ao palácio Almada no Rossio ou no palácio do Lavradio, ao Campo de Santa Clara. Palácios que apesar de imponentes – prática arreigada a uma estética de grupo bem definida - já demonstram uma fachada com preocupação com o exterior, com a cidade, ainda assim como reflexo externo de uma rígida estratificação mas muito evoluída em relação ao primeiro modelo de arquitetura chã, de grande monumentalidade, desaparecido com o terramoto, o chamado palácio Corte-Real de finais do século XVI, edifício quadrado com pátio central e quatro torres de telhado pontiagudo a cada canto (para o rio prolongava dois corpos mais baixos, varandas do piso nobre, desenhando um U, talvez o modelo para esta tipologia). O quadrilátero sobressaía, com exaltação do piso nobre destacado nas alturas numa postura propositada e distante. Há no entanto, um edifício de projecto em época ainda pombalina mas só terminado em 1785, e já em tempo de D. Maria I, o palácio Valadares, que embora José-Augusto França o caracterize como palácio pombalino, mantém as características do velho casarão aristocrático, enorme, impondo-se pelas proporções gigantescas do portal e do sobreposto janelão brasonado. Refira-se ainda que a linha curva utilizada no balcão desse janelão é “a mesma” que os edifícios do final do século irão utilizar. Os da capital e os da província, concretamente os quatro edifícios algarvios de finais do século XVIII, princípios do século XIX.



Fig.204- Eixo no prolongamento da casa nobre Gama Lobo.
Fonte: Foto aérea, voo de 1947, Instituto Geog. do Exército
— Casa nobre Gama Lobo



Fig.205-Arruamentos/estrutura viária – cerca de 1920
 A casa nobre Gama Lobo, ainda sem o eixo nascente-poente.
 Fonte: A partir da Planta de Loulé de cerca de 1920, Câmara Municipal de Loulé



Fig.206-Arruamentos/estrutura viária – 1972
 A casa nobre Gama Lobo a definir o eixo nascente-poente e o eixo que lhe é perpendicular.
 Fonte : A partir de foto aérea, voo de 1972, Instituto Geográfico do Exército

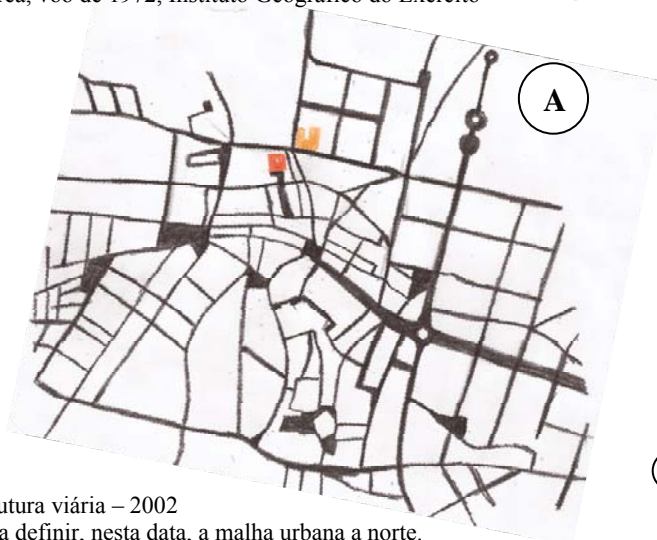


Fig.207-Arruamentos/estrutura viária – 2002
 A casa nobre Gama Lobo a definir, nesta data, a malha urbana a norte.
 Fonte : A partir de foto aérea, voo de 2002, Instituto Geográfico do Exército

- Casa nobre Gama Lobo
- Casa nobre Azevedo e Silva
- A** Monumento a Duarte Pacheco

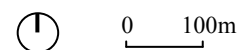




Fig.208-As duas casas nobres de Loulé, Azevedo e Silva no lado esquerdo, Gama Lobo no lado direito, a marcar ainda a silhueta urbana do princípio do século XIX . Nesta data a casa nobre Gama Lobo, ainda não tinha sofrido as ampliações do colégio. Repare-se na harmonia da fachada do Gama Lobo em relação à envolvente e na assumida “monumentalidade” do Azevedo e Silva.

Fonte: Fototeca da Câmara Municipal de Loulé



Fig.209 -A urbanização da Quinta da Boavista, no final do século XX, lateral e posterior à casa nobre Gama Lobo, resultou numa expansão planimétrica regulada do edificado, modificando no entanto o recorte da silhueta urbana do local, sem respeitar a envolvente patrimonial (Foto tirada do castelo em 2008).

CONCLUSÃO

A casa nobre como elemento integrante do espaço urbano do antigo regime, constitui na arquitectura civil o que de mais relevante poderia ter sido construído. Detentora de símbolo aristocrático enriquece o meio onde se insere aproximando-o social e formalmente da cidade sede onde se localiza a corte. A continuidade de uma morfologia de arquitectura chã enraizada desde o século XVI e adaptada a novos conceitos de representação do estatuto nobre, teve como resultado, ao longo do século XVIII e princípios do século XIX, edifícios de maior ou menor porte, de dois pisos com a habitação instalada no piso superior, com simetria na fachada, de planimetria longitudinal, em “U” ou quadrangular e com decoração diferenciada essencialmente no portal e janela que o sobrepõe. Decoração depurada e executada em pedraria que no sul do país e em meados do século XVIII forneceu um “repertório de formas que se havia de reproduzir até à saciedade.”²⁶⁶ Enquanto que ao norte, o Barroco continua o trabalho decorativo de enrolamentos exuberantes ao longo de todo o século. É preciso tornar a referir que esta “animação espacial barroca consegue-se não pela alteração da geometria, mas pela sábia integração da decoração na estrutura, de que resultará uma nova dimensão da espacialidade. Quer dizer, os elementos dinamizadores do espaço passam a ser não mera decoração, mas verdadeiros agentes arquitectónicos.”²⁶⁷ No Algarve, as perceptíveis alterações nas molduras dos vãos do conjunto central da fachada simétrica, acontecem desde as molduras ondulantes de estilo nacional (casa das Açafatas e Capitão-Mor em Faro) às quais sucedem-se as molduras de desenho depurado (casa nobre Gama Lobo) para se terminar o século nas formas onduladas da pedra de sacada, com frontões abertos e fechados, e em que as janelas do piso nobre de duplo lintel, acusam um recorte superior de influência pombalina (casa nobre Azevedo e Silva) e sobreposição de frontões com influência também de Fabri (casas de Silves, Albufeira e Palácio Bivar em Faro). O denominado estilo pombalino, desenvolvido pós-terramoto na baixa de Lisboa, para além das características molduras lisas, vai utilizar determinados recortes nas vergas e ombreiras das portas e janelas que se assimilam à arquitectura da casa nobre e também por toda a arquitectura urbana corrente do centro e sul do país. O tema tipicamente barroco, que mesmo assim continua com os modelos da

²⁶⁶ João Vieira CALDAS, *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*, FAUP, Porto, 1999, p.144

²⁶⁷ José Eduardo Horta CORREIA, *Raízes da originalidade e diversidade da arquitectura Barroca portuguesa*, in “O Algarve em Património”, Gente Singular Editora, Olhão, 2010, p. 226

Restauração (duplo quadrado, duplo lintel recto com cornija), adopta em Loulé a simetria na fachada (já introduzida anteriormente pelo Renascimento e difundida através do tratado de Serlio), a acentuação do eixo de simetria pela decoração aplicada no portal e pedra brasonada ou janela que o encima, a opção pelo telhado único que unifica o conjunto construído, os ritmos de composição (4+1+4) em que a largura entre os cheios da parede e os vazios das janelas é idêntica (como encontramos nos edifícios pombalinos), adensamento dos cunhais e das pilastras, molduras de janelas e portas que vão da simples verga recta ou com recorte pombalino, a todo um “léxico de rebordos, vincos, lágrimas, orelhas, botões, frontões, fantasias de inspiração borrominiana e claramente difundidos a partir de Mafra”²⁶⁸; por fim, a aplicação de volutas no portal e janela superior acompanhada de varanda central, diferenciada das restantes pelo recorte em curva – de aplicação para os finais do século, no entanto as varandas centrais da casa das Açafatas (cerca de 1730) e do Capitão-Mor em Faro, já apresentam uma curvatura não na varanda de pedra mas sim na guarda de ferro forjado. No Algarve as volutas aparecem no portal e na janela superior ou alternadas com aplicação ora no portal ora somente na janela superior. A voluta angulosa, não teve aplicação no Algarve em meados do século, à excepção da casa nobre Gama Lobo. Mais tarde aparece na janela superior do portal da Igreja de S. Francisco em Faro, também na janela superior do portal do Paço Episcopal e no remate do frontispício da Ermida de S. Sebastião em Tavira, aqui em trabalho de massa. Essa aplicação excepcional - assim como o cunhal de recorte pombalino e toda a composição - pode denunciar um “risco” ou uma autoria vinda directamente da capital ou de quem por lá trabalhou, pois foi um elemento decorativo com alguma aplicação na arquitectura joanina e pombalina de Lisboa, em edifícios religiosos e da corte.

A distribuição interior das duas casas nobres de Loulé, acusam a especialização funcional que se assistiu na Europa do século XVIII e, de resto, uma inovação para a província, com uma fiada de compartimentos na fachada nobre e com duas fiadas nas alas perpendiculares, separadas por um corredor assumido, o que até aqui aparecia de dimensão reduzida e ainda escondido nas partes mais interiores da casa. A escadaria assume, agora, um papel principal no espaço interior, ocupando um volume cúbico de enorme pé direito, de 3 lances com direcções convergentes e divergentes. Os edifícios de Faro, de data anterior, embora apresentem o primeiro lance da escadaria,

²⁶⁸ João Vieira CALDAS, *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*, FAUP, Porto, 1999, p.144

centralmente ao portal de entrada, os dois lances seguintes, são no entanto, colocados perpendicularmente, em sentidos opostos, ocupando um pé direito correspondente à largura do lance. É de referir que o interior das duas casas nobres de Loulé não apresenta o azulejo, elemento decorativo que muitas vezes foi utilizado em *tromp l'oeil* para a animação espacial da escadaria onde não faltam as “figuras de convite” a pontuar as etapas da subida.²⁶⁹ Esta falha acusa a falta de decoração interior, que poderia ser colmatada com diferentes elementos efémeros muito da moda, tapetes, colchas, cortinados, tecidos em veludo e damascos.

Quem pode construir este tipo de edifício é naturalmente quem detém o poder económico na vila, que na altura se fazia acompanhar de poder militar e político, directamente relacionado com os altos cargos nas Ordenanças militares (capitão-mor e sargento-mor) e lugares de vereação na câmara municipal – os elegíveis eram recrutados de entre os mais nobres da terra. Nos dois casos de Loulé, tanto Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha (neto do edificante da casa nobre Gama Lobo) como Simão José de Azevedo e Silva Lobo (edificante da casa nobre Azevedo e Silva) também foram ambos procuradores às cortes em 1828. Gente nobre e abastada que tinha a segunda habitação afastada da urbe, para utilização de veraneio mas ao mesmo tempo relacionada com a produção agrícola que também explorava. Em Loulé assim aconteceu até princípios do século XIX, ao contrário do que já ia acontecendo noutros locais onde a nova burguesia aspirando a um lugar aristocrático (adquirindo-o por vezes através de casamento) e detentora agora do poder económico, vai construir ainda segundo os moldes do antigo regime (caso de Silves). Um final de século correspondente ao reinado de D. Maria I, que vê um aumento considerável do número de edifícios construídos deste tipo, e no Algarve, de escala superior em relação aos primeiros construídos no mesmo século.

Se a casa do Capitão-Mor em Faro, tem possível autoria do mestre entalhador e depois arquitecto Diogo Tavares e as cantarias, com excepção do portal, do palácio Bivar possível autoria do mestre canteiro José António Vidal, o mesmo já não se consegue saber para os restantes edifícios, onde se incluem os de Loulé. No entanto, a gente que participava em construções importantes, quer seja de conventos, igrejas, misericórdias, ou casas nobres, poderia ser a mesma pois a exigência construtiva pedia conhecimentos técnicos e de *aggiornamento* científico semelhantes e já demonstrados

²⁶⁹ José Eduardo Horta CORREIA, *O Algarve em património, Raízes da originalidade e diversidade da arquitectura Barroca portuguesa*, Gente Singular Editora, Olhão, 2010, p. 223

por engenheiros militares, arquitectos, mestres canteiros, pintores, ourives, entalhadores ou mestres pedreiros. É de referir que o trabalho de cantaria, principalmente, do portal ou do conjunto portal/janela, dos edificios referidos é em muito semelhante. Essa semelhança é visível na pedraria do portal da igreja de S. Sebastião em Albufeira e no portal da casa das Açafatas em Faro. Também na casa nobre de Albufeira encontramos semelhanças nas cantarias do portal e janelas da Igreja Matriz, da mesma época. As volutas empregues nos portais e nas janelas superiores são idênticas às volutas do portal da Igreja Matriz de Alcantarilha ou do portal da Misericórdia de Tavira. Os frontões rectos sobrepostos às janelas de verga recta dos edificios de Silves, Albufeira e Faro (Bivar) seguem o formulário do que foi aplicado em Faro por Fabri. Relativamente ao interior, a escadaria de 3 lances que foi construída em 1749, no convento da Graça em Tavira, por Diogo Tavares é do mesmo tipo da escadaria da casa nobre Gama Lobo, construída tempos depois. Ainda na mesma casa nobre, o formulário adoptado reflecte conhecimentos do estilo pombalino e de pórticos elaborados, por exemplo, no convento de Mafra. É época de construção de muitas obras monumentais, convento e palácio de Mafra, Palácio do Correio-Mor em Loures, Palácio das Necessidades, Baixa de Lisboa ou igrejas diversas, sabendo-se que muitos mestres pedreiros migravam de obra para obra e aí subiam de estatuto ou talvez não. Mas adquiriam experiência necessária para a aplicarem na sua terra de origem ou quando fossem chamados ou cedidos para uma outra obra longínqua.

A outra casa de Loulé, casa nobre Azevedo e Silva, revela algum mimetismo mas em relação à casa nobre Gama Lobo. Aplica a medida igual nos nembos da fachada, a mesma escadaria e uma parcial distribuição de espaços semelhante onde se inclui o corredor. As janelas de sacada do piso nobre acusam alguma inovação, com um novo recorte nas ombreiras, como nas casas de Silves e Albufeira mas como já tinha acontecido no Palácio Valadares em Lisboa. E os vãos do rés-do-chão, do interior do átrio e do patamar de acesso ao piso nobre, um recorte curvo no lintel, pormenor que se aplicou também na casa do Largo da Matriz e na casa onde está instalada actualmente a Câmara Municipal, ambas do segundo quartel do século XIX. Sublinhe-se a mutação morfológica destes vãos que corresponde ao desenvolvimento de interessantes formas regionais oriundas de morfologias eruditas.²⁷⁰ A disseminação, pelas principais ruas da vila, deste pormenor em cantaria leva a supor a existência de um importante mestre

²⁷⁰ José Eduardo Horta CORREIA, *A arquitectura algarvia do séc. XVI ao séc. XIX: tentativa de caracterização*, in “O Algarve em Património”, Gente Singular Editora, Olhão, 2010, p. 76

canteiro local ou regional, mas não muito distante do que fazia Diogo Tavares no que diz respeito ao portal e janela superior da casa nobre Azevedo e Silva – para além da voluta estilizada aplicada no portal do Hospital da Misericórdia de Tavira, no portal da Igreja Matriz de Alcantarilha ou no muro de entrada da Igreja Matriz de Lagoa, aplica também motivos ainda do formulário barroco, que Diogo Tavares tão bem soube interpretar.

Estamos, assim, perante dois vultos que traduzem no âmbito da arquitectura barroca portuguesa a enorme e criativa diversidade regional assim como a especificidade da edificação local que não se anulou com o recurso à inspiração do exterior. Cada um deles comunica pela decoração aplicada que não interfere nos valores estruturais, contendo-se numa geometria de volumes puros mas “por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial trabalha a escala e é sobretudo na dimensão e na sua implantação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais. E assim se transforma de arquitectura em elemento de composição urbana, salientando, na racionalidade e uniformidade da arquitectura civil, a natureza do edifício singular.”²⁷¹

Pertencendo actualmente à Câmara Municipal de Loulé, as duas casas nobres detêm ainda todas as potencialidades para se tornarem um exemplo de reabilitação em edifícios desta tipologia. Confirmado o reconhecimento histórico, o bom senso de seguir um método de intervenção através de um diálogo esclarecido entre recuperação e criação, contribuirá para a continuidade simbólica de uma importante memória histórica.

²⁷¹ Alexandre Alves COSTA, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, 1995, pp.31,32

FONTES

Fontes Manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DE FARO

Cartório Notarial de Loulé, Tabelaão Sebastião Drago d’Azevedo Lobo, (1876-1877)

Cartório Notarial de Loulé, Tabelaão João Francisco Oliveira (1822-1823)

Registos Paroquiais- Óbitos S.Clemente Clemente Loulé, de 30 de Dez. de 1868 nº 417

ARQUIVO MUNICIPAL DE LOULÉ

Actas de Vereação da Vila de Loulé-25 de Maio de 1757, f. 351v e 352

Décima da Vila de Loulé (existente no arquivo) -1757 e de 1770 a 1835

Livro do Tombo do Concelho de Loulé-1767-1815

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

Impostos dos creados e cavalgaduras, concelho de Loulé (1801 a 1828)

Décima da Vila de Loulé- 1763

Testamento nas notas do tabelaão Francisco Guilherme de Britto, tabelaão público em Lisboa, 21.1.1874

Desembargo do Paço (DP), Alentejo e Algarve, mç. 457, nº18; mç.472, nº37; mç. 477, nº 38; mç.479,nº25;mç.477,nº 38;mç.483,nº24; mç.487, nº 2; mç.487,nº106; mç. 489, nº 49;mç.501, nº 93; mç. 503, nº 10;mç.504, nº 4,nº5;mç.505,nº51; mç. 508, nº64; mç. 514,nº41,nº49;mç.516,nº53;mç.519,nº3;mç.523,nº40;mç.527,nº3;mç.528,nº26,nº33,nº6; mç.538,nº66;mç.543,nº28;mç.584,nº68;mç.589,nº54;mç.674,nº12;mç.694,nº9,nº10,nº1, nº14;mç.727,nº3;mç.728,nº2;mç.734,nº1,nº3,nº4,nº5;mç.740,nº20;mç.746,nº25,nº42;mç. 777,nº37;mç.824,nº52;mç.825,nº110;mç.832, nº103.

Tribunal do Santo Ofício (TSO)– mç.1, nº14

Registo Geral de Mercês (RGM)- D.PedroII, Liv 13, f. 262; D.PedroII, Liv 17, f.303v; D.João V, liv 5, f.409v;D.JoãoV, Liv 12,f.141,f.160v, f.161, f.162, f.168v; D.JoãoV liv32 f.466,f 467, f.467v; D. Maria I, liv.23, f.302v; D. Maria I liv. 29 f. 193.

Registos Paroquiais- Óbitos-S.Clemente, Loulé, de 7 Janeiro de 1822.

Registos Paroquiais- Óbitos de S. Clemente, Loulé, de 1834 f.44v.

TRIBUNAL JUDICIAL DE LOULÉ

Livros de Inventários (sem correspondência no Arquivo Distrital de Faro, portanto não visualizados) :

Marçal Henrique d’Azevedo Aboim (inventariado) e D.Serafina Francisca d’Azevedo Aboim (inventariante) – 1869, masso59, folhas 135 ; Francisco de Paula Lobo Pessanha (inventariado) Maria de Paula de Brito Castro (inventariante) ,1822, masso nº15,nºordem194.

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE LOULÉ

Nº 5134, Rua de Portugal:

Registo de Descrições Prediais, Livro B-13, folha 189, 189v

Registo de Descrições Prediais, Livro G-2, folha 191

Registo de Transmissões, Livro G-4, folha 68,68v

Livro de inscrições diversas, Livro F-4, folha 145

Registo de Descrições Prediais, Livro G-56, folha 158

Nº 1415, Rua Ancha:

Registo de Descrições Prediais, Livro B-4, folha 118v
Registo de Descrições Prediais, Livro B-81, folha 19

Fontes Impressas

Architettura civile del padre D. Guarino Guarini...Opera postuma...(1624-1683) .
Disponível em Dusseldorf universitats und Landdesbibliothek, 2011
url:<http://digital.ub.uni-duesseldorf.de/ihd/content/titleinfo/2406854>

BLONDEL, Jacques-François, *De la Distribution des maisons de Plaisance et de la decoration des edifices en general*, Paris; 1738, pp. 56-58

BLONDEL, François, *Cours d'Architecture ou Traité de la decoration, distribution & construction des bâtiments contenant les leçons donnés en 1750 & les années suivants*, chez Desaint, libraire, Paris, 1771-1777, Vol.V, Desenho 61 . Disponível em www.e-rara.ch.

L'ORNE, Philibert de, *L'Architecture*, Paris, 1576, p. 238, 239. Disponível em -
<http://archive.org/stream/larchitecturedep00lorm#page/n503/mode/2up>

RONDELET, Jean Baptiste, *Traite Theorique et Pratique de l'art de Bâtir*, 1817.
Disponível em digitalgallery.nypl.org

RUBENS, Pietro Paolo, *Palazzi di Genova*, Antwerpen, 1622. Disponível em -
<http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/rubens1622/0001>

SERLIO, Sebastiano, *sesto libro d'architettura delle habitacioni fuori e dentro delle città*, BSB cod.icon. 189 Lyon 1547-1550, Disponível em <http://www.digitale-sammlungen.de/index.html?suchbegriff=serlio&c=suchen>

Opera del Caval. Francesco Boromino, 1720 . Disponível em - <http://digital.ub.uni-duesseldorf.de/ihd/content/titleinfo/2406854>

Tutte l'Opera d'Architettura di Sebastiano Serlio, 1584, estampa 97. Disponível no Centre d'Études Supérieures de la Renaissance Tours url :<http://www.bvh.univ-tours.fr/consult/Index.asp?numfiche=207>

ARQUIVO NACIONAL DATORRE DO TOMBO- ANTT
Livro do Armeiro-Mor, João do Cró (ou João du Cros) , Códice iluminado, que foi mandado fazer por D. Manuel e fixou os brasões existentes. (PT-TT-CR-D-A-1-19-m0144.tif) Disponível em digitarq.gov.pt/viewer?id=4162406

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA –BN

AVILER, Charles A. ,*Cours d'architecture...*,chez Pierre-Jean Mariette, Paris, Nicolas Langlois, 1691 . Disponível na Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/707>

Colecção de Leys, Decretos e alvarás que comprehende o feliz reinado del Rey Fidelissimo D.José I, Tomo I (1750), Tomo II (1761-1769) e Tomo III (1770)

Planta do Palácio Corte Real (Reconstituição posterior ao terramoto). Disponível na Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/22492/1/>

SEIXAS, José Figueiredo, *Tratado de Ruação...*, 1760, Primeira Parte e Estampa 2. Disponível na Biblioteca Nacional Digital : purl.pt/16597/1/P49.html.

VASCONCELOS, Ignacio da Piedade, *Artefactos Symmetriacos e Geometricos*, Oficina de José António da Sylva, Lisboa, 1733.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LOULÉ

Colecção das leys, decretos e alvarás que comprehende o feliz reinado del Rey

Fidelissimo D.José I, nosso senhor, 1769-1775 (A/02/LV020 1769-1775)

Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Registo de documentos relativos à décima, 1719 a 1835, in Separata da revista “Al’ulya”, nº 1, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1992.

Periódicos

Revista Expresso, José Manuel Fernandes, “Solares Transmontanos”, nº 1394, 17 Julho 1999

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

-Jornal *O Louletano*, nº87, 2-9-1894, p.2.

-Jornal *O Louletano*, “Um Seminário em Loulé?”, nº1572, 15 de Outubro 2004, p.18

-Jornal *O Louletano*, “Ermida(s) de Sant’Ana e não só”, nº1581, 1 de Março 2005, p.18

-Jornal *Postal do Algarve*, Óscar Caeiro Pinto, “Pedras que Falam-7”, 23 de Março 2006, p.1

Recursos na Internet

Palácio Côrte-Real em 1750, Modelação 3D. Disponível em –

www.museudacidade.pt/Lisboa/3D-lisboa1755/Paginas/default.aspx

Sidcarta.exercito.pt (SIDCARTA: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa)

www.armorial.net (Heráldica Portuguesa)

www.igespar.pt (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico)

www.monumentos.pt (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico) :

-Antigo Palácio do Marquês do Lavradio

-Basílica e Convento de Mafra/Palácio Nacional de Mafra

-Convento de Santo Alberto/Palácio Alvor/Museu Nacional de Arte Antiga

-Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira

-Igrejas e ermidas do distrito de Faro

-Igreja da Memória

-Igreja Paroquial de Alcântara/Igreja de S.Pedro

-Igreja Paroquial de Santo Estevão/Igreja de Santo Estevão

-Hospital Termal Rainha D. Leonor, Caldas da Rainha

-Paço da Ajuda/Palácio Nacional da Ajuda

-Palácio das Necessidades

-Paço e Capela da Bemposta

-Palácio Centeno

-Palácio da Independência/Palácio dos Condes de Almada

-Palácio da Rosa

-Palácio do Barão de Quintela e Conde de Farrobo

-Palácio do Correio-Mor em Lisboa
-Palácio do Correio-Mor em Loures
-Palácio do Machadinho
-Palácio do Mantegueiro
-Palácio dos Condes de Barbacena
-Palácio dos Condes de Lavradio
-Palácio Ludovice
-Palácio Silva Amado
-Palácio Valadares
-Palácio dos Condes de Ficalho, em Serpa
www.patrimonius.net (património & História : Genealogia, Brasão, Casas Nobres)

BIBLIOGRAFIA

AAVV, *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte : A Arte no Mundo Português nos séculos XVI-XVII-XVIII*, Universidade do Algarve, Faro, 2002.

AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, (1961), 3ª edição (3 volumes), Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.

AAVV, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Direcção José Fernandes Pereira, Presença, Lisboa, 1994.

AAVV, *História da Arte em Portugal*, Alfa, Lisboa, 1986.

AAVV, *História da Arte Portuguesa*, Círculo de Leitores, reimpressão da 1ª edição de 1995, Lisboa, 2007.

AAVV, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

ABRANTES, Marquês de, *Introdução ao estudo da heráldica*, Biblioteca Breve, 1992.

ALBERGARIA, Isabel Soares de; CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da, *A casa nobre de setecentos em Ponta Delgada: um olhar sobre tipologias e modelos da arquitectura cicil açoriana*, in revista "Atlântida", Instituto açoreano de cultura, Vol. XLVII, 2002.

ALBERGARIA, Isabel Soares de, *O trabalho da pedra nas casas nobres micalenses dos séculos XVII e XVIII: sistemas construtivos e elementos arquitectónicos desenvolvidos localmente por técnicas e profissionais ligados ao trabalho da pedra*, in "Casa Nobre, um património para o futuro", actas do 2º Congresso Internacional, Município de Arcos de Valdevez, 2011.

ALBERGARIA, Isabel Soares de, *A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do Antigo Regime*, Universidade Técnica de Lisboa, IST, Lisboa, 2012 (tese provisória, policopiada).

ARAÚJO, Renata Malcher, *Cidades da Amazonia no séc. XVIII / Belém, Maçapá e Mazagão*, FAUP, Porto, 1998.

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*, Livros Horizonte, Lisboa, 1969.

BOTÃO, Maria de Fátima, *A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média*, Câmara Municipal de Guimarães, 2004.

BOTÃO, Maria de Fátima, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval, O caso de Loulé*, Caleidoscópico, Casal de Cambra, 2009.

BERGER, Francisco José Gentil, *Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do Barroco Joanino na Região de Lisboa*, Dissertação para doutoramento, U.T.L., Faculdade de Arquitectura, 1990. Disponível em www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1626

BORGES, Inês da Conceição do Carmo, *O Solar de Santana, Museu Municipal de Tondela e a Arquitectura Senhorial da Região*, Palimage, Coimbra, 2010.

CAETANO, Joaquim de Oliveira, *A Igreja da Memória*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1991.

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela, *Viana do Castelo*, Editorial Presença, Lda., Lisboa, 1990.

CALDAS, João Vieira, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Dissertação de mestrado, FAUP, 1999.

CALDAS, João Vieira, *A casa nobre algarvia em ambiente rural*, in “Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte”, vol. II, Rio de Janeiro, 2004.

CALDAS, João Vieira, *Casas Nobres de Viana*, in revista “Monumentos”, nº 22, DGEMN, Lisboa, 2005

CALDAS, João Vieira, *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*, Dissertação de doutoramento (documento provisório policopiada), Universidade Técnica de Lisboa, IST, Lisboa, 2007.

CARAPINHA, Aurora, *A Arte da Paisagem e dos Jardins no Brasil colonial*, in “V Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte”, UA, Faro, 2001.

CARITA, Helder, *Bairro Alto, tipologias e modos arquitectónicos*, Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

CARITA, Helder, *Palácios de Goa, Modelos e tipologias de arquitectura civil indo-portuguesa*, Quetzal (2ª edição), Lisboa, 1996.

CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

CARITA, Helder, *Tipologias de casa nobre no tratado do Arquitecto José Manuel de Carvalho e Negreiros*, in “III Encontro de Museus-Casa no Rio de Janeiro”, Casa de Rui Barbosa, Agosto de 2010. Disponível em <http://pduques.imc-ip.pt/Data/Documents/Blog%20Casas-Museu/Texto-palestra%20Carvalho%20de%20Negreiros.pdf>

CARITA, Helder, *A casa senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX*, Curso ministrado na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br

CARITA, Helder, *O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo barroco: de João Antunes a André Soares*, in Actas do “IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França”, 2012, pp 77-97.

CARVALHO, Sérgio Luís de, *Iniciação à Heráldica Portuguesa*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996.

CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental, as vilas, o campo e o mar*, 2 volumes, Faro, G.P. da Região do Algarve, 1976.

CARRUSCA, Susana, *Loulé, O Património Artístico*, Câmara Municipal de Loulé, 2001.

CHAVES, Luís, *A arte nos metais*, in “Arte Portuguesa, as artes decorativas”, coordenação de João Barreira, Edições Excelsior, Vol.I, 1959.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitectura, Maneirismo e Estilo Chão*, in “História da Arte em Portugal”, vol.7, Lisboa, 1986.

CORREIA, José Eduardo Horta, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Publ. Ciência e Vida, lda, Lisboa, 1987.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, FAUP, Dissertação de doutoramento, Porto, 1997.

CORREIA, José Eduardo Horta, *A Importância da Arquitectura de Programa na História do urbanismo Português*, in “V Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte”, UA, Faro, 2001.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Raízes da Originalidade e Diversidade da Arquitectura Barroca Portuguesa*, in “VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte”, volume 1, Rio de Janeiro, 2004.

CORREIA, José Eduardo Horta, *A Torre da Horta dos Cães*, in revista “Monumentos”, nº 24, DGEMN, Lisboa, 2006.

CORREIA, José Eduardo Horta, *O Algarve em Património*, Gente Singular, Editora,Lda.,Olhão, 2010.

CORREIA, José Eduardo Horta, *O Palácio de Estoi, obra de Manuel Caetano de Sousa?*, decorrente do “IV Congresso de História da Arte Portuguesa-Homenagem a José-Augusto-França”, 2012 (Policopiado).

CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, Edição do autor, Lisboa, 2003.

CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz, *Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime. Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio*, in revista “Tabardo”, nº 2, Universidade Lusíada/Livraria Bizantina, Lisboa, 2003.

CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz, *A nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditária e civil*, in “O Algarve da antiguidade aos nossos dias”, (coord. Maria da Graça Maia Marques), 1999.

COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, FAUP, Porto, 1995.

CUNHA, Rui Maneira, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII, o estudo de Monsaraz*, Lisboa, 2003.

DINIZ, Marcos Blanch – *Arquitectura Civil em Faro após o terramoto de 1755*, Separata dos “Anais do Município de Faro”, Faro, 1981.

DUARTE, Eduardo, *De França à Baixa, com passagem por Mafra, As influências francesas na arquitectura civil pombalina*, in revista “Monumentos”, nº 21, DGEMN, Lisboa, 2004.

DUARTE, Luís Miguel, *A propriedade urbana*, in “Nova História de Portugal, Portugal do Renascimento à crise dinástica”, vol. V, Editorial Presença, Lisboa, 1998.

DUARTE, Luís Miguel, *Actas de Vereações de Loulé Século XV,1992-1497*, in Separata da revista “Al’ulya”, nº 10, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2004.

DUARTE, Carlos e LAMAS, José, *Plano de Pormenor do Centro histórico de Loulé*,1986.

ENCARNAÇÃO, Pedro Henrique Ferreira, *As Visitações da Ordem de Sant’iago às igrejas do concelho de Loulé no ano de 1534*, Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1993.

ESTREMOZ, Paulo, *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Loulé*, GTL de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1994.

ESTREMOZ, Paulo, *A Evolução da cidade de Loulé: Introdução à História Regional*, in “Al’ulya”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 4, 1995.

FERNANDES, José Manuel Fernandes, *Cidades e casas da Macaronésia*, FAUP, Porto, 1996.

FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, *Arquitectura vernácula da região saloia: enquadramento na área atlântica*, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Bertrand, Lisboa, 1977.

FERRÃO, Leonor, *Lisboa Barroca da Restauração ao terramoto de 1755, desenvolvimento urbanístico, os palácios e os conventos*, in “O Livro de Lisboa”, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

FERREIRA-ALVES, Jaime, *A casa nobre no Porto, na época moderna*, Edições Inapa, Lisboa, 2001.

FERREIRA-ALVES, Jaime, *Da Torre solarenga à Torre de aparato: formas da casa nobre do século XVI ao século XVIII*, in “Casa Nobre, um património para o futuro”, actas do 1º Congresso Internacional, Município de Arcos de Valdevez, 2007.

FERREIRA-ALVES, Jaime, *A casa nobre e a génese do barroco joanino portuense: a Casa de São João-o-Novo e a Casa Monteiro Moreira*, in “Casa Nobre, um património para o futuro”, actas do 2º Congresso Internacional, Município de Arcos de Valdevez, 2011.

FREITAS, Pedro de, *Quadros de Loulé Antigo*, Câmara Municipal de Loulé, 1964.

GOITIA, Fernando Chueca, *Protótipos na Arquitectura Greco-Romana e a sua influência no mundo ocidental*, Ulmeiro, Lisboa, 1996.

GOMES, Luís Miguel Martins, *Geometria nos traçados urbanos de fundação portuguesa - O tratado de ruação de José Figueiredo Seixas*; ISCTE; 2007. Disponível em url: <http://hdl.handle.net/10071/298>

GOMES, Paulo Varela, *A cultura arquitectónica e Artística em Portugal no séc.XVIII*, Caminho, Lisboa, 1988.

GOMES, Paulo Varela, *As iniciativas Arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698*; Penélope, Fazer e Desfazer a História, nº 9/10; Lisboa; 1993.

GOMES, Paulo Varela, *Ordem Abreviada e Molduras de Faixas: Contribuição para a discussão do conceito de «Estilo Chão»* in V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, 2001.

GOMES, Paulo Varela, *Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina*, in revista “Monumentos”, nº 21, DGEMN, Lisboa, 2004.

JORGE, Virgolino Ferreira, *Arquitectura, medida e número na Catedral de Évora*, in revista “Monumentos”, nº 26, DGEMN, Lisboa, 2007.

JUSTO, João ; MARTINS, Ana ; PEREIRA, Paula ; ROSÁRIO, Carla do,(nota de apresentação de J.C.Vilhena MESQUITA), *A população em 1835 e 1843/48 na vila de Loulé*, in “Al’ulya”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé nº 4, 1995.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã : entre as especiarias e os diamantes 1521-1706*, Vega, Lisboa, 1988.

LAMEIRA, Francisco I.C., *O Palácio de Estoi*, (desdobrável), Câmara Municipal de Faro, 1991.

LAMEIRA, Francisco I. C., *Oficinas Regionais – As oficinas de talha no Algarve durante a época barroca*, in “VI Simpósio Luso –Espanhol de História da Arte”, 1991.

LAMEIRA, Francisco I.C., *Faro, Edificações notáveis*, Câmara Municipal de Faro, 1995.

LAMEIRA, Francisco I.C., *O Desembargador Veríssimo de Mendonça Manuel*, (desdobrável), Câmara Municipal de Faro, 1996.

LAMEIRA, Francisco I.C., *Faro a arte na história da cidade*, Câmara Municipal de Faro, Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património, 1999.

MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1992.

MAGALHÃES, Joaquim, *O Algarve Económico 1600-1773*, Editorial Estampa, 1993.

MARTINS, Isilda Maria Renda, *Loulé no século XX*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Loulé, 2001.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro; CABANITA, Padre João Coelho, “*Visitação das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à ordem de Sant’iago, 1518*”, Ministério da Cultura, Loulé, 1995.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro; CABANITA, Padre João Coelho, *Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur pertencentes à Ordem de Sant’iago, 1565*, in “Al’ulya”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 8, 2001-2002.

MARTINS, Luísa, *Memórias paroquiais do concelho de Loulé*, in “Al’ulya”, revista do arquivo histórico municipal de Loulé, nº10, 2004.

MATEUS, João Mascarenhas, *Técnicas Tradicionais de Construção de alvenarias, a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, Lisboa, 2003.

MATOS, José Sarmiento de, *Arquitectura civil*, In “Dicionario da Arte Barroca em Portugal”, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

MATOS, José Sarmento de, *Palácio Alvor*, in “Dicionário da Arte Barroca em Portugal”, Lisboa, 1989.

MATOS, José Sarmento de, *O Palácio e a Cidade*, in “Lisboa iluminista e o seu tempo”, Actas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2007.

MATOS, José Sarmento de, *Uma casa na Lapa*, Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, 1994.

MATOS, Fernanda, *Indústrias Tradicionais do Concelho de Loulé, Tecelagem*, CML, 1988.

MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. 4, “O Antigo Regime (1620-1807)”, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.

MESQUITA, José Carlos Vilhena, *Memória sobre o Reino do Algarve, descrição Geográfica e Geológica*, Secretaria de Estado da Cultura, VRSA, 1990.

MESQUITA José Carlos Vilhena, *Estudos de História do Algarve, Loulé na primeira metade do século XIX*, AJEA edições, 2002.

MESQUITA, Marieta Sá – *Palácio Fronteira: um percurso arquitectónico*, in “Monumentos”, nº 7, DGEMN, Lisboa, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*, in revista “Análise Social”, Instituto de ciências sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XXXII (2º), 1997 (nº141). Disponível em : <http://analisesocial.ias.pt/?no=101000100042>

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes, a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Temas portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Casas Nobres em Portugal no Antigo Regime : esboço de uma geografia*, in “Casa Nobre, um património para o futuro”, actas do 1º Congresso Internacional, Município de Arcos de Valdevez, 2007.

MOREIRA, Rafael, *Tratado Português de Arquitectura do sec. XVI*, dissertação de mestrado, Univ.de Lisboa, 1992.

MORENO, Humberto Baquero, *A nobreza do Algarve nos fins da Idade Média*, separata da revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXV, (1989), Universidade de Coimbra, 1990.

OLIVEIRA, Ataíde, *Monografia do Concelho de Loulé*, (1905) Algarve em Foco Editora, 4ªed., Faro, 1998.

OLIVEIRA, João Carlos, *A casa*, in “Nova História de Portugal”, vol. V, “Portugal do Renascimento à crise dinástica”, Editorial Presença, Lisboa, 1998.

PALMA, Jorge Filipe Maria da Palma, *Dicionário Toponímico, cidade de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2009.

PASSOS, José Manuel da Silva, *O bilhete postal ilustrado e a história urbana do Algarve*, Editorial Caminho, Lisboa, 1995.

PAULA, Rui; PAULA, Frederico, *Faro: evolução urbana e património*, CMF, Faro, 1993.

PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa, *Da Casa Grande da Rua dos Pelames à Casa Nova da Rua de Dom Gualdim*, Dissertação de Mestrado (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997.

PEREIRA, Tânia – *A Horta do Ourives*, in “Monumentos”, nº 24, DGEMN, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Tânia – *O Desembargador Veríssimo de Mendonça Manuel, a “Horta do Ourives e a “Casa das Figuras”*. Tentativa de caracterização e contextualização histórica, (policopiado), Seminário de História da Arte do Curso de Estudos Portugueses, FCHS/Universidade do Algarve, 2002.

PERESTRELO, António, *O Reino dos Algarves, uma história mediterrânea*, in “Arte Ibérica”, nº 49, Editora Arrábida, Lisboa, 2001.

PINTO, Segismundo, *Uma pedra de armas e Duas Casas Nobres no Algarve*, in “Casa Nobre , um património para o futuro”, actas do 1º Congresso Internacional, Município de Arcos de Valdevez, 2007.

PINTO, Segismundo, *Casas nobres de Portimão e seu entorno com pedras de armas de Pacheco*, in “Casa Nobre , um património para o futuro”, actas do 2º Congresso Internacional, Município de Arcos de Valdevez, 2011.

QUEIROZ, Francisco ; PORTELA, Ana Margarida, *A Casa Nobre e o Urbanismo: apropriação e criação de espaço público como afirmação de poder*, in “Casa Nobre , um património para o futuro”, actas do 2º Congresso Internacional, Município de Arcos de Valdevez, 2011.

RAMOS, Manuel Francisco Castelo, *Vãos arquitectónicos do tardo-gótico Algarvio*, 3 volumes (policopiado), Dissertação de Mestrado em História da Arte, FCSH/Universidade Nova de Lisboa, 1986.

RAPOSO, Isabel, (coordenação), *Guia da reabilitação e construção, cidade de Loulé*, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007

ROSA, Professor José António Pinheiro e, *Monumentos e Edifícios notáveis do concelho de Faro*, Câmara Municipal de Faro, 1984.

ROSA, Professor José António Pinheiro e, *A Família Bivar de Faro e o seu Palácio*, separata de "O Algarve", Faro, 1986

ROSSA, Walter, *A cidade portuguesa*, in “*História da Arte Portuguesa*” (dir. Paulo Pereira), vol III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1985.

ROSSA, Walter, *Além da Baixa : Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa setecentista*, IPPAR, Lisboa, 1998.

ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço, uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Almedina, Coimbra, 2002.

SABÓIA, João, *Loulé durante as invasões francesas*, in “Al’ulya”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 1, 1992.

SABÓIA, João, *Actas das Vereações da Câmara Municipal de Loulé (1496-1497), Breve estudo sobre as Oligarquias Concelhias*, in “Al’ulya”, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 8, 2001-2002.

SANTANA, Daniel, *O convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira*, in revista “Monumentos”, nº 14, 2001.

SANTANA, Daniel, *Contributos para o estudo da arquitectura religiosa setecentista no Algarve. A actividade do “entalhador de pedra” Diogo Tavares de Ataíde (1711-1765)*, (policopiado), Dissertação de Mestrado em Arte Património e Restauro, FL/Universidade de Lisboa, 2005.

SANTANA, Daniel, *Diogo Tavares e o acrescentamento da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Faro (1742)*, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, nº7-8; 2009.

SILVA, José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, Lisboa, 1995,2002.

SIMÕES, João Miguel, *Borba Património da Vila Branca*, Edições Colibri e Câmara Municipal de Borba, Lisboa, 2007.

SIMÕES, João Miguel, *História económica, social e urbana de Loulé*, Cadernos do Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2012.

SOUSA, Pedro Manuel Fialho de, *Estereotomia da pedra – Tradição persistência e continuidade em Portugal*, UTL (policopiado), Lisboa, 1988.

TOJAL, Alexandre Arménio Maia, *Arquitectura doméstica em Faro na segunda metade do século XIX, Normas e práticas*, in “Monumentos”, nº 24, DGEMN, Lisboa, 2006.

VIEGAS, António, *Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve , 1517-1518* (Concelho de Loulé), Suplemento da revista “Al’ulya”, nº 5, Arquivo Histórico Municipal de Loulé,1996.

WEINHOLTZ, Justino de Bivar, *Faro no decorrer do Séc. XIX*, Separata do “Correio do Sul”, Faro,1947.

ANEXOS

ANEXO I - QUADRO 1

Décima²⁷² da vila de Loulé, 1757-1835 – Rua de Portugal e Rua da Praça

Rua de Portugal	Rua da Praça	Observações	
1757	O Sargento-Mor Nuno Magalhães 1\$200 O capitão Manuel José da Gama Lobo, quatrocentos reis \$400		
1763 ²⁷³	Lado esquerdo Manoel Jose da Gama Lobo -humã propriedade de cazas que consta de algumas terreiras e outras sobradadas em que o mesmo vive com sua capella da invocação da Senhora Santa Anna na frente quintal e duas cazas terreiras mais em pouca distancia dellas que valem de venda se mostra do livro do arruamento folha cinco, quatorze mil e quatro centos reys dos quais e abatida a despesa de...vem à décima mil duzentos e noventa e seys reis. 1\$290 Prédios rústicos Fazenda de Manoel Jose da Gama Lobo que consiste em humã orta junto às casas em que vive que costuma produzir por anno comum mil reis a qual anda arrendada a Francisco Mendes Lima	Manoel José da Gama casou em 1752 Pode deduzir-se que teria iniciado a construção da sua casa anexa à capella em anos anteriores a 1763.	
1770	Lado esquerdo O Sargento-mor Manoel Jose da Gama Lobo pelas casas alugadas a Jose Nolasco 1\$080 -o mesmo pelo armazém que tem na mesma rua \$540 -O mesmo por outro que tem junto do sobredito \$30 -O mesmo pelas suas fazendas 5\$000 -o mesmo pelo liquido da Administração dos foros da Capella que administra 2\$500	Lado esquerdo viúva do capitão mor que foi Nuno Mascarenhas Pessanha -pellas suas casas 1\$600 -pela caza que aluga ao concelho \$900 -pelo seleiro da rua de Portugal 1\$080 -pelo seleiro da Rua do Carapeto \$390 Pela quinta do Rozal 7\$000	Manoel José da Gama Lobo continuou a viver na Rua de Portugal Nos anos anteriores terá falecido seu pai Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo, pois neste ano é referenciada a viúva, que continuou a viver nas casas nobres da rua da Praça. Há outra casa na rua da Praça alugada ao Concelho (Câmara)
1773	Nº2 -Hua' propriedade de cazas do Sargento Mor Manoel Jose da Gama Lobo que valle quatro mil reis		
1774	Sargento-mor Manuel José da Gama Lobo -pellas cazas em que vive ... -pellas da rua de Portugal -pello armazém na dita rua -pella casa que tem defronte(?) da Ermida de Santa Anna, nada por estar fexada(?) \$0	A casa “defronte” de Santa Anna estaria fechada, por isso não pagava imposto. A referência agora na Rua de Portugal, indicará que foi viver talvez com a sua mãe para as casas nobres da Praça	

²⁷² “A Décima Militar foi implementada a 1 de Setembro de 1641 a fim de sustentar a Guerra da Restauração. Tinha carácter geral e era constituída pela décima parte de todos os rendimentos.” Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1992.

²⁷³ A Décima da vila de Loulé para a data de 1763 encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Todas as outras datas encontram-se no arquivo Histórico Municipal de Loulé.

Rua de Portugal	Rua da Praça	Observações
1775	Sargento-mor Manuel José da Gama Lobo -pellas cazas em que vive ... -pellas da rua de Portugal -pello armazém na dita rua -pella casa que tem defronte da Ermida de Santa Anna	\$0
1777	Idem	
1778	Idem	
1781	Manoel Jose da Gama Lobo cazas em que vive mil reis -pellas alugadas a Jose da Silva 360 reis -pellas cazas da Rua de Portugal 720 réis -pello armazém na dita rua -pello seleiro -pellas fazendas -terra unida à quinta da Boa Vista 600 reis -caza de fronte Santa Anna 1600 reis -Orta de El Rey 6000 reis	Neste ano a casa "defronte" de Santa Anna já paga imposto
1782	Idem	
1783	Idem	
1784	Sargento-mor Manoel Jose da Gama Lobo -cazas em que vive -pellas alugadas a Fernando (?) -pellas cazas da Rua de Portugal \$720 -Pelo armazém na mesma rua -pello seleiro -pela fazenda 3\$000 -cazas alugadas ao Cabeludo \$300 -cazas alugadas a Jose Guerreiro \$ 360 Lado esquerdo Dona Josepha Mascarenhas viúva do Capitão-Mor Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo -cazas que aluga ao Concelho \$900 -Pelo lagar de azeite -fazendas -pelo foro da orta de El Rey	A partir deste ano a casa defronte de Santa Anna já não é referenciada (pelo menos com esta indicação)
1785	Idem	
1787	Idem	
1788	Sargento-mor Manoel José da Gama Lobo Francisco de Paula Lobo Dona Josefa mascarenhas	
1789	Idem	
1791	Idem	
1792	Idem	
1793	Idem	

	Rua de Prtugal	Rua da Praça	Observações
1795		Doutor José Francisco Xavier Lobo Francisco de Paula Lobo Manoel Jose da Gama Lobo	
1796		A viúva e herdeiros do capitão-mor O dr. Francisco Xavier filho da dita viúva Francisco de Paula Lobo Manoel Jose da Gama Lobo	
1797		Idem	
1798		Manuel José da Gama Lobo Herdeiros de D. Josefa Mascarenhas Francisco de Paula Lobo Dr. José Francisco Xavier Lobo	Dona Josefa terá falecido por esta data, pois já vêm referenciados os seus herdeiros
1799		Manuel José da Gama Lobo Francisco de Paula Lobo Dr. José Francisco Xavier Lobo	Estarão, pai e filhos a viver na mesma casa da rua da Praça?
1800	Manuel José da Gama Lobo -cazas em que vive ...	Francisco de Paula Lobo Dr. José Francisco Xavier Lobo	Manuel José da Gama Lobo parece ter voltado para a casa da Rua de Portugal (pensamos que a de Santa Anna) até falecer cerca de 1809-12. A data de 1822, avançada por Ataíde de Oliveira, corresponde ao óbito de seu neto também com o mesmo nome.
1802	Manoel Joze da Gama Lobo, Casas em que vive -pelas compradas a Anna Joaquina -pelas que comprou a Catarina -pelas que comprou a Moreira -pelas fazendas ao todo 12\$280 Desembargador Joze Francisco Xavier Lobo Pessanha -casas e fazendas	O coronel de Milicias Francisco de Paula Lobbo -casas em que vive -pelas alugadas -pela adega -pelo seleiro -pelas fazendas	8\$650
1803	Manuel Joze da Gama Lobo -cazas em que vive - pelas compradas a Anna Joaquina -pelas que comprou a Catarina -pelas que comprou a Moreira -pelas fazendas ao todo -bens de sua mãe 12\$280	O coronel de Milicias Francisco de Paulla Lobbo -cazas ao todo -fazendas -foro 8\$550	
1804	Igual ao ano anterior	Igual ao ano anterior	
1805	Igual ao ano anterior	Igual ao ano anterior	
1806	Igual ao ano anterior	Igual ao ano anterior	
1808	Manoel Jozé da Gama Lobbo -fazendas ao todo 47\$ 100 O desembargador José Xavier Lobbo -fazendas ao todo 29\$700	Francisco De paulla Lobbo -pelas fazendas -foro 19\$080	O imposto neste ano quadriplicou. A partir desta data já não aparece Manuel José da Gama Lobo, deduzindo- se, assim, que teria falecido entre 1809 e 1812.

	Rua de Portugal	Rua da Praça	Observações
1812	Dr. José Francisco Xavier Lobo Pessanha -cazas e fazendas	Coronel Francisco de Paula Lobo Pessanha -cazas e fazendas	O filho de Manuel da Gama Lobo, Francisco de Paula Lobo Pessanha, ficou a residir na casa da Rua da Praça.
1814	Desembargador José Francisco Xavier Lobo Pessanha	Coronel Francisco de Paula Lobo Pessanha -cazas e fazendas	
1821		Coronel Francisco de Paula Lobo	O coronel Francisco de Paula Lobo terá falecido por esta data, pois já não é referenciado em anos posteriores. Por outro lado também já não estaria vivo por altura do óbito de seu filho em 1822, Manuel da gama Lobo Pessanha, pelo que vem mencionado em requerimento de Sebastião Alexandre da Gama Lobo, do mesmo ano.
1826	Dona Anna da Gama Lobo Dona Marianna da Gama Lobo	Capitão-mor José Bernardo(?) da Gama Mascarenhas de Figueiredo, da cidade de Faro – pellas fazendas, pelo olival junto ao convento de Sto. António	Pensamos que as duas irmãs de Francisco de Paula Lobo Pessanha, solteiras, habitavam o edifício junto à Capela.
1831	D. Marianna e D. Anna Victoria da Gama Lobo -pella fazenda de... -pella de Santa Anna	D. Maria Paulla viúva do Coronel Francisco de Paula Lobo	Dona Marianna Vittoria e Dona Anna Maxima
1832		Sebastião Alexandre de Gama Lobo	
1833	D. Marianna Vitoria da Gama Lobo	Sebastião Alexandre de Gama Lobo e sua mãe – fazendas ao todo , cazas suas e da mae ...	Agora Dona Marianna Vitoria já vem bem referenciada.
1835		Sebastião Alexandre de Gama Lobo -casas que habita ...	Sebastião Alexandre da Gama Lobo terá ficado em 1822 tutor de sua mãe demente, e teria optado por ficar na casa da Praça, mantendo-se solteiro.

ANEXO II - QUADRO 2

Décima da vila de Loulé, 1757-1835 – Rua do Outeiro, Rua Ancha, Rua de S. António, Rua João Friz, Rua das Laranjeiras

Outeiro	Ancha	Sto.antonio	João Friz	Laranjeiras
1757		O Doutor Marçal de Azevedo 3000 reis		
1770		O Doutor Marçal de Azevedo e Silva pelas suas casas em que vive -...dos foros da Capella de S. Brás que Administra		
1773		Lado direito Nº122 O dr. Marçal de Azevedo casas em que vive avaliadas em doze mil reis vem a decima a mil oitenta reis 1\$080		
1774		Idem		
1775		Idem		
1777		Idem		
1778		Idem		
1781	António Correia José da Costa	O Dr. Marçal de Azevedo -casas em que vive \$800 reis -pela casa da vila – nada -Pelas fazendas 3\$000 reis		
1782		O Dr. Marçal de Azevedo -casas em que vive -Pelas fazendas		
1783		O Doutor Marçal de Azevedo -casas \$800 -fazendas 3\$400	Simão de Azevedo e Silva -fazenda -foro -Pellas cazas compradas aos herdeiros de Antonio Correia \$250 -casas que foram de José da Costa \$90	
1784		O doutor Marçal Azevedo -cazas seiscentos reis \$600 -fazendas 3\$400	Simão de Azevedo e Silva -fazendas -foro -cazas compradas aos herdeiros de Antonio Correia \$150 -casas que foram de José da Costa \$90	

	Outeiro	Ancha	Sto. António	João Friz	Laranjeiras
1785			Lado direito O Doutor Marçal de Azevedo -cazas \$600 -pellas fazendas 3\$000	Já não aparece nesta rua Simão de Azevedo Silva	Lado direito Simão de Azevedo e Silva -pella fazenda -pellas cazas que erão dos herdeiros de António Correia \$80 -cazas em que vive \$720
1787			Idem		Simão de Azevedo e Silva -fazendas \$40 -pelo foro dela \$30 -Pellas cazas que eram dos herdeiros de António Correia \$80 -pellas cazas que eram de José da Costa \$50 -pelo foro das cazas em que vive \$720
1788			O Dr. Marçal de Azevedo -propriedades 3\$800		Idem
1789			Idem		Idem
1791			Idem		Idem
1792			Idem		Idem
1793			Idem		Já não aparece nesta rua Simão de Azevedo Silva
1795			Idem		
1796 ²⁷⁴			A viúva e herdeiros do doutor Marçal de Azevedo e Silva -cazas -fazendas		
1826			Coronel capitão- mor Simão José de Azevedo Silva Lobo -pelo olival -pela horta do postigo		
1831			Coronel capitão- mor Simão Lobo -pelo olival da feira -pela vinha que tem em Santa Anna -pelo foro à casa do convento	Marçal Henrique de Azevedo Lobbo \$120	

²⁷⁴De 1802 a 1806, Simão José de Azevedo e Silva é referenciado na Rua da Praça. Em 1812, na Rua de S. Domingos e a partir de 1813, na Rua do Outeiro.

Outeiro	Ancha	Sto.António	João Friz	Laranjeiras
1833	O Coronel Capitão-mor Simão de Azevedo Lobbo -casas \$300 -fazendas 3\$200 -foro enviado \$360 Marçal Henrique Lobbo de aboim seu filho \$120			
1835	Marçal Henrique de Azevedo e Aboim -pelas suas casas habitadas por Francisco de Paula Diogo 3\$240 -pela sua caza Rua Sto.Antonio \$20			